



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília (UnB)

Instituto de Ciências Humanas (IHD)

Departamento de Serviço Social (SER)

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

HITLER JESSY TSHIKONDE

**LUTAS SOCIAIS EM ANGOLA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: Uma análise
a partir da situação Política, Social e Econômica de 2011 a 2023**

Brasília - DF

2025

**LUTAS SOCIAIS EM ANGOLA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: Uma análise
a partir da situação Política, Social e Econômica de 2011 a 2023**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do título de mestre em Política Social.

Área de Concentração: Estado, Política Social e Direitos.

Orientadora: Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias.

Brasília - DF

2025

HITLER JESSY TSHIKONDE

**LUTAS SOCIAIS EM ANGOLA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: Uma análise
a partir da situação Política, Social e Econômica de 2011 a 2023**

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Michelly Ferreira Monteiro Elias (Orientadora) – PPGPS/UNB

Prof. Dr. Jorg Nowak (Examinador Externo ao Programa) IREL/UnB/Doutor em
Ciência Política, Universität Kassel/Alemanha

Prof. Dr. Ruy Llera Blanes – (Examinador externo) - Universidade de Gotemburgo

Brasília - DF

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Dalva Oliveira, cuja generosidade e apoio foram essenciais ao compartilhar o edital do programa e ao me receber no Brasil, possibilitando que eu desse continuidade aos meus estudos. Sua acolhida foi um gesto fundamental para o início desta jornada.

Expresso minha mais profunda gratidão à minha orientadora, Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias, por ter aceitado o desafio de me guiar neste percurso acadêmico. Sua orientação primorosa, marcada por competência, dedicação e cuidado, foi indispensável para o desenvolvimento desta pesquisa e para o meu crescimento intelectual e pessoal. Sua paciência, sabedoria e incentivo constantes foram pilares que sustentaram cada etapa deste trabalho.

Agradeço também à CAPES pelo suporte financeiro, por meio da concessão de bolsa de estudos, que viabilizou a realização desta pesquisa. Sem esse apoio, a concretização deste projeto não teria sido possível.

Por fim, mas não menos importante, dirijo meu sincero agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação. Seja por meio de sugestões, críticas construtivas, apoio emocional ou incentivo, cada contribuição foi valiosa e profundamente apreciada.

Esta conquista é fruto não apenas do meu esforço, mas do apoio coletivo de muitas pessoas que acreditaram em mim e no potencial deste trabalho. A todos, meu eterno obrigado.

“Das prisões de alguns, nascerá uma nova era”

Mbambi¹

¹ Membro co-fundador do Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão criou este verso na música intitulada *Democracia da Inquisição*, lançada em 2012 como parte do projeto *Não Vota*. Esta iniciativa da Sociedade Aberta reuniu três grupos de rap: Terceira Divisão, *MP Crew* e *Tiranicídios Verbais*.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar as lutas sociais em Angola no contexto contemporâneo, considerando as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas entre 2011 e 2023, visando compreender suas causas, dinâmicas, demandas e contribuições na sociedade angolana. Associado a isso, os objetivos específicos são examinar os movimentos sociais, protestos e organizações que emergiram nesse contexto, destacando suas demandas e formas de organização; avaliar como o cenário político, especialmente as mudanças de liderança e as eleições, influenciaram e foram influenciados pelas mobilizações sociais; investigar como questões como o desemprego, o aumento do custo de vida e as desigualdades regionais motivaram as manifestações e como estas, por sua vez, influenciaram políticas públicas e práticas sociais; examinar a atuação do Estado angolano, tanto em termos de repressão quanto de concessões políticas, frente às reivindicações populares; relacionar as mobilizações sociais em Angola com tendências mais amplas de lutas sociais no continente africano e no mundo, identificando possíveis conexões e influências mútuas; sugerir caminhos para potencializar os impactos positivos das mobilizações sociais em Angola, respeitando os princípios democráticos e os direitos humanos. A pesquisa adota o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético e combina investigação bibliográfica e documental. Fundamenta-se na Metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP) e na técnica da observação participante. As bases de dados utilizadas incluem principalmente registros jornalísticos, considerados fontes centrais por sua acessibilidade e amplitude no registro de eventos. Além disso, considera a inserção política do autor deste trabalho nas lutas sociais em Angola, como fonte de dados sistematizados por meio da utilização da técnica da observação participante. A pesquisa revelou que no contexto contemporâneo as lutas sociais em Angola ganharam maior visibilidade com o surgimento e fortalecimento das redes sociais, as quais desempenharam um papel crucial na amplificação de vozes dissidentes e no engajamento político da juventude. As dinâmicas das manifestações foram fortemente influenciadas pelos cenários político, econômico e social do país. Nesse cenário, o Movimento *Hip-Hop* emergiu como um importante catalisador da conscientização política juvenil, promovendo reflexões críticas sobre os desafios enfrentados pela sociedade angolana. Entre os destaques do estudo, o Movimento Revú, e particularmente o emblemático caso dos 15+2, demonstrou como novos formatos de associativismo e resistência emergiram em resposta ao autoritarismo e à repressão no contexto de 2011 a 2023. Essas novas formas de organização representaram um rompimento com os modelos tradicionais de ação coletiva e marcam uma renovação significativa nas estratégias de luta por emancipação política no país.

Palavras-chave: Angola; Lutas Sociais; Movimentos Sociais; Movimento Revú.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze social struggles in Angola in the contemporary context, considering the political, social, and economic transformations that took place between 2011 and 2023. The objective is to understand their causes, dynamics, demands, and contributions to Angolan society. In line with this, the specific objectives are: to examine the social movements, protests, and organizations that emerged in this period, highlighting their demands and forms of organization; to assess how the political scenario, particularly leadership changes and elections, influenced and were influenced by social mobilizations; to investigate how issues such as unemployment, rising costs of living, and regional inequalities motivated demonstrations and how these, in turn, impacted public policies and social practices; to analyze the role of the Angolan state, both in terms of repression and political concessions, in response to popular demands; to relate social mobilizations in Angola to broader trends of social struggles on the African continent and globally, identifying possible connections and mutual influences; and to propose ways to enhance the positive impacts of social mobilizations in Angola while respecting democratic principles and human rights. The research adopts the theoretical-methodological framework of historical-dialectical materialism and combines bibliographic and documentary investigation. It is based on the Protest Event Analysis (PEA) methodology and the participant observation technique. The primary data sources include journalistic records, considered central sources due to their accessibility and comprehensive coverage of events. Furthermore, the author's political engagement in Angola's social struggles is considered a source of systematized data through the use of participant observation. The research revealed that, in the contemporary context, social struggles in Angola gained greater visibility with the rise and strengthening of social media, which played a crucial role in amplifying dissenting voices and fostering youth political engagement. The dynamics of demonstrations were strongly influenced by the country's political, economic, and social conditions. In this context, the *Hip-Hop* Movement emerged as a significant catalyst for youth political awareness, promoting critical reflections on the challenges faced by Angolan society. Among the study's key findings, the Revú Movement—particularly the emblematic case of the 15+2—demonstrated how new forms of associativism and resistance emerged in response to authoritarianism and repression between 2011 and 2023. These new forms of organization represented a break from traditional models of collective action and marked a significant renewal in the strategies of struggle for political emancipation in the country.

Keywords: Angola; Social Struggles; Social Movements; Revú Movement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dj Kool Herc e seus amigos ocupando espaço público como forma de resistência.....	73
Figura 2 – Movimento <i>Hip-Hop</i> Terceira Divisão, ano 2011.....	88
Figura 3 – Dança Kuduro, expressão de resistência cultural em Angola.....	97
Figura 4 – O autor em 2019 durante palestra sobre “A Dimensão Política do Hip-Hop Angolano.”.....	98
Figura 5 – Mural da Cidadania, um espaço de resistência popular.....	99
Figura 6 – Membros do Movimento Hip-Hop Terceira Divisão colocando a bandeira do movimento na estátua de Agostinho Neto durante manifestação de 10 de dezembro de 2020.....	131
Figura 7 – Marcha contra a penalização do aborto, realizada em 2017.....	135
Figura 8 – Manifestação “Luanda Lixada”.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Dinâmica da Primavera Árabe.....	54
Tabela II – Repercussões da Primavera Árabe na África Subsaariana.....	56
Tabela III – Catálogo de protestos em Angola 2011-2013.....	106
Tabela IV – Dinâmica do processo “Caso 15+2”.....	113
Tabela V – Catálogo de protestos em Angola 2018-2020.....	135
Tabela VI – Resultados dos processos eleitorais angolanos.....	139

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AA: Ação Angolana para o Desenvolvimento
- ACA: Associação Cívica de Angola
- AD: Aliança Democrática
- ADRA: Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
- AEA: Aliança Evangélica Angolana
- AEP: Análise de Eventos de Protesto
- AJPD: Associação Justiça Paz e Democracia
- ANC: *African National Congress*
- ATCAR: Associação dos Tchokwes do Congo, Angola e Rodésia
- CCL: Comarca Central de Luanda
- CEAST: Conferência Episcopal de Angola e São Tomé
- CICA: Conselho de Igrejas Cristãs de Angola
- CGSILA: Confederação Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola
- CNE: Comissão Nacional Eleitoral
- DPIC: Direcção Provincial de Investigação Criminal
- DW: *Deutsche Welle*
- EUA: Estados Unidos da América
- FIS: *Front Islamique du Salut*
- FLING: Frente de Libertação e Independência da Guiné
- FLN: *Front de Libération Nationale*
- FMI: Fundo Monetário Internacional
- FpD: Frente para Democracia
- FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique
- FRESDA: Frente Socialista de Angola
- GRAE: Governo Revolucionário de Angola no Exílio
- GURN: Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
- INE: Instituto Nacional de Estatísticas
- IVA: Imposto do Valor Acrescentado
- JMPLA: Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
- JIKU: *Jikumesso*

Kz: *Kwanza*

LAC: Luanda Antena Comercial

LIMA: Liga da Mulher Angolana

MEA: Movimento dos Estudantes Angolanos

MDA: Movimento Democrático de Angola

MFA: Movimento das Forças Armadas

MMD: Movimento para a Democracia Multipartidária

MINA: Movimento de Independência Nacional de Angola

MLN: Movimento de Libertação Nacional

MLNA: Movimento de Libertação Nacional de Angola

MLSTP: Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

MPLA-PT: Movimento Popular de Libertação de Angola-Partido do Trabalho

NDI: Instituto Democrático para Assuntos Internacionais

ODP: Organização de Defesa Popular

OMA: Organização da Mulher Angolana

ONGs: Organizações Não Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

OPA: Organização de Pioneiros de Angola

PADEPA: Partido de Aliança Democrática para o Progresso de Angola

PAICV: Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PAJOCA: Partido da Aliança da Juventude Operária e Camponesa de Angola

PAC: *Pan Africanist Congress*

PDA: Partido Democrático Angolano

PDP-ANA: Partido Democrático para o Progresso e Aliança Nacional de Angola

PLD: Partido Liberal Democrático

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRD: Partido Renovador Democrático

PRS: Partido Renovador Social

PSTA: Partido Trabalhista para a Salvação de Angola

rap: Rhythm and Poetry

RFI: *Radio France Internationale*

SJA: Sindicato dos Jornalistas Angolanos

SINDEA: Sindicato Nacional dos Enfermeiros
SINMEA: Sindicato Nacional dos Médicos de Angola
SINPROF: Sindicato Nacional dos Professores
UNAMO: União Nacional Africana de Moçambique
UNIP: *United National Independence Party*
UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA: União Nacional dos Trabalhadores Angolanos
UPA: União das Populações de Angola
UPNA: União dos Povos do Norte de Angola
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOA: *Voice of America*
ZANU: *Zimbabwe African National Union*
ZAPU: *Zimbabwe African People's Union*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO DE ANGOLA E DAS LUTAS SOCIAIS	25
1.1 - Breve história contemporânea de Angola e as disputas acerca do papel do Estado no regime capitalista	25
1.2 Lutas de classes e as especificidades das lutas sociais em Angola posterior à Independência	46
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS EM ANGOLA DE 2011 A 2023	49
2.1 - Aspectos da conjuntura política, econômica e social de Angola em nível internacional entre 2011 e 2023: características e determinantes sobre essa complexa realidade	50
2.2 Histórico e dinâmica das lutas sociais na Angola contemporânea: do autoritarismo partidário à emergência do Movimento Hip-Hop	63
2.3 O protagonismo no Movimento Revú nas lutas sociais em Angola	101
CAPÍTULO III: DESAFIOS DAS LUTAS SOCIAIS EM ANGOLA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	118
3.1 Breves apontamentos sobre os desafios das lutas sociais	118
3.2 Conquistas e limites das lutas sociais em Angola frente aos dilemas impostos pelo poder estatal	121
4.3 Possibilidades de avanço das lutas sociais em Angola frente à renovação do autoritarismo estatal	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXO	167
APÊNDICE	184

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, tem como tema de estudo as lutas sociais em Angola em seu contexto contemporâneo. Nesse sentido, as lutas sociais desempenham um papel fundamental na história contemporânea de Angola, especialmente no período de 2011 a 2023, quando o país enfrentou desafios estruturais em múltiplas dimensões. Esse intervalo temporal foi marcado por profundas mudanças políticas e econômicas, mas também por tensões sociais decorrentes de uma crise econômica persistente, da concentração de poder político e das limitações no acesso a direitos básicos. Nesse contexto, as lutas sociais emergiram como uma expressão de resistência e mobilização coletiva, representando tanto a insatisfação popular quanto a busca por transformação em um ambiente político muitas vezes repressivo.

O ano de 2011 foi um marco global de manifestações populares, inspirado pela Primavera Árabe, cujos ecos reverberaram em Angola, incentivando o surgimento de movimentos que questionavam a ordem estabelecida. Jovens, mulheres, trabalhadores/as, estudantes e artistas se mobilizaram contra a corrupção, a desigualdade social e o autoritarismo, enfrentando não apenas as dificuldades estruturais do país, mas também a repressão sistemática do regime. A ação desses grupos desafiou o poder e as narrativas oficiais e expôs contradições profundas do modelo político-econômico do país, que, embora promovesse institucionalmente discursos de unidade e progresso, mantinha desigualdades alarmantes, especialmente entre os segmentos da população beneficiadas por esse modelo e a maioria da população das classes trabalhadoras e demais segmentos dominados que vivem, em sua maioria, em condição de pobreza.

Entre 2011 e 2023, o impacto dessas manifestações se entrelaçou com mudanças internas significativas. O fim do longo governo de José Eduardo dos Santos e a ascensão de João Lourenço trouxeram expectativas de reformas políticas e econômicas. Contudo, apesar de algumas medidas simbólicas de combate à corrupção e abertura política, muitas práticas autoritárias persistiram, incluindo a repressão de manifestações e a criminalização de lideranças vinculadas aos movimentos sociais de caráter contestador do *status quo*. O período também foi marcado por crises econômicas severas, exacerbadas pela queda dos preços do petróleo, que intensificaram o descontentamento popular e ampliaram as condições para a emergência de novas formas de mobilização.

Além disso, as lutas sociais em Angola nesse período não se limitaram às ruas das principais cidades, como Luanda. Elas também se manifestaram nas periferias urbanas, onde

movimentos culturais, como o *Hip-Hop* e o kuduro², se tornaram veículos de contestação política. Ao mesmo tempo em que nas zonas rurais, diversas comunidades lutavam por acesso à terra, água e condições dignas de vida. Esses movimentos multifacetados passaram a expressar desde esse período a complexidade das demandas sociais, econômicas e políticas em Angola, envolvendo desde direitos políticos e econômicos até questões culturais e ambientais.

Diante desses elementos, este estudo se insere nessa conjuntura histórica para compreender as lutas sociais em Angola como espaços de contestação e transformação, analisando suas características, demandas e impactos no panorama político e social do país. Com isso, busca-se responder à seguinte questão central, a partir da pesquisa desenvolvida: Como as lutas sociais em Angola no período de 2011 a 2023 expressam as contradições e tensões do país, e quais são suas principais conquistas, limitações e perspectivas de avanço?

Desta maneira, o objetivo principal deste estudo é analisar as lutas sociais em Angola no contexto contemporâneo, considerando as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas entre 2011 e 2023, com o objetivo de compreender suas causas, dinâmicas, demandas e contribuições na sociedade angolana.

Associado a isso, os objetivos específicos são examinar os movimentos sociais, protestos e organizações que emergiram nesse contexto, destacando suas demandas e formas de organização; avaliar como o cenário político, especialmente as mudanças de liderança e as eleições, influenciaram e foram influenciados pelas mobilizações sociais; Investigar como questões como o desemprego, o aumento do custo de vida e as desigualdades regionais motivaram as manifestações e como estas, por sua vez, influenciaram políticas públicas e práticas sociais; examinar a atuação do Estado angolano, tanto em termos de repressão quanto de concessões políticas, frente às reivindicações populares; relacionar as mobilizações sociais em Angola com tendências mais amplas de lutas sociais no continente africano e no mundo, identificando possíveis conexões e influências mútuas; a partir da análise desenvolvida,

² O kuduro é muito mais do que um gênero musical; é um modo de vida, uma forma de expressão e uma cultura urbana profundamente enraizada no contexto angolano. Originado na década de 1990, o kuduro combina elementos de música eletrônica com ritmos tradicionais africanos, resultando em uma sonoridade única, vibrante e energética. Este estilo musical emergiu como uma resposta criativa e resiliente à vida nas periferias urbanas de Angola, especialmente em Luanda, traduzindo os desafios sociais e econômicos em arte, dança e performance. A dança do kuduro, marcada por movimentos rápidos e coreografados, reflete tanto a energia da música quanto a espontaneidade e o humor do cotidiano angolano. No cenário internacional, o kuduro tem sido comparado a outros gêneros de origem periférica, como o *funk* no Brasil, devido às suas semelhanças enquanto expressão cultural das margens urbanas e enquanto ferramenta de resistência social. Assim como o funk, o kuduro também foi inicialmente marginalizado antes de conquistar reconhecimento cultural mais amplo, tanto em Angola quanto fora dela. Apesar das semelhanças, o kuduro mantém uma identidade própria, celebrando as tradições e a vivência angolana enquanto dialoga com as influências globais, o que o torna um símbolo da criatividade e autenticidade da juventude africana.

sugerir caminhos para potencializar os impactos positivos das mobilizações sociais em Angola, respeitando os princípios democráticos e os direitos humanos.

A relevância desta análise reside na necessidade de desvendar as dinâmicas de resistência popular em contextos profundamente marcados pela desigualdade e pelo autoritarismo. Ao investigar como diferentes segmentos sociais se organizam, resistem e reivindicam mudanças, este estudo contribui para uma análise mais ampla dos desafios enfrentados por Angola na construção de um futuro democrático e com vistas à justiça social.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola está localizada na parte ocidental da África Austral, ao sul do Equador. A maior parte do território encontra-se entre os paralelos 4°22'' de latitude sul e os meridianos 11°41'' e 24°05'' de longitude leste de Greenwich. O país possui uma superfície terrestre de 1.246.700 km² e uma costa marítima de 1.650 km. A fronteira terrestre tem uma extensão de 4.837 km. No sentido norte-sul, o território apresenta aproximadamente 1.277 km de comprimento, enquanto no sentido oeste-leste, sua extensão é de 1.236 km (INE, 2024).

Ademais, Angola é delimitada por fronteiras terrestres e marítimas estratégicas, que refletem sua posição geográfica e geopolítica no continente africano. Ao norte, faz fronteira com a República do Congo e a República Democrática do Congo. A leste, limita-se também com a República Democrática do Congo e com a República da Zâmbia. Ao sul, sua fronteira é compartilhada com a República da Namíbia, enquanto a oeste o país é banhado pelo Oceano Atlântico, conferindo-lhe uma vasta costa marítima de importância econômica e comercial.

Historicamente, Angola era organizada em 18 províncias, 161 municípios e 557 comunas. No entanto, durante o desenvolvimento deste estudo, ocorreu uma reforma administrativa, que alterou a estrutura política e territorial do país. Por meio da Lei n.º 14/24, Angola passou a contar com 21 províncias, 326 municípios e 378 comunas, totalizando em todo o país uma população de 36 milhões de habitantes conforme Relatório Trimestral do INE (2024).

De acordo com dados do INE (2024), o clima de Angola, apesar de localizado em uma região tropical, apresenta características peculiares devido à confluência de três fatores: a Corrente Fria de Benguela ao longo da costa sul, o relevo no interior e a influência do Deserto do Namibe no sudoeste. Esses fatores resultam em duas estações bem definidas: a Estação das Chuvas, de outubro a abril, com tempo quente e úmido, além de altos índices de pluviosidade, e a Estação Seca, ou Cacimbo, de maio a agosto, com tempo seco e temperaturas mais amenas. Essas variações climáticas influenciam diretamente a agricultura,

a pesca e a vida cotidiana, além de moldar a biodiversidade e o uso da terra em Angola. A língua oficial da República de Angola é o português, de acordo com o artigo 19º da Constituição da República de Angola. Além do português, Angola tem várias línguas regionais, como o Luvale, Kikongo, Kimbundu, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote, Ibinda, Songo e Nganguela.

Em termos políticos, o Índice de Democracia, publicado anualmente pela *Economist Intelligence Unit*, avalia o estado da democracia em 167 países, considerando cinco categorias principais: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis. Os países são pontuados em uma escala de 0 a 10 com base nesses critérios, e são classificados em quatro tipos de regime: democracias plenas, democracias defeituosas, regimes híbridos e regimes autoritários. O índice também destaca as tendências globais, como a regressão ou o progresso democrático em diferentes regiões, e analisa o impacto de eventos econômicos, políticos e sociais na democracia global. Nos últimos relatórios, questões como o crescimento do autoritarismo, os desafios à integridade eleitoral e o papel da sociedade civil na defesa da democracia têm sido abordadas. No que se refere a Angola, o país tipicamente se enquadra na categoria de “regime autoritário”, devido à falta de eleições livres e justas, à concentração de poder nas mãos do partido governante desde a Independência em 1975, às liberdades civis e à liberdade de imprensa limitadas, além dos altos níveis de corrupção e da reduzida responsabilidade política. Esses fatores evidenciam as dificuldades do país em implementar um regime de democracia. Além disso, Angola enfrenta sérios desafios socioeconômicos, como o aumento da pobreza extrema de 35% para 44% entre 2019 e 2022 (Afrobarometer, 2022; World Poverty Clock, 2023), refletindo não apenas a crise econômica, mas também o papel do Estado e seus respectivos governos em atuar de forma que as desigualdades historicamente existentes permaneçam, ou até mesmo, se aprofundem.

Em termos sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano de Angola, com uma pontuação de 0,586, coloca o país na 148ª posição entre 153 nações analisadas (PNUD, 2022), o que demonstra níveis críticos de desenvolvimento. Esse desempenho é ainda mais agravado por um elevado coeficiente de Gini (0,51), que reflete a extrema desigualdade na distribuição de renda e oportunidades (Banco Mundial, 2018). O Índice de Capital Humano de Angola, de apenas 0,36, indica que uma criança nascida no país tem apenas 36% de chances de atingir seu potencial em termos de saúde, educação e realização humana (Banco Mundial, 2020). Além disso, a dependência do setor petrolífero, que representa cerca de 90% das exportações e 60% das receitas do governo, torna a economia altamente vulnerável às

flutuações nos preços globais do petróleo, afetando diretamente investimentos em setores essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Paralelamente, a “corrupção endêmica” ocupa um papel central no contexto político e econômico de Angola. O país obteve uma pontuação de 33 no Índice de Percepção de Corrupção (CPI, 2022), ocupando a 116ª posição entre 180 países, o que reflete a presença de práticas corruptas estruturais que contribuem para a consolidação do poder político da classe dominante.

Além disso, “violências contra os direitos humanos” têm sido recorrentes, especialmente no contexto de repressão a movimentos sociais e protestos populares. Jovens, ativistas e membros da sociedade civil frequentemente enfrentam violência estatal ao exigir melhores condições de vida, maior transparência e participação democrática (Anistia Internacional, 2019 e 2020; HRW, 2020 e 2023a; DW, 2022). A liberdade de imprensa também está gravemente comprometida, com o regime utilizando os meios de comunicação para disseminar propaganda e silenciar vozes dissidentes. O Índice Mundial de Liberdade de Imprensa de 2023 posiciona Angola entre os países com restrições significativas à liberdade de expressão, dificultando o acesso da população a informações independentes. O sistema judiciário, por sua vez, enfrenta sérias limitações, como denúncias de parcialidade, ineficiência e politização, o que compromete o acesso à justiça e perpetua a impunidade para aqueles envolvidos em esquemas de corrupção e violações dos direitos humanos.

Frente a essa complexa realidade, esta pesquisa busca não apenas analisar as lutas sociais, mas também contribuir para a compreensão dos processos de resistência em Angola, destacando suas potencialidades e limites. Além de mapear estratégias e atores, visa subsidiar a reflexão sobre a necessidade de uma organização política de partidarização, capaz de romper com a lógica de um regime que transforma dissidências em ameaças ao *status quo*. Essa abordagem é especialmente relevante em um contexto de crise econômica agravada pela queda dos preços do petróleo e pela crescente desigualdade social.

A pesquisa também busca preencher lacunas acadêmicas sobre Angola, uma realidade pouco estudada no Brasil, oferecendo subsídios para profissionais e pesquisadores interessados na luta por direitos civis, políticos e sociais. Com isso, pretende ampliar o debate sobre os desafios e as conquistas das lutas sociais em Angola, fornecendo um panorama crítico sobre o papel dessas mobilizações na relação entre Estado e sociedade civil. A partir desse esforço, espera-se compreender melhor as condições que impulsionam as lutas sociais e refletir sobre esse processo frente aos desafios postos para a transformação política e social do país.

Para isso, parte-se da hipótese de que as lutas sociais em Angola são impulsionadas por uma combinação de fatores políticos e econômicos, incluindo a longevidade do governo 1975-2025, a crise econômica resultante da queda dos preços do petróleo, as demandas por maior transparência e prestação de contas, e a crescente influência das novas tecnologias de comunicação, como instrumento capaz de catalisar a dinâmica das lutas e mobilizações existentes naquele contexto específico. Essa análise busca oferecer contribuições relevantes tanto para a compreensão acadêmica quanto para a prática política no campo das lutas sociais no país.

Para realização desta pesquisa, partimos do materialismo histórico-dialético como escolha teórico-metodológica, um enfoque que privilegia a análise da sociedade com base na relação e na luta entre as classes sociais e suas frações (que estão em permanente movimento no processo histórico), considerando que a *práxis* humana se constitui no elemento central para a compreensão e transformação social. Nesta senda,

O materialismo histórico-dialético trata-se de um método organizado pelo teórico e revolucionário alemão Karl Marx a partir de seus estudos sobre o modo de produção capitalista, tendo como proposição central da pesquisa marxiana “a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa. (Netto, 2011, p. 17).

Deste modo, essa perspectiva metodológica não se limita a uma descrição superficial do objeto de estudo; ao contrário, busca desvelar sua essência, que está oculta sob as aparências imediatas. Netto (2011) reforça que a teoria marxista, para Marx, é a reprodução ideal do movimento real do objeto, ou seja, a reconstrução em pensamento da estrutura e da dinâmica do objeto pesquisado. Essa reprodução é tanto mais correta quanto mais fiel o pesquisador for à realidade do objeto em sua totalidade. Entretanto, o termo “ideal” pode causar estranhamento no contexto da teoria marxista, dada a contraposição entre idealismo e materialismo. Para explicitar essa questão, o referido autor afirma que Marx esclarece que seu método dialético difere radicalmente do método hegeliano. Enquanto Hegel via o processo de pensamento como o criador do real, Marx inverte essa lógica, afirmando que o ideal é apenas o material transposto para a consciência humana e interpretado por ela (Marx *apud* Netto, 2011). Assim, a perspectiva que nos baseamos do materialismo histórico-dialético transcende o determinismo econômico e a redução das relações sociais à estrutura, integrando a complexidade das interações entre as esferas econômica, política e ideológica.

Diante disso, a essência do objeto de pesquisa em conformidade com essa perspectiva, não pode ser apreendida diretamente de sua aparência. É necessário realizar movimentos

sucessivos de aproximação ao real, de modo a desvelar a estrutura e o funcionamento subjacente. Netto (2011) enfatiza que para Marx, embora a essência do objeto seja independente da consciência do pesquisador, não há uma relação de externalidade entre sujeito e objeto. Essa compreensão rejeita abordagens que defendem a neutralidade absoluta, característica de metodologias positivistas. Contudo, isso não implica a exclusão da objetividade no conhecimento marxista, uma vez que a prática social e a história são fontes fundamentais de verificação da verdade. Com base nisso, a aplicação do materialismo histórico-dialético neste trabalho envolve uma análise crítica das relações sociais, políticas e econômicas que estruturam as lutas sociais em Angola. Considera-se que essas lutas não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser interpretadas como expressões concretas das contradições do modo de produção capitalista no contexto angolano. A metodologia adotada possibilita desvendar não apenas as condições objetivas que impulsionam essas lutas, mas também as subjetividades e as práticas dos atores envolvidos, permitindo uma compreensão dialética, articulando a dimensão da totalidade da realidade social com as particularidades da formação social de Angola. Por fim, o método marxista exige do pesquisador uma postura que articule rigor teórico com engajamento crítico, evitando tanto reducionismos quanto abstrações desvinculadas da prática social. Esse compromisso assegura que a análise não apenas interprete o mundo, mas também contribua para sua transformação, conforme o legado da tradição marxista. Essa abordagem é essencial para desvelar as condições históricas e sociais que moldam as lutas sociais em Angola, conectando-as às possibilidades de emancipação e transformação social, a partir das contradições existentes naquela realidade.

Associado a esse método de análise, nossa pesquisa utiliza a Metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP), uma abordagem consolidada nos estudos de movimentos sociais. Este método, desenvolvido para criar um catálogo sistemático de eventos de protesto, baseia-se na definição de um conjunto de variáveis que respondem às perguntas-chave da investigação. A AEP oferece uma visão abrangente sobre os padrões de protestos, permitindo a construção de séries históricas que possibilitam identificar transformações temporais e espaciais, além de observar como diferentes contextos influenciam as dinâmicas das manifestações. As bases de dados mais utilizadas nesse método são os jornais, considerados fontes centrais no registro de protestos por sua acessibilidade e alcance. No entanto, com a expansão tecnológica, fontes alternativas, como registros policiais, plataformas de comunicação digital e redes sociais, têm se tornado progressivamente mais importantes (Olsak, 1989; Koopmans e Rucht, 2002; Hutter, 2014). Essas novas fontes não apenas

ampliam a cobertura, mas também oferecem uma perspectiva mais plural, incluindo vozes e narrativas que nem sempre encontram espaço na mídia convencional.

Dessa forma, entre as principais vantagens da AEP segundo Tatagiba e Galvão (2019) destaca-se sua capacidade de lidar com uma ampla diversidade de temas e movimentos sociais, favorecendo análises comparativas e robustas em termos longitudinais. A AEP supera as limitações dos métodos qualitativos, como estudos de caso, ao possibilitar o tratamento de um grande volume de dados. No presente estudo, sua aplicação permitiu articular as transformações do contexto político angolano com os padrões emergentes de protesto. Por exemplo, foi possível observar como períodos de maior repressão ou de maior abertura política influenciam diretamente a intensidade e o caráter das mobilizações. No entanto, como destacam Tatagiba e Galvão (2019), a AEP enfrenta desafios metodológicos significativos, sendo a seletividade e a parcialidade das fontes os mais evidentes. Quando jornais são utilizados como base de dados, a cobertura tende a ser influenciada por fatores como a linha editorial da publicação, o perfil dos atores envolvidos, o tamanho do protesto e sua repercussão territorial. Esses aspectos podem introduzir vieses na análise, exigindo um rigor adicional na interpretação dos resultados e na triangulação das informações.

Eventos maiores, mais longos ou violentos têm maior probabilidade de serem noticiados, o que pode distorcer a percepção da abrangência real das ações coletivas (Klandermans e Staggenborn, 2002). Assim, embora o método permita identificar tendências, ele não capta a totalidade dos eventos, concentrando-se naqueles que se destacam e “viram notícia”, um indicador indireto de sucesso das manifestações, ainda que o enquadramento midiático possa não ser favorável aos organizadores (Tatagiba e Galvão 2019).

No âmbito desta pesquisa, utilizamos uma combinação de fontes para mitigar tais limitações e enriquecer o escopo da análise. Baseamo-nos na base de dados da Central Angola 7311, criada pelos protagonistas dos protestos angolanos que emergiram em 2011. Além disso, consultamos os bancos de dados da Amnistia Internacional e da Front Line Defenders, que se destacam pela catalogação das mobilizações, especialmente no período de 2015-2016. Também recorreremos a portais digitais como DW, VOA, Club K-Angola, Maka Angola e Novo Jornal, que têm desempenhado um papel fundamental na cobertura de eventos sociais no país. Para dados oficiais, utilizamos fontes institucionais, como o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e a Comissão Nacional Eleitoral (CNE). A Central Angola 7311, em particular, adota uma abordagem ampla, registrando tanto ações organizadas por movimentos sociais quanto manifestações espontâneas. Isso inclui greves, ocupações, passeatas e intervenções artísticas, expandindo o conceito de ação coletiva contenciosa.

Diante disso, nossa unidade de análise é o evento de protesto, ou manifestação definido como ações coletivas (envolvendo no mínimo duas pessoas) realizadas fora das instituições tradicionais, que rompem com a rotina e instauram ou ameaçam instaurar algum tipo de dano, com o objetivo de sustentar reivindicações que afetam os interesses de terceiros (Tilly, 1978 *apud* Tatagiba e Galvão, 2019). Nesta pesquisa, excluímos práticas como reuniões internas, *lobby* ou formação de bases, já que nosso foco são as ações públicas e disruptivas. Um dos desafios na operacionalização desse conceito é determinar se uma notícia descreve um único evento ou múltiplos eventos, exigindo critérios explícitos para delimitar fronteiras espaciais e temporais (Olsak, 1989).

Além disso, utilizamos a observação participante como técnica metodológica, considerando que o autor deste trabalho vivenciou diretamente as experiências dos movimentos sociais enquanto militante político. Essa trajetória inclui participação no movimento *Hip-Hop* desde 2000, no Kuduro a partir de 2003, e na fundação do Movimento Jovens pelas Autarquias em 2018. O autor também ocupou o cargo de vice-presidente da Associação Cívica *Handeka* (2018-2020), que coordena o Movimento Cívico Mudei, foi coordenador executivo do Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão (2021-2023), e integrou o processo dos 15+2 como preso político, com reconhecimento da Anistia Internacional e da *Human Rights Watch* (2015 e 2019). Adicionalmente, é membro da rede de defensores dos Direitos Humanos *Front Line Defenders* desde 2016 e atuou como formador de Direitos Humanos e Movimentos Sociais no Instituto para a Cidadania Mosaiko (2019-2022) e no projeto de Formação Política para Mulheres (2021-2023).

O uso da observação participante como técnica metodológica, possibilitou relatar, de maneira aprofundada, momentos e conjunturas específicas do contexto contemporâneo de Angola, evidenciando os fatores que condicionam as dinâmicas das lutas sociais. Essa abordagem permitiu uma análise mais detalhada e crítica das transformações e desafios enfrentados pelos movimentos sociais no país, integrando vivências pessoais às interpretações acadêmicas. Combinando essas abordagens, nossa análise busca oferecer uma visão detalhada sobre a trajetória, as características e as dinâmicas das lutas sociais em Angola, destacando tanto as oportunidades quanto os desafios enfrentados por esses movimentos no contexto contemporâneo.

A dissertação está estruturada em três capítulos principais que abordam de forma sistemática e aprofundada o contexto histórico de Angola, as características e dinâmicas das lutas sociais e os desafios enfrentados no cenário contemporâneo. O primeiro capítulo oferece uma análise da breve história contemporânea de Angola, com foco nas disputas em torno do

papel do Estado no regime capitalista e na dinâmica das lutas sociais no período pós-independência. Para descrever esse percurso histórico, foram utilizadas obras fundamentais como as de Wheeler e Pélissier (2011), David Birmingham (1978), John Marcum (1969), e Heywood e Thornton (2007), que fornecem uma visão abrangente das transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas durante a fase colonial e a luta anticolonial. No que tange ao período pós-colonial, destaca-se a relevância das contribuições de Muekalia (2010), Chiwale (2011), Ernesto Mulato (2014), Visentini (2012), Jorge (1998) e Hodges (2002), sendo este último especialmente importante para compreender a mudança ideológica do regime angolano após a Independência. Complementa-se essas análises com reflexões de Fanon (1968), que enfatiza a complexidade do processo de descolonização e Messiant (2008), que trata das dinâmicas internas de Angola nesse período.

No contexto das lutas sociais após a Independência, evidencia-se o desafio enfrentado pelo Estado em lidar com o conceito e a prática do Poder Popular. Nesse sentido, as obras de Mateus e Mateus (2007), Figueiredo (2017), Francisco (2007), Maria (2014), Pacheco (2016) e Pawson (2014) são fundamentais para contextualizar as tensões entre a estrutura estatal e as iniciativas populares. As discussões ideológicas que sustentam essa análise baseiam-se em Marx e Engels (2007), aprofundando a concepção de luta de classes e materialismo histórico. Essa perspectiva é enriquecida por autores como Elias (2021) e Thompson (2010; 2019), que oferecem interpretações críticas sobre os movimentos sociais, enquanto discursos de líderes como Alves (2021) e Neto (1977) ilustram nuances do pensamento político-ideológico no contexto angolano.

O segundo capítulo da dissertação é dedicado à caracterização das lutas sociais em Angola entre 2011 e 2023, com ênfase na conjuntura política, econômica e social do período, bem como nas características e determinantes dessa complexa realidade. A análise do histórico e da dinâmica dessas lutas evidencia a transição do autoritarismo partidário para a emergência de novos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Hip-Hop e o protagonismo do Movimento Revú. Estudos de António (2015), Soares de Oliveira (2011), do Centro de Estudos Estratégicos de África (2016), do Instituto Thomas More (2014), Sebastião Martins (2016) e Blanes (2018; 2020; 2023), que fornecem uma base sólida para essa análise, complementada pelas perspectivas teóricas de Gramsci (1971), Luxemburg (1918) e Duriguetto (2008), que abordam os processos de resistência e organização popular.

O Movimento *Hip-Hop*, por sua especificidade enquanto forma de resistência cultural, é analisado por meio das contribuições de Rose (1994), Kitwana (2002), Holman (2004), Herc (2005) e Chang (2005), que destacam seu papel no fortalecimento da consciência

política e social. Além disso, estudos de Marissa Moorman (2010) e Buire (2019) são fundamentais para compreender como as artes e os jovens angolanos das periferias têm utilizado a cultura hip-hop como ferramenta de luta e resistência contra as desigualdades sociais e a repressão estatal. Ainda no Capítulo II, vale acrescentar uma observação pertinente desta dissertação: apresentamos letras de *rap*, kuduro e semba que se enquadram no tema aqui discutido. A organização dessas letras ao longo do texto varia conforme o estilo musical, respeitando as características próprias de cada gênero e suas formas típicas de composição.

O capítulo final aborda os desafios contemporâneos das lutas sociais em Angola, destacando suas conquistas e limitações, bem como as prioridades e possibilidades de avanço. Para essa análise, Manuel Castells (2003) e Pierre Lévy (1999) são referências conceituais neste capítulo e que nos permitem compreender a relação entre movimentos sociais e novas tecnologias, enquanto Gohn (2019) apresenta uma visão crítica sobre os desafios estruturais enfrentados por esses movimentos em contextos periféricos. Ademais, estudos mais recentes, como os de António (2015), Faria (2019), Vegard Bye, Paulo Inglês e Aslak Orre (2021) e de Blanes (2023), fornecem uma análise detalhada da conjuntura política angolana, revelando as possibilidades de transformação social no atual cenário.

Por fim, concluímos a dissertação apresentando os principais apontamentos e reflexões sobre o objeto de estudo na seção destinada às considerações finais.

CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO DE ANGOLA E DAS LUTAS SOCIAIS

O objetivo deste capítulo é traçar uma breve história contemporânea de Angola, enfatizando as disputas em torno do papel do Estado no regime capitalista e analisando os processos históricos que moldaram o cenário político e social do país. Para isso, serão abordados marcos históricos cruciais, como as revoltas camponesas de 1961, que marcaram o início de uma resistência armada contra o colonialismo português, impulsionando um período de intensa mobilização política e social. Em seguida, será discutido o surgimento dos movimentos de libertação e como suas trajetórias moldaram a luta anticolonial, culminando nos acordos de transição para a independência em 1975. Esses acordos revelam não apenas o complexo jogo de forças entre os movimentos e a potência colonial, mas também a influência dos interesses internacionais na definição dos rumos de Angola.

Além disso, o capítulo propõe examinar as lutas de classes e as especificidades das lutas sociais em Angola no período pós-independência. Este contexto será analisado à luz dos desafios enfrentados pelo país na construção de um Estado-nação, em meio a uma prolongada guerra civil, marcada por disputas ideológicas e interesses econômicos. Será discutido o papel das classes sociais no processo de consolidação do regime, destacando a tensão entre a classe dominante político-econômica e as demandas populares por justiça social, terra e condições dignas de vida. Por fim, serão exploradas as particularidades das lutas sociais angolanas, que se manifestam em formas de resistência que vão desde movimentos camponeses por direitos à terra até protestos urbanos organizados por jovens e trabalhadores, refletindo as contradições e os desafios do modelo de desenvolvimento adotado no país.

1.1 - Breve história contemporânea de Angola e as disputas acerca do papel do Estado no regime capitalista

Angola é um país com uma tradição de luta e resistência que remonta à invasão colonial portuguesa. Desde o início da colonização no século XVI, as populações locais resistiram à dominação estrangeira, demonstrando que o colonialismo nunca foi aceito passivamente. A formação de Angola como uma nação unificada está enraizada em uma longa história de revoltas e movimentos contra a exploração e a opressão impostas pelos colonizadores conforme Wheeler e Pélissier (2011), David Birmingham (1978), John Marcum (1969).

Segundo Wheeler e Pélissier (2011), os portugueses enfrentaram significativa resistência ao longo de sua campanha colonial na África. Conforme destacam os autores: “Apesar da superioridade tecnológica militar e naval, bem como do apoio de uma igreja agressivamente militante, os portugueses não subjugarão os povos africanos com facilidade.”, ou seja, os reinos que compõem o território hoje conhecido como Angola – como Ndongo, Kongo, Matamba, Lunda-Tchokwe, Bailundo, Andulo e Kwanyama – foram protagonistas de diversas revoltas contra o domínio colonial. A resistência começou com a Revolta de Ndongo no século XVI, liderada por figuras como Ngola Kiluanje e mais tarde pela Rainha N’Zinga Mbandi, que se destacou por sua estratégia diplomática e militar na luta contra os portugueses.

Outros episódios marcantes incluem a Batalha de Ambuíla em 1665³, em que o Reino do Kongo enfrentou as forças coloniais, e a Revolta do Bailundo em 1902, que expressou a insatisfação das populações rurais com a exploração do trabalho forçado. Kimpa Vita, conhecida como a profetisa do Kongo, liderou um movimento espiritual e político no século XVIII que desafiou tanto a ordem colonial quanto as autoridades locais coniventes. Mandume Ya Ndemufayo, o último rei dos Kwanyama, resistiu bravamente à ocupação portuguesa e sul-africana até sua morte em 1917 conforme Santos, (2016), Batsíkama (2021).

Essas revoltas não apenas reafirmaram a identidade e a autonomia cultural dos povos angolanos, mas também prepararam o terreno para a luta moderna pela independência. No século XX, o espírito de resistência foi canalizado para movimentos mais organizados, como as Revoltas camponesas da Baixa de Kassange, em 1961, que se tornou um marco na luta contra o trabalho forçado nas plantações coloniais. Esse evento foi seguido pela Revolta de 4 de Fevereiro de 1961, simbolizando o início da luta armada pela independência, e pela revolta do 15 de Março do mesmo ano, que destacou a brutalidade da repressão colonial.

Nessa conjuntura, emergiram os movimentos que conduziram a luta armada com destaque a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

³ Heywood e Thornton (2007) argumentam que a Batalha de Ambuíla simboliza a resistência africana à crescente pressão do tráfico transatlântico de pessoas e às políticas expansionistas portuguesas. Apesar de terem tecnologias avançadas, os portugueses enfrentaram dificuldades significativas devido à organização militar do Reino do Congo. De igual modo, Joseph C. Miller (1988), em sua obra *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, aborda a Batalha de Ambuíla no contexto mais amplo das dinâmicas econômicas, sociais e políticas que envolviam o tráfico de escravizados e a interação entre os reinos africanos e os interesses coloniais europeus. Ele destaca que a batalha, ocorrida em 1665, foi um evento marcante na história do Reino do Congo e da presença portuguesa na região.

A FNLA é historicamente reconhecida como o primeiro movimento armado de libertação em Angola, embora sua formalização tenha ocorrido em 1962. Suas origens remontam à União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), fundada em 1954 sob a presidência de Barros Nekaka. Em 1958, a UPNA reformulou sua denominação, retirando o termo “norte” e tornando-se a União das Populações de Angola (UPA), agora liderada por Holden Roberto (Wheeler e Pélissier, 2011).

Holden Roberto (1923-2007) desempenhou um papel central na reorganização e ampliação da luta anticolonial. Segundo Visentini (2012), logo após a criação da FNLA, ele estabeleceu o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), buscando articular o movimento em uma estrutura política que desse legitimidade à causa angolana na arena internacional. Essa abordagem visava obter apoio externo, principalmente de países africanos recém-independentes e potências ocidentais, posicionando a FNLA como uma força proeminente na luta pela independência angolana.

O MPLA emerge como resultado da fusão de várias organizações políticas que compartilhavam o objetivo comum de lutar pela independência do país. Entre essas organizações estavam o Movimento de Libertação Nacional (MLN), o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA) e o Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA). Esse processo de unificação ocorreu no contexto das lutas anticoloniais dos anos 1960, refletindo a necessidade de consolidar forças contra a dominação colonial portuguesa. Contudo, as origens do MPLA remontam às mobilizações políticas e culturais do final da década de 1950, lideradas por figuras como Viriato da Cruz (1928-1973), Agostinho Neto (1922-1979) e Mário Pinto de Andrade (1928-1990). Esses líderes desempenharam papéis fundamentais na articulação de uma visão nacionalista e revolucionária, que ganhou força após a Conferência de Túnis, um evento crucial na construção da unidade entre os movimentos anticoloniais. Conforme analisado por Bettencourt (1997), Visentini (2012) e Wheeler e Pélissier (2011), o MPLA consolidou-se não apenas como um movimento armado, mas também como uma organização político-ideológica que buscava articular a independência de Angola com a construção de um projeto socialista.

A UNITA foi fundada em 1966 sob a liderança de Jonas Savimbi (1934-2002), que conseguiu unir dissidentes da FNLA e membros da Associação dos Tchokwes do Congo, Angola e Rodésia (ATCAR). Diferente da FNLA, que se posicionava como uma frente conservadora, e do MPLA, que se definia como um movimento marxista-leninista, a UNITA se distanciava dessas correntes ideológicas. Inspirada principalmente pela Revolução Chinesa de Mao Tsé-Tung, a UNITA enfatizou questões culturais e, sobretudo, adotou uma visão de

revolução camponesa, voltada para a mobilização das zonas rurais do país. Em contraste com as estratégias urbanas e centradas na classe operária defendidas pelo MPLA, a UNITA visava mobilizar os camponeses em um processo revolucionário que envolvesse uma mudança estrutural a partir das bases rurais. O estudo de Muekalia (2010), Chiwale (2011), Ernesto Mulato (2014), Visentini (2012) e Wheeler e Pélissier (2011) ressaltam a especificidade desse movimento, que, apesar de seu caráter rural e conservador em relação aos outros movimentos de libertação, também teve um impacto significativo na política angolana, especialmente no que tange à luta pelo poder durante e após a independência.

Os três principais movimentos de luta armada em Angola – FNLA, MPLA e UNITA – divergiam ideologicamente e operavam dentro do contexto polarizado da Guerra Fria, posicionando-se conforme os interesses estratégicos de seus aliados internacionais. A FNLA, por exemplo, recebeu apoio dos Estados Unidos, enquanto o MPLA era sustentado por Cuba e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A UNITA, em sua fase inicial, contou com o apoio da China, mas, com as mudanças nas dinâmicas da Guerra Fria, passou a receber suporte dos Estados Unidos da América (EUA) e da África do Sul (Visentini, 2012). Esses apoios definiram o curso das ações políticas e militares de cada movimento, moldando suas estratégias e recursos disponíveis.

Além das alianças principais, esses movimentos também contaram com a solidariedade de países africanos e asiáticos que contribuíram para a visibilidade de suas causas e ofereceram formação militar e revolucionária, como Argélia, Congo, Guiné-Conacri e Tanzânia (Visentini, 2012; Jorge, 1998). Esse apoio internacional demonstrava a complexidade do conflito angolano, que não se limitava a um confronto interno, mas refletia as tensões globais da época.

No entanto, as divisões entre os movimentos não podem ser explicadas apenas pelo alinhamento ideológico. Segundo Jorge (1998), é insuficiente classificar o MPLA como pró-socialista e os grupos FNLA e UNITA como pró-capitalistas. Ele observa que a UNITA, por exemplo, recebia encorajamentos da China, enquanto o MPLA buscava – e muitas vezes obtinha – apoios em países capitalistas europeus. Essa ambiguidade revela que as alianças ideológicas e práticas eram mais fluidas do que as classificações tradicionais sugerem, exigindo uma análise mais aprofundada sobre as motivações e dinâmicas internas.

Outro aspecto frequentemente destacado é a questão etnolinguística. Que segundo o autor, a FNLA era entendida como uma frente essencialmente bakongo, o MPLA um movimento essencialmente ambundu e a UNITA uma união de ovimbundos. Embora esse fator seja usado para explicar as divisões entre os movimentos, Jorge (1998, p. 101)

argumenta que, “quanto mais se acentuava a fragmentação entre as forças de libertação, mais sólida se tornava a unidade entre as forças de opressão”. Tal constatação sugere que as disputas internas eram exploradas pelos interesses coloniais e externos para minar a coesão dos movimentos de resistência.

A conjuntura regional do “movimento de libertação na África Austral”, segundo Jorge (1998), era marcada por profundas divisões. De maneira semelhante, as forças de libertação em outros países da região também apresentavam múltiplas divisões. Jorge (1998) destaca que movimentos considerados progressistas, como o MPLA, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), frequentemente enfrentavam desafios de movimentos reacionários que buscavam disputar a exclusividade da representação do poder alternativo. No caso de Angola, a FNLA e a UNITA desempenharam esse papel, assim como, em Moçambique, grupos como a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMO) / União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a Frente de Libertação e Independência da Guiné (FLING). Na Rodésia/Zimbábue, os principais protagonistas eram a *Zimbabwe African National Union (ZANU)*⁴ e a *Zimbabwe African People's Union (ZAPU)*⁵, enquanto na África do Sul a disputa ocorria entre o *African National Congress (ANC)*⁶ e o *Pan Africanist Congress (PAC)*⁷.

As interferências externas não apenas ampliaram as tensões entre os movimentos, mas também dificultaram a formulação de um projeto unificado de libertação nacional e a efetiva consolidação da independência nos países da África Austral. Em Angola, essas interferências eram intensificadas pelo apoio estratégico, militar e financeiro oferecido por diferentes potências globais, como os Estados Unidos, a União Soviética, e a China, que utilizavam os movimentos locais como instrumentos de influência no contexto da Guerra Fria. Apesar da luta armada ter começado em 1961, com iniciativas independentes de movimentos como o MPLA, FNLA e, posteriormente, UNITA, o processo de independência ganhou impulso decisivo com o Golpe de Estado em Portugal, em 25 de abril de 1974, que derrubou o regime salazarista, liderado então por Marcelo Caetano. Conhecida como a Revolução dos Cravos, essa transformação política em Portugal foi crucial para desarticular o sistema colonial, já que

⁴ União Nacional Africana do Zimbábue

⁵ União do Povo Africano do Zimbábue

⁶ Congresso Nacional Africano

⁷ Congresso Pan-Africano

o novo governo, liderado pelos capitães, adotou uma postura favorável à descolonização. Segundo Hobsbawm (1995, p. 446), “o golpe de oficiais radicais que revolucionou Portugal (MFA - Movimento das Forças Armadas) foi engendrado nas longas e frustrantes guerras contra guerrilhas de libertação colonial na África, que o exército português vinha travando desde inícios da década de 1960.”

Após a Revolução dos Cravos, os líderes dos três movimentos de libertação Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA) iniciaram negociações para a transição do poder. Edward George (2005, p. 56) destaca que

[...] o processo de transferência de poder começa, a 5 de janeiro de 1975, quando os três movimentos, pressionados pela OUA, reuniram-se em Mombaça, no Quênia, e assinaram um acordo de entendimento em que ficou estabelecido unirem-se numa única frente independente para negociar com Portugal e manter a paz em Angola.

No entanto, esta cimeira contou com a presença dos dirigentes máximos dos três movimentos de libertação: Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi. Como resultado da cimeira, surgiram tantos avanços quanto impasses. Entre os pontos de desacordo, destacou-se a dificuldade em chegar a um consenso sobre a distribuição das pastas ministeriais no futuro governo de transição. Por outro lado, houve significativos pontos de convergência, como a concordância sobre a integração do enclave de Cabinda ao território angolano e a necessidade de criar uma plataforma comum para as negociações com o governo português. Os três movimentos começaram a estabelecer cooperação em áreas estratégicas, como a descolonização, a defesa da integridade territorial e a reconstrução nacional. Este ambiente de cooperação foi fundamental para que estivessem preparados para as negociações formais com o país colonial.

Em 15 de Janeiro de 1975, a nova República Portuguesa reconhece-os, durante a assinatura dos acordos de Alvor sobre a Independência, como “os únicos representantes legítimos do povo angolano”. O calendário é promissor: eleições para a constituinte no prazo de nove meses, proclamação da Independência em 11 de Novembro de 1975. Todavia, enquanto o êxodo de 400.000 portugueses se acelera, de fevereiro a junho de 1975, a viabilidade da coligação governamental (na qual o MPLA se instalou na Informação, na Justiça e nas Finanças) aparece rapidamente como um logro. Os incidentes sangrentos multiplicam-se, e o cessar-fogo de Nakuru, em 14 de Junho, é somente uma trégua aproveitada por cada movimento para acumular forças e preparar a intervenção dos seus aliados estrangeiros (Courtois *et al.*, 2024, p.851)

Nesse cenário, segundo Hodges (2002, p. 26), “os movimentos mostraram-se incapazes de trabalhar em conjunto. Iniciaram então uma corrida pela supremacia, antes da data marcada para a independência, em novembro do mesmo ano.” Esse fracasso na colaboração mútua evidenciou a fragmentação interna das forças de libertação, um reflexo não apenas das diferenças ideológicas entre elas, mas também das disputas pelo controle do

poder no futuro governo de Angola. Cada movimento buscava consolidar sua posição de domínio, o que tornava cada vez mais difícil alcançar um consenso sobre o futuro político do país.

Além disso, o conflito foi agravado pela intensa interferência externa, que se refletia não só na competição pelo controle dos recursos naturais, como o petróleo, que representa uma riqueza estratégica para as potências externas, mas também pelas rivalidades geopolíticas da Guerra Fria. A polarização ideológica entre os três movimentos não apenas amplificou as tensões internas, mas também transformou a luta pela independência de Angola em um campo de batalha indireto entre as superpotências da Guerra Fria.

A intervenção da África do Sul, determinada a impedir o fortalecimento de movimentos nacionalistas na Namíbia, ao sul de Angola, foi crucial nesse cenário. Como destacou Hodges (2002), a África do Sul, então sob o regime do *apartheid*, temia a propagação de uma onda de independência nas suas colônias vizinhas, o que poderia fortalecer a luta dos movimentos de libertação, especialmente no contexto da crescente pressão internacional contra o *apartheid*. Assim, a interferência externa, longe de ser uma intervenção neutra, tornou-se um fator determinante na intensificação da violência interna e na inviabilidade de um processo de transição pacífica e cooperativa para a independência angolana.

Nesse contexto, o MPLA proclamou a Independência de Angola em 11 de novembro de 1975, contando com o apoio de Cuba, União Soviética (URSS), Portugal, países da Europa de Leste e diversos países africanos. Esse apoio foi importante para consolidar a vitória do movimento, especialmente no cenário geopolítico da Guerra Fria, onde as alianças internacionais desempenham um papel fundamental na definição do futuro político de Angola⁸.

Tomado o Poder, o MPLA adotou o marxismo-leninismo como ideologia oficial, em 1976, e transformou-se em “partido de vanguarda”, assumindo a denominação de MPLA-Partido do Trabalho (MPLA-PT) em 1977. Levado a princípio, pelo abandono das propriedades e dos negócios dos colonos a empreender uma nacionalização parcial da economia, o MPLA alargou a estatização das estruturas econômicas na segunda metade da década de 1970 e tentou geri-las usando um sistema de planejamento centralizado de inspiração soviética (Hodges, 2002, p.27).

⁸ O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975, em parte devido à influência de servidores do Itamaraty que haviam estudado na Casa dos Estudantes do Império, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro. Esses diplomatas, com uma visão solidária às lutas de descolonização e alinhados com ideais progressistas, desempenharam um papel decisivo na formulação da política externa brasileira. A solidariedade com a luta angolana contra o colonialismo e o imperialismo levou o Brasil a apoiar o novo governo, alinhando-se com os movimentos de independência africanos. Assim, a decisão refletiu uma convergência entre a política externa brasileira e as correntes mais à esquerda no contexto da Guerra Fria.

Nos primeiros anos de sua independência, Angola se consolidou como um Estado soberano, mas sob um regime político totalitário, onde o MPLA, como partido único, assumiu o controle absoluto do poder. Esse controle abrange tanto os aparelhos ideológicos do Estado quanto os aparelhos repressivos, conforme os conceitos de Louis Althusser. O MPLA, como partido-Estado, centralizou a definição da ideologia nacional, utilizando a educação, a mídia e as instituições culturais para promover uma visão marxista-leninista, ao mesmo tempo em que estabeleceu um sistema de repressão para garantir a estabilidade política. Segundo Jorge (1998, p.129) “o domínio do partido único sobre o conjunto do corpo social passava necessariamente pela unidade ideológica da nação”. Para Althusser (1970), o controle ideológico é exercido através de instituições que formam e reproduzem as ideias dominantes, enquanto os aparelhos repressivos asseguram a conformidade com o regime. No caso de Angola, a força militar e policial desempenhou um papel fundamental em garantir a ordem, intimidando opositores e limitando as liberdades políticas. Dessa forma, o regime angolano no período pós-independência, embora soberano, estava profundamente marcado pela centralização autoritária do poder, o que resultou em um controle absoluto sobre a sociedade e a política do país.

Além do mais, a fusão entre líderes militares e políticos, como mencionado por Vicentini (2012), obscureceu as distinções entre ambos, gerando uma estrutura de poder em que as forças armadas estavam diretamente subordinadas ao controle político. Este cenário culminou na adoção de um centralismo democrático dentro do MPLA, conforme descrito por Almeida (2011), onde a crítica e a autocrítica eram ferramentas para corrigir erros, mas também para reafirmar o controle do partido sobre todos os aspectos da vida política.

Porém, embora o MPLA tenha se inspirado no marxismo-leninismo, como aponta Hodges (2003), sua implementação prática foi distorcida. O MPLA, em sua busca por consolidar o poder, adotou um sistema autoritário, formando uma Polícia Política e criando estruturas como o Conselho da Revolução, que institucionalizavam práticas repressivas, incluindo a pena de morte. A teoria marxista, que propunha a eliminação das classes dominantes e a participação popular, foi contradita pela realidade de um governo que se distanciava cada vez mais dos ideais de igualdade e liberdade. No entanto, a prática política angolana foi, em grande parte, moldada por fatores históricos e pela pressão externa, como as dinâmicas da Guerra Fria e o envolvimento de potências estrangeiras, como a União Soviética e Cuba.

Essa desconexão entre os princípios marxistas e as práticas do MPLA foi observada por figuras como Braz (2018) e Fanon (1968), que argumentam que os partidos

revolucionários frequentemente se afastam dos ideais de liberdade e democracia. Fanon (1968), especificamente, criticou a transformação dos partidos pós-coloniais em instrumentos de poder individual e de fortalecimento de uma classe dominante, à medida que se distanciaram das massas populares. No caso de Angola, o MPLA passou a representar uma classe dominante restrita, levando à exclusão das massas do processo decisório e enfraquecendo a legitimidade do regime. Esse cenário resultou em um governo que se viu refém de sua própria centralização e corrupção, conforme Fanon (1968), que descreve como os governantes se apropriaram dos recursos do país, enquanto a pobreza e a opressão se intensificaram para a maioria da população. Nas palavras de Fanon (1968):

Os partidos, que durante o combate atraíram a si o conjunto da nação, decompõem-se. Os intelectuais que às vésperas da independência tinham congregado o partido confirmam por seu comportamento atual que essa união não tinha outro objetivo que o de participar da distribuição do bolo da independência. O partido transforma-se num instrumento de êxito individual [...] contudo, existe no interior do novo regime uma desigualdade no enriquecimento e na monopolização. Alguns acumulam proveitos e revelam-se brilhantes especialistas do oportunismo. Os favores ilegais multiplicam-se, a corrupção triunfa, os costumes se degradam-se. Os corvos são agora numerosos demais e vorazes demais em comparação com a pobreza do espólio nacional. O partido, verdadeiro instrumento do poder entre as mãos da burguesia, reforça o aparelho do Estado e determina o enquadramento do povo. Sua imobilização. O partido ajuda o poder a conter o povo. É cada vez mais, um instrumento de coerção nitidamente antidemocrático partido é objetivamente, e às vezes subjetivamente, o cúmplice da burguesia mercantil (Fanon, 1968, p.141).

Desta forma, o regime pós-colonial angolano, liderado pelo MPLA, desviou-se dos ideais de libertação e justiça social que impulsionaram a luta pela independência. Apesar de sua retórica marxista-leninista, consolidou um governo autoritário e centralizador, marcado pela marginalização de vozes dissidentes e pela criação de mecanismos de controle e alienação. Ao invés de promover participação popular e igualdade, o regime reforçou práticas que favoreceram a classe dominante e aprofundaram desigualdades, frustrando as expectativas de transformação social que haviam mobilizado a luta anticolonial. Esse contexto revelou um distanciamento entre os princípios defendidos na independência e as práticas políticas pós-independência.

Nesse sentido, Hodges, (2002, p.76) coloca que,

No período em que se deu o colapso do regime colonial e a emergência de um Estado independente (1975-1976) testemunhou um breve interlúdio de pluralismo, mobilização popular e participação - bem como o desencadear da guerra civil. Mesmo dentro do próprio MPLA, existiam várias facções rivais em virtude da anterior dispersão dos líderes do movimento no exílio e aos fracos laços com as suas bases sociais dentro do país. No período de 1975-1976, desenvolveu-se nos bairros de Luanda um movimento baseado no «poder popular», sob a liderança de grupos de extrema-esquerda .

Contudo, apesar de se apresentar como um movimento marxista-leninista, o partido gradualmente centralizou o poder em torno de uma elite dirigente, desviando-se dos princípios socialistas originais. Essa transição envolveu a supressão de vozes críticas, o controle absoluto das forças de segurança sobre a população e a ausência de instituições judiciais independentes. Esse cenário configura um ambiente político marcado pela repressão e pela exclusão de dissidências internas, que encontraram no Poder Popular um espaço de resistência inicial.

Diante desses elementos, o Poder Popular era uma organização composta por jovens estudantes alinhados aos ideais marxistas-leninista, pró-soviéticos, defendendo uma sociedade sem classes e o exercício direto do poder pelas massas. Surgiu antes da independência nos bairros de Luanda, Cazenga, Rangel, Marçal e Sambizanga, ganhando força após a Revolução dos Cravos (1974) em Portugal. Mabeko Tali (2001) observa que muitos militantes, especialmente jovens, ingressaram no MPLA movidos por um imaginário revolucionário, sem ter uma relação direta com o partido antes de 1974. Esses militantes trouxeram consigo uma pluralidade ideológica, com tendências «maoístas», «marxistas-leninistas», «pró-albaneses» e «progressistas», que logo se chocaram com o centralismo do MPLA.

Entretanto, essa pluralidade ideológica, inicialmente vista como uma riqueza para o movimento, tornou-se um foco de tensões no período pós-independência. Segundo Christine Messiant (2008), a integração de diferentes correntes no MPLA gerou um «choque de expectativas», à medida que o partido priorizava a consolidação de seu poder sobre a implementação de um projeto político inclusivo. O Poder Popular, que inicialmente buscava transformar as estruturas sociais herdadas do colonialismo, foi gradualmente marginalizado. A coesão ideológica deu lugar a uma disputa interna entre os que defendiam o centralismo autoritário e aqueles que demandavam maior participação popular.

Considerando isso, a liderança do Poder Popular, composta por figuras como Nito Alves, Sita Valles, Bakalof, José Van-Dunem e Monstro Imortal, emergiu no contexto pós-Independência como uma oposição articulada ao regime do MPLA. Segundo Mateus e Mateus (2007), Figueiredo (2017), esses líderes denunciaram o desvio ideológico do partido e a corrupção dentro do governo, apontando para o fracasso em construir uma sociedade socialista. Para eles, o regime havia abandonado a luta de classes em favor da concentração de poder nas mãos de uma classe dominante ligada aos colonizadores portugueses. Essa dissidência interna foi vista pela liderança do MPLA como uma ameaça existencial, levando à repressão violenta contra os membros do Poder Popular no dia 27 de Maio de 1977 quando

os mesmos haviam convocado uma manifestação que visava chamar atenção a direcção do partido, em particular ao Presidente da República Popular de Angola que no entender dos organizadores do protestos havia sido capturado por uma classe dominante mais à direita. Assim,

Os acontecimentos de maio de 1977 marcaram um divisor de águas na política angolana, alterando profundamente a textura social e política do país. O ponto de partida foi a morte de seis destacados militantes do MPLA, ocorrida em circunstâncias que permanecem até hoje não totalmente esclarecidas. Entre as vítimas estavam três membros do Comité Central do MPLA (Saydi Mingas, Paulo Mungungu, conhecido como "Dangereux", e Eugénio Veríssimo da Costa, "N'Zagi"), dois membros do Estado-Maior General das FAPLA (Eurico Gonçalves e José Gabriel Paiva, "Bula") e um alto quadro do Ministério das Relações Exteriores (Antonio Garcia Neto). Esses eventos desencadearam uma repressão sem precedentes, resultando em graves violações de direitos humanos (Van Dunem, s/d, p.95).

No entanto, a repressão de maio de 1977 foi anunciada por Agostinho Neto, então Presidente da República e líder do MPLA, na Rádio Nacional e disseminada no Jornal de Angola com a frase marcante: "Não vamos perder tempo com julgamentos." Essa declaração sintetizou a postura do Estado diante do suposto fraccionismo e abriu caminho para uma repressão violenta e sistemática, pois para a direcção do Partido tratava-se de uma «tentativa de Golpe de Estado»⁹.

Segundo estimativas da Anistia Internacional, aproximadamente 20 mil jovens foram sumariamente executados em represálias subsequentes. Entretanto, o próprio MPLA, em uma conferência de imprensa realizada após a tragédia, estimou o número de vítimas em cerca de 30 mil. Outras fontes, como a Associação 27 de Maio, sugerem que o total de vítimas da repressão violenta liderada pela Direcção de Informação e Segurança de Angola (DISA) pode variar entre 60 mil e 80 mil pessoas. No entanto, estudos como os de Francisco (2007), Mateus e Mateus (2007), Maria (2014) e Pacheco (2016) aprofundam essa temática, trazendo à tona os detalhes do genocídio que marcou o início de um longo pesadelo para o povo angolano. Esse cenário contrastava fortemente com o ambiente de 1976, quando ainda predominava um clima de euforia pela independência recém-conquistada. Naquele momento, o poder do MPLA era amplamente descentralizado e refletia uma tentativa de democracia participativa, materializada em estruturas de base como as comissões de moradores, trabalhadores e camponeses, frequentemente eleitas com a participação direta da população.

⁹ "As consequências mais amplas do Golpe de Estado e as sequelas que dele resultaram foram menos benéficas. As detenções em massa e as execuções de dissidentes que se seguiram ao golpe afectaram, em particular, a intelligentsia angolana. A violência das represálias criou um clima de medo que se manteve até à década de 1990, desencorajando os Angolanos de qualquer atitude dissidente e instilando uma cultura de conformismo, dependência do Estado e ausência de iniciativa" (Hodges,2002, p. 77)

Contudo, os eventos de maio de 1977 não apenas interromperam essa experiência participativa, mas também consolidaram uma cultura de autoritarismo e repressão que deixou marcas profundas na sociedade angolana. A repressão brutal dizimou uma geração de jovens, eliminou lideranças críticas e instaurou um clima de medo que se prolongou por décadas. A memória desses acontecimentos, amplamente documentada por estudos e testemunhos, permanece um tema central nos debates sobre a história contemporânea de Angola e os desafios de sua reconstrução política e social.

Partindo desta referência, o episódio do 27 de Maio de 1977 marcou o auge dessas tensões. Considerado um dos momentos mais sombrios da história de Angola, o evento foi caracterizado por prisões, torturas e execuções sumárias de milhares de militantes e simpatizantes do Poder Popular. Pawson (2014) descreve o episódio como um «ponto de não retorno», onde o MPLA optou pela eliminação física dos dissidentes em vez de buscar soluções políticas. Essa resposta violenta foi justificada pelo regime como uma defesa da unidade partidária, mas, na prática, consolidou o autoritarismo.

Desta maneira, a repressão ao Poder Popular e aos seus líderes teve implicações profundas no projeto socialista angolano. Segundo Figueiredo (2017), o episódio simboliza o fracasso do MPLA em conciliar as promessas revolucionárias com a realidade política do pós-independência. A centralização do poder eliminou qualquer possibilidade de participação popular genuína, transformando o socialismo em uma retórica vazia utilizada para legitimar um regime autoritário. Como Fanon (1968) argumenta, a alienação das massas é uma consequência frequente do desvio ideológico dos movimentos revolucionários, que muitas vezes se tornam instrumentos de dominação das classes.

Além do impacto político, o 27 de Maio também teve efeitos duradouros na sociedade angolana. A violência do episódio gerou um trauma coletivo e instaurou uma cultura de medo e silêncio que perdurou por décadas. Messiant (2008) ressalta que a memória do 27 de Maio foi sistematicamente reprimida pelo regime, dificultando a elaboração de um debate público sobre os acontecimentos. Essa estratégia contribuiu para a perpetuação do autoritarismo, uma vez que a ausência de memória histórica impediu a sociedade de questionar os fundamentos do regime.

Por isso, os líderes do Poder Popular buscaram denunciar não apenas a concentração de poder, mas também a crescente desigualdade social em Angola. Jean-Michel Mabeko Tali (2001, p.181) enfatiza que

[...] essa dissidência baseava-se numa reivindicação ideológica: a realização de uma revolução marxista-leninista radical e pró-soviética. Mas exprimia também uma crítica social: a do açambarcamento dos privilégios sociais por um pequeno número,

da corrupção galopante, etc. Neste último aspecto, o discurso nitista teve, de resto, tendência de confundir «raça» e «classe». Foi esse, de resto, um dos factores da sua popularidade não só nos bairros pobres como também numa elite negra em concorrência já declarada com as elites sociais mestiças e brancas angolanas.

No entanto, as demandas do Poder Popular foram rotuladas pelo MPLA como “subversivas”, evidenciando o quão distante o regime estava dos princípios revolucionários que inspiraram a luta pela independência. Contudo, olhando para o legado do 27 de Maio, é possível argumentar que o evento representa não apenas um fracasso político, mas também uma oportunidade perdida para a construção de um socialismo democrático em Angola. Reis (2018) aponta que a eliminação das dissidências internas privou o MPLA de um debate ideológico necessário para adaptar-se às mudanças do contexto pós-independência. A centralização do poder e a repressão às vozes críticas consolidaram um regime fechado, que priorizou a estabilidade política em detrimento das questões sociais e econômicas.

Importa acrescentar que segundo Hodges (2002, p.78)

Nesses primeiros anos, não existia parlamento. Em vez disso, o órgão supremo do Estado criado após a independência era o Conselho da Revolução, um organismo constituído por membros nomeados que acabou por ser substituído em 1980, por um órgão legislativo conhecido como Assembleia do Povo, eleito indiretamente num quadro de partido único. Este órgão não tinha praticamente nenhum papel substantivo e reunia-se duas vezes por ano em sessões que não duravam mais do que alguns dias, de forma a aprovar, tacitamente, a legislação.

Frente a essa realidade, a Lei Constitucional de 1975 consolidou o carácter centralizador e autoritário do regime político angolano no período pós-independência. O artigo 38º conferia ao Conselho da Revolução amplos poderes legislativos e executivos, incluindo a orientação das políticas internas e externas, a aprovação do orçamento e do plano económico, e a nomeação ou exoneração de altos cargos governamentais, sempre em alinhamento com as diretrizes do Comitê Central do MPLA. Além disso, o Conselho tinha competência para decretar anistias, autorizar declarações de guerra ou paz e exercer outras funções estratégicas. Sua composição, descrita no artigo 36º, refletia a concentração de poder nas mãos da classe dominante do MPLA e de figuras militares e governamentais próximas ao Presidente da República, incluindo membros do Comitê Central, do Governo, e das estruturas militares e provinciais. Essa estrutura evidenciava o monopólio do MPLA sobre o Estado, eliminando a separação entre as esferas partidária e estatal e restringindo a participação democrática, consolidando o partido único como centro de poder absoluto.

Diante deste contexto, baseado no monopartidarismo,

[...] a FNLA ficou virtualmente destruída como força combatente em 1975-1976 e sofreu depois outros revés quando, no Zaire, o regime de Mobutu estabeleceu

relações cordiais com o Governo angolano, em 1978-1979. A UNITA, pelo contrário, pôde reorganizar-se depois da derrota sofrida em 1976, devido ao ressurgimento das estruturas políticas que tinha criado na região dos Ovimbundos, à firme determinação e ao carisma do seu líder, Jonas Savimbi, e sobretudo, ao apoio fornecido pela África do Sul, que lhe disponibiliza bases de retaguarda no Norte da Namíbia, instrução militar, armamento e apoio logístico (Hodges, 2002, p.28).

Com o fortalecimento militar e logístico da UNITA, Angola retornou ao estado de Guerra Civil. João Paulo N’Ganga (2008) categoriza os conflitos angolanos em três fases principais: a “Guerra de Libertação Nacional,” a “Guerra da Legitimidade,” e a “Guerra do *Status Quo*.” O período pós-independência insere-se na “Guerra da Legitimidade,” marcada pela disputa entre o MPLA, que se auto proclamava o único representante legítimo do povo angolano, e a UNITA, que reivindicava reconhecimento com base em sua participação na luta anticolonial. Essa reivindicação fundamentava-se nos Acordos de Alvor de 1975, que haviam reconhecido a FNLA, o MPLA e a UNITA como legítimos representantes do povo angolano, conferindo-lhes legitimidade política.

Como destacado por Cravinho (2010), a legitimidade política dos novos regimes africanos baseava-se quase exclusivamente no protagonismo durante a luta de libertação, e não em programas políticos ou consagração eleitoral. Nesse contexto, o MPLA e a UNITA passaram a disputar não apenas o poder político, mas também a narrativa histórica da libertação. Segundo Justin Pearce (2017, p.37) “para o MPLA, a UNITA era um fantoche do regime do *apartheid* da África do Sul e do Ocidente imperialista, enquanto no entender da UNITA, o MPLA era dirigido por mestiços descendentes dos antigos colonizadores e tornaram-se um instrumento dos ímpios invasores cubanos”.

Em meio a trocas de acusações e ataques mútuos, os beligerantes reforçaram suas narrativas para justificar suas posições na Guerra Civil. Diante disso,

Os adeptos do MPLA vêem o seu partido como o único que verdadeiramente libertou Angola do jugo colonial e como guardião da nação angolana contra investida colonialista que tinha na UNITA o seu instrumento local. Para os seguidores da UNITA, a credibilidade do seu movimento advém também da oposição ao regime colonial português e da defesa de uma Angola negra africana e cristã autêntica que estava a ser atacada por um estado ateu sediado em Luanda, dominado por crioulos e instrumentalizado pelo imperialismo soviético (Pearce, 2017, p.37).

Essas acusações também trouxeram à tona questões tribais, um elemento significativo na dinâmica dos movimentos políticos angolanos. O MPLA era amplamente associado aos quimbundos, enquanto a FNLA tinha uma base majoritariamente quicongo, e a UNITA era predominantemente ovimbundo. Apesar dessas associações, é importante destacar que todos os movimentos possuíam alguma representatividade de outras tribos, o que lhes conferia uma aparência de unidade nacional. Contudo, o MPLA conseguiu explorar essa questão de

maneira estratégica, apresentando-se como um partido progressista e defensor da integração nacional. Essa narrativa não apenas reforçava sua legitimidade interna, mas também fortalecia sua posição no cenário internacional, especialmente ao atrair apoio de blocos socialistas que valorizavam o discurso de superação das divisões étnicas e a construção de um projeto unificado de nação.

Na visão de Hodges (2002), o fim da Guerra Civil em Angola foi moldado por uma série de dinâmicas internacionais e mudanças internas no contexto da Guerra Fria. Em 1985, os Estados Unidos, através da Emenda *Clark*, intensificaram o apoio à UNITA, enquanto, na União Soviética, Mikhail Gorbachev iniciava reformas, como a *Perestroika* e a *Glasnost*, enquanto reduzia o envolvimento da URSS em conflitos no Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, a África do Sul também se via pressionada a buscar uma solução para o conflito da Namíbia, um ponto chave nas negociações que envolveram a retirada das tropas cubanas de Angola. Em 1988, os Acordos de Nova Iorque foram assinados entre o MPLA, Cuba e a África do Sul, prevendo a retirada das tropas cubanas em troca da retirada das tropas sul-africanas e a realização de eleições na Namíbia. As retiradas começaram em janeiro de 1989 e foram concluídas em maio de 1991.

No entanto, o fim da Guerra Fria e a fragmentação do bloco soviético em 1991 também afetaram as relações estratégicas do MPLA com seus aliados históricos, forçando o partido a repensar suas opções ideológicas. Como aponta Hodges (2002), as mudanças políticas externas coincidiram com um movimento interno dentro do MPLA que começou a questionar a viabilidade do sistema de economia planificada e propôs um modelo mais orientado para o mercado. Essa mudança foi fundamental para a reorientação do país¹⁰.

Numa reunião do seu comitê Central em Junho de 1990, o MPLA-PT decidiu abandonar o sistema de partido único e permitir uma concorrência política aberta entre diferentes partidos políticos. A isso seguiu-se o abandono formal do marxismo-leninismo e da referência ao «Partido do Trabalho» na denominação do partido, no seu terceiro Congresso, realizado em Dezembro de 1990. Em Maio de 1991, uma lei de revisão constitucional (Lei n.º 12/91) definiu Angola como um «Estado democrático de direito» e instaurou um sistema multipartidário (Hodges, 2002, p.30).

¹⁰ Além disso, as negociações de paz avançaram com a realização de conferências internacionais. A Conferência de Gbadolite, em junho de 1989, realizada na República Democrática do Congo, foi uma tentativa de mediação regional para uma solução pacífica, propondo um cessar-fogo e negociações diretas entre o MPLA e a UNITA. Em seguida, os Acordos de Bicesse, assinados em 31 de maio de 1991, entre o governo do MPLA e a UNITA, estabeleciam um compromisso de cessar-fogo, a desmobilização e desarmamento das forças armadas, e a criação de forças armadas unificadas, combinando elementos do MPLA e da UNITA. Esses acordos também previam a formação de um governo de unidade nacional, a realização de eleições multipartidárias supervisionadas internacionalmente e a reintegração social e econômica dos combatentes desmobilizados, além de programas de ajuda humanitária.

Essas reformas políticas significaram uma democratização do espaço político, permitindo a emergência do setor privado e de uma sociedade civil ativa. O processo de reforma no MPLA foi impulsionado pelo reconhecimento da impossibilidade de uma vitória militar sobre a UNITA, o que encorajou a busca por uma solução política. Como aponta Hodges (2002), o partido começou a ver que a guerra não poderia ser vencida militarmente, o que levou a um clima de abertura para o compromisso e a reconciliação política. O fim da Guerra Civil não apenas abriu caminho para uma nova ordem política, mas também exigiu que o MPLA reformulou sua identidade, adaptando-se às mudanças globais e internas, e reconhecendo a necessidade de convivência multipartidária num quadro democrático.

Diante disso, foram criadas leis sobre associações (Lei n.º 14/91), partidos políticos (Lei n.º 15/91), o direito de associação (Lei n.º 16/91), a imprensa (Lei n.º 25/91) e o direito à greve (Lei n.º 23/91). Essas leis possibilitaram o surgimento de uma sociedade civil com a criação da Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), Omunga, Open Society Angola (OSISA), Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Associação Mãos Livres, Associação 27 de Maio, S.O.S Habitat, Mpalabanda, Movimento dos Estudantes (MEA), entre outras. Foi igualmente neste quadro que movimentos religiosos foram reconhecidos como entidades legais conforme (Blanes, 2014) e (Vidal; Andrade, 2008).

A revisão da Lei Constitucional em 1992, permitiu a abolição da pena de morte, consagrou a liberdade de circulação, instituiu o sistema eleitoral mediante lei n.º 5/92, definiu as condições de observação internacional do ato eleitoral mediante Lei n.º 6/92 e permitiu o estabelecimento de estações de rádios privadas, facilitou o registo das formações partidárias e contribuiu para a edificação institucional das estruturas de Comunicação Social mediante lei n.º 7/92.

Nesta senda, Angola passou por uma transformação em seu sistema político com a transição de República Popular de Angola (1975-1991) para República de Angola (1992 até os dias atuais). Essa mudança marcou o abandono do regime socialista de partido único em favor de um sistema multipartidário, permitindo maior abertura política e social. Diferentemente de outros países que também passaram por transições políticas e realizaram alterações profundas em seus símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, Angola manteve os símbolos herdados do período socialista, marcados pela ideologia do MPLA.

Desta forma, a permanência desses símbolos e a manutenção de certas práticas administrativas e políticas do regime de partido único têm gerado controvérsias e debates. No parlamento e na sociedade civil, muitos criticam a falta de adequação dos símbolos nacionais à nova realidade democrática e pluralista, argumentando que eles continuam a representar

exclusivamente o MPLA, dificultando a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e diversa¹¹.

Por outro lado, a resistência do MPLA em promover mudanças simbólicas pode ser explicada pela narrativa de sua vitória histórica na Guerra Civil, encerrada em 2002. Essa vitória consolidou o MPLA como força dominante no país, permitindo que o partido continuasse a moldar o Estado de acordo com sua visão, mesmo em um ambiente multipartidário. Embora tenha havido avanços, como a aceitação formal de uma convivência multipartidária, a maior abertura para a sociedade civil, o fortalecimento de ONGs e o espaço crescente para as igrejas no debate público, muitos críticos destacam que o “*modus operandi*” do Estado ainda reflete estruturas centralizadas e autoritárias. Isso inclui o controle sobre os principais recursos do país, a gestão pública altamente verticalizada e o uso de instituições estatais como instrumentos de preservação do poder político.

As primeiras eleições em Angola ocorreram em 1992, marcando a transição para o multipartidarismo no país. Havia grande expectativa de que o MPLA enfrentaria dificuldades para se manter no poder, à semelhança de outros movimentos de libertação em contextos africanos semelhantes. Exemplos internacionais reforçavam essa perspectiva. Na Zâmbia, em 1991, o Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD), liderado por Frederick Chiluba, venceu o histórico *United National Independence Party* (UNIP) de Kenneth Kaunda, que governava desde a independência em 1964. Na Argélia, o *Front de Libération Nationale* (FLN), no poder desde 1962, foi derrotado pelo Front Islamique du Salut (FIS) nas legislativas de 1992. Em ex-colônias portuguesas como São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, eleições multipartidárias realizadas em 1991 levaram à derrota dos partidos que haviam liderado as lutas de libertação – o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) –, que foram substituídos por forças políticas de oposição.

No entanto, em Angola, o cenário político mostrou-se distinto. As eleições de 1992 incluíram dois pleitos: legislativo e presidencial. No legislativo, o MPLA obteve aproximadamente 54% dos votos, garantindo 70 deputados no ciclo nacional e 59 no provincial. A UNITA ficou em segundo lugar com 34% dos votos, elegendo 44 deputados no ciclo nacional e 26 no provincial. Outros partidos, como o Partido Renovador Social (PRS) e a FNLA, obtiveram representações menores, com 6 e 5 deputados, respectivamente.

¹¹ VOA. UNITA insiste na mudança da bandeira e símbolo de Angola. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/unita-insiste-na-mudana-da-bandeira-e-simbolo-de-angola/2596452.html>> . Acesso em: 04 jan. 2025 .

Pequenos partidos, como o Partido Liberal Democrático (PLD), Partido Renovador Democrático (PRD) e outros, conseguiram apenas um deputado cada, enquanto várias siglas não elegeram representantes¹².

Na eleição presidencial, segundo dados da Comissão Nacional Eleitoral, os resultados refletiram uma polarização significativa entre José Eduardo dos Santos, do MPLA, com 49,57% dos votos, e Jonas Savimbi, da UNITA, com 40,07%. Alberto Neto, do Partido Democrático Angolano (PDA), ficou em terceiro lugar, com apenas 2,16%. A diferença de votos entre os dois primeiros candidatos indicava a necessidade de um segundo turno, conforme previsto pelo sistema eleitoral angolano, que exige que um candidato alcance 50%+1 dos votos para vencer no primeiro turno.

Na visão de Nicolau (2004, p.33) ,

O sistema de dois turnos é o mais utilizado nas eleições presidenciais: Áustria, Benin, Brasil, Bulgária, Chile, República Dominicana, El Salvador, França, Finlândia, Madagascar, Mali, Moçambique, Polónia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Ucrânia e Uruguai. Em todos esses países a regra é a mesma :os partidos apresentam um candidato nas eleições presidenciais; caso um deles receba a maioria absoluta dos votos é eleito; do contrário, um segundo turno é realizado com apenas os dois candidatos mais votados.

No caso de Angola, o segundo turno nunca ocorreu devido à escalada de violência pós-eleitoral. Outro dado significativo foi a diferença entre os votos recebidos pelos partidos e seus candidatos presidenciais. Enquanto o MPLA segundo dados da CNE obteve 2.124.126 votos nas eleições legislativas, José Eduardo dos Santos recebeu 1.953.335 na presidencial. Já na UNITA, o inverso ocorreu: o partido somou 1.347.636 votos, enquanto Jonas Savimbi obteve 1.579.298, sugerindo maior popularidade pessoal do líder em relação à legenda.

Diante desse complexo quadro, entre outubro e dezembro de 1992, confrontos em Luanda resultaram na morte de importantes líderes da UNITA, incluindo o vice-presidente Jeremias Chitunda, o secretário-geral Mango Alicerce e Salupeto Pena, sobrinho de Jonas Savimbi. Esses eventos, conhecidos como os massacres pós-eleitorais, agravaram a tensão política e contribuíram para a retomada do conflito armado. Ademais, o MPLA foi acusado de envolvimento na «sexta-feira sangrenta»¹³, em janeiro de 1993, quando centenas de

¹² ANGOLA. Comissão Nacional Eleitoral. Eleições gerais de 1992. Disponível em: <https://www.cne.ao/eleicoes/1992> . Acesso em: 4 jan. 2025.

¹³ A Sexta-feira Sangrenta foi uma das consequências do agravamento da tensão que sucedeu à não aceitação, por parte da UNITA, dos resultados das primeiras eleições em Angola, ocorridas em fins de setembro de 1992. Os combates se reiniciaram, de forma irrevogável, no começo do ano de 1993. Os regressados, na cidade de Luanda, tinham votado maciçamente em Jonas Savimbi, a despeito da existência de todos os partidos políticos de origem bakongo que se formaram após a adoção do multipartidarismo. Talvez porque vissem em Savimbi a única opção capaz de se contrapor ao governo, cuja imagem estava, na época, extremamente desgastada. O fato é que, desde dezembro de 1992, já havia registros de ataques, assaltos e intimidações nos bairros regressados,

cidadãos de origem bakongo foram mortos, evidenciando a fragilidade do ambiente democrático. Contudo, neste mesmo ano os EUA reconhecem Angola como Estado soberano e estabelecem relações políticas e diplomáticas conforme

As relações entre Angola e os EUA, tomariam um rumo relativamente acertado com o fim da Guerra Fria, momento em que induzia a Angola grandes contornos na sua agenda interna e externa, no âmbito interno, o país procedeu com a transição política saído do monopartidarismo ao pluripartidarismo. Posição essa, a qual sinalizou pela realização das primeiras eleições livres e democráticas em (1992) responsáveis na construção de uma Constituição Democrática, e os EUA sinaliza tal feito com o reconhecimento e estabelecimento das relações políticos diplomáticos oficiais, que até então se limitavam nas relações comerciais com empresas norte-americanas (Jovita , 2017, p.85).

Nesta senda, a queda do Muro de Berlim, a renúncia ao socialismo em vários países do leste europeu, e o colapso da União Soviética fragilizaram significativamente a posição da UNITA no cenário das relações internacionais. Com a mudança da geopolítica global, Angola passou a ser reconhecida pelos Estados Unidos como um Estado soberano, ampliando o protagonismo diplomático do MPLA. Nesse contexto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu diversas resoluções que condenavam a resistência armada da UNITA, mesmo diante das ofensivas do governo angolano contra seus membros. Jonas Savimbi e seu partido foram responsabilizados pela perpetuação da crise angolana, agravando o isolamento político da UNITA no cenário internacional. Segundo Muekalia (2013, p.283:284):

Em Abril, quando as partes se reuniram em Abidjan para as negociações, sob mediação de Margareth Anstee , a administração Clinton procurava trabalhar para restabelecer o cessar-fogo e procurar uma solução que garantisse “equilíbrio político” , entendido como a participação da UNITA nas instituições do Estado e o seu direito a existir e desenvolver actividade política no País, num sistema pluripartidário que previsse eleições regulares.

Neste contexto, a UNITA buscava garantir a compreensão da comunidade internacional em relação a duas questões principais. Primeiro, embora tivesse aceitado os resultados das eleições de 1992, o partido alegava que o processo eleitoral fora fraudulento, o que compromete a legitimidade do governo resultante. Nesse sentido, a UNITA procurava uma solução política baseada na «igualdade» das partes, o que envolvia a garantia de um tratamento equitativo para todas as forças políticas. Em segundo lugar, a UNITA manifestou preocupações relacionadas à segurança de seus membros e bens, especialmente após os

feitos por parte de policiais, milícias, militares ou bandidos fardados (atendendo às exigências do processo de paz, o governo havia desmobilizado um grande contingente de militares). Na manhã do dia 22 de janeiro de 1993, motivados por boatos sobre a infiltração de soldados zaienses no norte de Angola em apoio à UNITA, explodiram ataques aos moradores de Luanda que pudessem ser identificados como zaienses ou regressados (Pereira, 1999, p.51:52).

acontecimentos violentos entre outubro de 1992 e fevereiro de 1993, que afetaram seus dirigentes e militantes. A adesão do MPLA ao multipartidarismo não tranquilizava a UNITA, que insistia que qualquer acordo de cessar-fogo deveria ser acompanhado por uma presença significativa das forças de paz da ONU, com os «capacetes azuis» garantindo a segurança dos seus militantes e a estabilidade nas cidades. A busca por uma presença internacional, conforme salientado por Muekalia (2013), era vista pela UNITA como fundamental para uma transição pacífica e segura.

No entanto, o MPLA, sob a liderança de José Eduardo dos Santos, tinha seus próprios objetivos. O partido procurava não apenas anular os ganhos militares da UNITA, mas também asfixiar politicamente o movimento, aproveitando-se da pressão internacional e do isolamento diplomático da UNITA (Muekalia, 2013). Isso se refletiu em diversas estratégias, incluindo a utilização do Conselho de Segurança da ONU para legitimar a sua ação e enfraquecer a oposição. A partir de 1996, com o mandato do governo resultante das eleições de 1992 ultrapassando o prazo, o cenário político de Angola tornou-se cada vez mais instável. Sem previsão para novas eleições, o MPLA, em 1997, tomou a decisão de criar um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), incluindo representantes de diversos partidos políticos, até mesmo da UNITA. Contudo, a estratégia de cooptar setores da UNITA não impediu o aprofundamento das divisões internas, com a criação da UNITA-Renovada e da FNLA-Renovada, processos que visavam enfraquecer a coesão interna da oposição e consolidar a hegemonia do MPLA e em particular de seu Presidente no cenário político tendo em consideração que na altura o Sistema Político de Governo era Semi-Presidencialista de acordo com a Lei Constitucional de 1991 que conferia a chefia do Governo para o Primeiro-Ministro no caso Marcolino Moco e o Presidente detinha poderes meramente simbólicos.

Com o objetivo de resgatar os poderes absolutos contra os preceitos constitucionais, foi criada a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) e o Movimento Espontâneo. A FESA, estabelecida em 1996, tornou-se um exemplo claro da «privatização» do Estado angolano. Sua criação visou responder a desafios como a não resolução do conflito armado, rivalidades internas no poder e a crise social exacerbada pela guerra, corrupção e predação. A FESA rapidamente se transformou em um instrumento de clientelismo, recebendo doações de empresas estrangeiras interessadas em contratos no país, o que consolidou o neopatrimonialismo no regime de José Eduardo dos Santos (Messiant, 2010).

Apesar disso, a atuação da FESA exemplifica a estratégia presidencial de integrar a sociedade civil ao aparato estatal, utilizando-a como ferramenta para legitimar o regime e

controlar a oposição. Ao financiar projetos sociais e culturais, a fundação buscou criar uma imagem positiva do governo, enquanto limitava a autonomia da sociedade civil. Essa abordagem reflete a tentativa do regime de manter o controle social e político, manipulando as percepções internas e externas sobre a governança em Angola (Messiant, 2010).

Contudo, a análise de Messiant sobre a FESA destaca a transformação do Estado angolano em um sistema neo patrimonialista, onde recursos públicos são canalizados para interesses pessoais e partidários. Essa dinâmica contribuiu para a perpetuação do poder de José Eduardo dos Santos, enfraquecendo as instituições democráticas e limitando o espaço para uma sociedade civil verdadeiramente independente. Portanto, a FESA não apenas refletiu, mas também reforçou as práticas de clientelismo e autoritarismo no país (Messiant, 2010).

Por outro lado, o Movimento Espontâneo criado pelo então Presidente, segundo Hodges (2002), organizou manifestações de protesto contra o Primeiro-Ministro, com o objetivo de pressionar o chefe do governo Marcolino Moco a abandonar o poder. Esse movimento foi uma das várias formas de distração e mobilização a favor de José Eduardo dos Santos.

Assim, com a morte de Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002, a UNITA foi obrigada a reconsiderar sua postura, abrindo espaço para o diálogo. A assinatura do Memorando de Entendimento, que resultou nos Acordos de Paz em abril de 2002, representou uma mudança significativa no panorama político de Angola. A partir desse momento, o país iniciou um novo ciclo, marcado por desafios diferentes, mas igualmente complexos. A transição da guerra para a paz não foi fácil, e, como enfatizado por diversos analistas, o orçamento geral do Estado durante o período da guerra era amplamente dedicado a financiar os conflitos armados, o que gerou uma enorme pressão sobre os recursos públicos e a gestão fiscal. No entanto, com o boom do petróleo e o crescimento da economia, a situação do país começou a melhorar do ponto de vista econômico, embora os benefícios desse crescimento não se refletissem de maneira igualitária na população. A transparência na gestão pública tornou-se um tema central, com o povo exigindo mais eficiência e responsabilidade nas finanças públicas.

1.2 Lutas de classes e as especificidades das lutas sociais em Angola posterior à Independência

A luta de classes, conforme apontado por Marx e Engels (2007) em “O Manifesto do Partido Comunista”, constitui a base da história de todas as sociedades: “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2007, p. 32).

O cenário revolucionário na França em 1830 evidenciou o protagonismo do proletariado e de outros setores sociais marginalizados pela configuração política dominada pela aristocracia financeira. Esse grupo, composto por banqueiros, grandes proprietários de terras e investidores, detinha o controle do Estado, enquanto a burguesia industrial permanecia em posição subalterna e outras classes, como a pequena burguesia e o campesinato, eram completamente excluídas do poder político. A tensão entre as frações da burguesia e os impactos da especulação financeira sobre a economia estimularam um processo de mobilização que culminou na união entre o proletariado e a pequena burguesia. Sob intensa pressão popular, o governo provisório instaurado após a revolução proclamou a República Francesa com os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Esse momento, embora significativo, não representava a realização completa das aspirações revolucionárias do proletariado.

Ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele. O que ele conquistou foi somente o terreno para travar a luta por sua emancipação revolucionária, mas de modo algum a própria emancipação” (Marx, 2012, p. 44).

A partir desse marco, Marx (2012) destaca o caráter contraditório do protagonismo proletário. A proclamação da república simbolizou um avanço em termos políticos, mas também revelou os limites do processo revolucionário sob a hegemonia da burguesia. A unidade temporária entre o proletariado e a pequena burguesia logo se dissolveu, à medida que interesses de classe divergentes emergiram com maior clareza. A reação da burguesia consolidou uma resistência unificada contra as demandas proletárias, ilustrando a dificuldade de superar as contradições estruturais do capitalismo. Esse episódio reforça a análise marxista de que conquistas políticas só se traduzem em emancipação plena quando acompanhadas pela transformação das relações econômicas e sociais que sustentam a dominação de classe.

Diante disto, a Independência de Angola trouxe consigo a promessa de um modelo socialista, mas também revelou a complexidade das relações sociais e econômicas em uma sociedade que, além de lutar pela autodeterminação, precisava lidar com as desigualdades estruturais deixadas pelo colonialismo. O MPLA surgiu como um movimento de libertação anticolonial que congregava diversas correntes ideológicas, como marxistas, leninistas, trotskistas, socialistas e até defensores de um socialismo africanizado inspirado em Amílcar Cabral, como discutido por Mabeko-Tali (2001). Contudo, no pós-independência, o movimento enfrentou o desafio de se transformar em partido político, o que gerou tensões internas, especialmente com os jovens que defendiam a consolidação do Poder Popular.

No entanto, a luta de classes em Angola transcende os limites tradicionais entre proletariado e burguesia, conforme descrito por Antunes (1999) e Machado (2011). A formação de um proletariado urbano em Angola foi profundamente marcada pelo desemprego, pela informalidade e pela subcontratação, enquanto a burguesia emergente era composta por uma classe política e empresarial ligadas ao Estado. A relação entre essas classes antagônicas, como observado por Elias (2021), determinou boa parte da dinâmica política e econômica do país.

Nito Alves (1945-1977), uma figura emblemática no MPLA, destacou-se por sua eloquência e defesa de posições que desafiavam a liderança do partido. Conhecido como o «Lenine Africano»¹⁴, Alves denunciava as desigualdades estruturais e defendia a inclusão efetiva do povo nas estruturas de poder. Em seus discursos, ele declarou que “em Angola só teria paz quando um branco, um mulato, um negro, for visto a limpar as ruas, e não só os pretos”.

Frente a isso, Nito Alves foi acusado de fraccionismo, um conceito que, segundo ele, contradiz os ideais proclamados pelo MPLA:

Como é possível que dirigentes que defenderam a necessidade da participação das Comissões Populares de Bairro na época da luta contra os fantoches do imperialismo, sustentem, após a vitória popular, estas teses? Como é que se grita , todos os dias , VIVA O PODER POPULAR e se defende , estas posições? Na luta anti-imperialista, no sentido mais amplo , apelou-se para o Poder Popular e na opção socialista se vota uma desconfiança ao Poder Popular que vai até ao ponto de se pedir medidas de suspensão (até quando?) do processo eleitoral? Algo vai mal no MPLA, é a conclusão a fazer (Alves, 2021, p.165)

¹⁴ “Em Março de 1976, Nito Alves e José Van Dunem (ao tempo Comissário Político das FAPLA) foram representar o MPLA , na sua qualidade de membros do Comitê Central, no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Os pormenores dessa viagem têm sido, desde o 27 de Maio de 1977, objecto de todas as espécies de interpretações no MPLA. Afirma-se , por exemplo, que os Soviéticos reservaram para o ministro angolano da Administração Interna privilégios de chefe de partido, chegando a colocar o seu retrato, e não o de Agostinho Neto, na galeria dos retratos dos chefes revolucionários amigos de Moscovo” (Tali, 2001, p.207).

Desta maneira, a questão do Poder Popular era central no debate. Nito Alves recorria à experiência histórica de outros países, como Cuba e Vietnã, para argumentar que as Comissões Populares de Bairro representavam uma expressão genuína da participação das massas na construção do socialismo, para ele “ o MPLA tem de demonstrar capacidade de dirigir esta imensa força, que não pode ser dispersada se queremos avançar com ritmos bem cadenciados” (Alves, 2021, p. 169).

Por sua vez, Agostinho Neto (1922-1979), então presidente do MPLA e da República Popular de Angola, respondeu às críticas de Nito Alves em discursos oficiais. Para Neto (1977) , o fraccionismo era uma ameaça à unidade do partido:

O fraccionismo , que é um mal que ocorre em todos os partidos revolucionários, manifesta-se sobretudo pelo aparecimento de grupelhos de ambiciosos e oportunistas, procurando contestar , sob pretextos diversos, a orientação dos organismos dirigentes, falsificar o conteúdo da linha política do MPLA e lutar pela hegemonia e pelo controlo de toda a organização [...] O fraccionismo exprime-se pelo desprezo fundamental dos princípios do centralismo democratico que, numa organização revolucionária obrigam ao cumprimento das decisões da maioria, mesmo pelas minorias discordantes [...] o fraccionismo utiliza a verborreia pseudo-revolucionária para confundir as massas e esconder a incapacidade dos fraccionistas de dedicarem à solução dos problemas mais urgentes que aflige o nosso Povo, como a defesa do País contra as actuais provocações e infiltrações armadas , o aumento da produção e a melhoria da distribuição dos bens essenciais , a revalorização da cultura nacional (Neto, 1977, p. 3).

A análise histórica sugere que o conflito entre Nito Alves e a liderança do MPLA era mais do que um embate político; tratava-se de uma expressão das contradições inerentes a um partido que buscava equilibrar tendências ideológicas divergentes enquanto consolidava o poder estatal. Como observa Thompson (2010, p. 274) a consciência de classe não é o ponto de partida, mas o resultado de processos históricos concretos, ou seja, “classe e consciência de classe é sempre o último e não o primeiro passo de um processo histórico real”.

Portanto, a luta de classes em Angola, no período pós-independência, reflete não apenas as disputas internas no MPLA, mas também as dificuldades de alinhar a prática revolucionária às demandas de um povo que lutava por justiça social e participação efetiva no poder.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS EM ANGOLA DE 2011 A 2023

O objetivo deste capítulo é contextualizar o desenvolvimento das lutas sociais em Angola entre 2011 e 2023, destacando a importância desse período para o processo de transformação política e econômica do país. Esse recorte temporal foi escolhido devido às mudanças significativas que ocorreram após 2011, quando surgiram novas formas de contestação e resistência popular, inspiradas pelo Movimento Revú, bem como pela influência dos movimentos da Primavera Árabe, que incentivaram jovens angolanos a reivindicar direitos e liberdade de expressão. A partir de então, a sociedade angolana passou a assistir ao crescimento de mobilizações populares lideradas principalmente por jovens ativistas, que colocaram em pauta questões como a corrupção, a desigualdade social e a necessidade de maior transparência nas instituições governamentais.

Para uma compreensão mais ampla das lutas sociais contemporâneas, este capítulo também apresenta um panorama das mobilizações que antecederam 2011, analisando como o histórico de repressão e autoritarismo moldou as características e estratégias dos movimentos subsequentes. Ao longo das décadas, o controle exercido pelo MPLA, desde a independência, gerou um ambiente de pouca abertura política, onde as manifestações de contestação eram frequentemente reprimidas. Esse contexto de longa duração ajuda a entender o surgimento do Movimento Revú, que, além de trazer novas dinâmicas para as lutas sociais, impulsionou ações de rua mais organizadas e amplamente divulgadas, gerando debates sobre a legitimidade do poder estabelecido e o papel dos jovens como agentes de mudança.

Este capítulo ainda detalha os principais eventos e protestos emblemáticos que marcaram o período de 2011 a 2023, explorando as estratégias de organização dos ativistas, o impacto midiático das suas ações, e a resposta do Estado, frequentemente marcada pela repressão. A visibilidade alcançada por esses protestos, potencializada pelas redes sociais e pela cobertura da imprensa internacional trouxe um novo fôlego para as lutas sociais em Angola, criando uma rede de solidariedade e engajamento dentro e fora do país. Dessa forma, as mobilizações populares tornaram-se um elemento central no debate político angolano, contribuindo para uma maior conscientização política e ampliando as pressões por reformas democráticas e pela inclusão de pautas populares na agenda nacional.

2.1 - Aspectos da conjuntura política, econômica e social de Angola em nível internacional entre 2011 e 2023: características e determinantes sobre essa complexa realidade

Na sua obra “Transição pela transação”, António (2015) identifica três fases centrais na história contemporânea de Angola. A Primeira República (1975-1991) foi marcada por um sistema de partido único, um regime político totalitário e uma economia planificada, sob controle do bureau político do MPLA. Após os Acordos de Bicesse¹⁵, a Segunda República (1992-2009) introduziu o multipartidarismo e uma abertura política, permitindo a competição entre partidos e a coexistência com o terceiro setor. Com a aprovação da nova Constituição em 2010, inicia-se a Terceira República. Segundo Alexandrino (2013), essa Constituição incorpora princípios fundamentais como soberania popular, separação de poderes, e democracia representativa e participativa, além de promover os direitos humanos e liberdades fundamentais. No entanto, Pestana (2010) argumenta que, apesar da Constituição de 2010 estabelecer um governo “Parlamentar-Presidencial”, na prática consolidou-se um “presidencialismo extremo,” com amplos poderes concentrados no presidente, que detém controle sobre o Executivo, o Legislativo e as Forças Armadas, sem ser diretamente eleito pelo povo.

Esses poderes incluem, entre outros, a nomeação de governadores provinciais, juízes e líderes militares, além de capacidade legislativa própria por meio de decretos. O presidente também tem iniciativa legislativa e poder de veto, com poucos mecanismos de controle constitucional sobre suas ações. Embora a nova Constituição tenha ampliado os direitos e liberdades fundamentais, a concentração de poder na figura de José Eduardo dos Santos e a falta de mecanismos de fiscalização sobre o Executivo geraram insatisfações populares. Soares de Oliveira (2011) comenta que apesar de o MPLA ter garantido o controle sobre o

¹⁵ Os Acordos de Bicesse, assinados em 31 de maio de 1991 em Portugal, representaram uma tentativa significativa de encerrar a guerra civil em Angola, que devastou o país desde 1975. Mediados por Portugal, Estados Unidos e União Soviética, os acordos envolvem o MPLA, no poder, e a UNITA, principal grupo rebelde, estabelecendo um cessar-fogo, a desmobilização das forças armadas de ambos os lados e a formação de um exército nacional unificado. Além disso, previam eleições gerais multipartidárias supervisionadas pela ONU, marcando a transição para um regime democrático. No entanto, os acordos fracassaram em garantir a paz duradoura. As eleições de 1992, realizadas sob sua égide, foram contestadas pela UNITA, que alegou fraude e retomou as hostilidades. A guerra civil intensificou-se, prolongando-se até 2002, quando foi assinado um acordo final de paz após a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA. Apesar de suas limitações, os Acordos de Bicesse foram um marco no processo de democratização angolana e um exemplo das dificuldades de consolidar a paz em cenários de desconfiança e rivalidades profundas.

país em 2008, o *status quo* começou a ser desafiado dez anos após o fim da guerra civil. Movimentos sociais de caráter contestatório e popular emergiram¹⁶, questionando o autoritarismo de José Eduardo dos Santos, a dependência do petróleo e a passividade política da população.

Do ponto de vista econômico, o *World Economic Situation and Prospects* (2012) relata que naquele contexto Angola experimentou um crescimento econômico significativo, com uma média anual de 15% entre 2004 e 2007, graças ao aumento da produção de petróleo. No entanto, a crise financeira global de 2008 revelou a vulnerabilidade desse modelo que dependia fortemente dos preços do petróleo. Apesar da desaceleração econômica, Angola continuou a expandir-se: em 2011, a economia cresceu 3,9% e, em 2012, 8,4%, tornando-se a quinta maior economia africana, com um PIB de 118,7 bilhões de dólares, atrás de África do Sul, Nigéria, Egito e Argélia.

Esses dados mostram como o ciclo de crescimento baseado no petróleo trouxe prosperidade, mas também aprofundou desigualdades, com os benefícios econômicos não sendo distribuídos de forma equitativa entre a população. Durante esse tempo em que o MPLA esteve no poder desde a Independência do país em 1975, houve a consolidação da sua hegemonia e a sua autoproclamação enquanto “partido da paz, estabilidade e segurança”. No entanto, essa narrativa de paz associada à figura de José Eduardo dos Santos e ao MPLA, acabou encobrindo um regime autoritário que reprimiu a participação política efetiva e manteve profundas desigualdades socioeconômicas que foram constituídas historicamente.

O contexto pós-guerra civil, o agravamento das condições de vida, e a falta de reformas democráticas impulsionaram as lutas sociais, especialmente entre os jovens, que buscavam maior liberdade e justiça numa conjuntura política marcada com a “Primavera Árabe”, caracterizada por um conjunto de revoltas que se espalharam pelo mundo árabe a partir de 2010 e que foram desencadeadas por atos extremos de protesto na Tunísia.

Segundo Martins (2016, p.68)

A “Primavera Árabe” teve início com as sangrentas manifestações ocorridas na República da Tunísia (doravante Tunísia) ,em 2010, depois de o jovem Mohamed Bouazizi se ter imolado com fogo , manifestações que foram apelidadas de Revolução Jasmim. Apesar das tentativas do Presidente do país , Zine Al-Abidine Ben Ali , de serenar as populações , o mesmo acabou por ser derrubado no dia 14 de Janeiro de 2011, tendo o poder sido assumido por um governo interino.

¹⁶ Larmer (2010) distingue quatro períodos históricos de lutas do movimento social em África: nacionalismo e lutas de libertação nas décadas de 1950 e 60, supressão e incorporação entre 1960 e 1975, crise econômica e ajustamento estrutural entre 1975 e 1989, e movimento pró-democracia de 1990 a 2010.

A autoimolação de Mohamed Bouazizi, um jovem vendedor de frutas e legumes, tornou-se um símbolo de resistência contra um regime marcado pela corrupção, abuso de poder e uma economia que fracassou em proporcionar oportunidades aos jovens, como relata Rogan (2011) no seu livro “*The Arabs*” ou como descreve Amine Ait-Chaalal (2021):

O jovem Mohamed Bouazizi decidiu incendiar-se para protestar contra o assédio da polícia municipal e a arbitrariedade da qual era regularmente vítima. Sem saber, sem querer, Mohamed Bouazizi acabou lançando um movimento cujas ondas de choque e efeitos se espalharam primeiro por toda a Tunísia e, depois, pela grande maioria dos países árabes. O movimento foi se espalhando gradualmente para a maior parte do país, incluindo a capital Túnis. Em 4 de janeiro de 2011 Mohamed Bouazizi morreu devido às queimaduras, o que reforçou a determinação e a revolta nas manifestações populares. O protesto, fruto de anos de repressão e brutalidade, afetou toda a população, todas as classes sociais. A brutal repressão do regime não conseguiu deter a força do movimento popular, pelo contrário (Ait-Chaalal, 2021, p.224).

Esse ato de desespero, conforme aponta Rogan (2011), galvanizou o público e catalisou uma onda de indignação que se espalhou rapidamente, levando à queda do presidente Zine El Abidine Ben Ali, que havia governado o país por 23 anos. Nesta senda, Santos Filho (2013) ressalta que a autoimolação de Bouazizi não só acendeu o estopim da revolta na Tunísia, mas também desencadeou protestos que atravessaram o Norte de África, o Oriente Médio e chegaram até o Golfo Pérsico. Ele destaca que, embora os movimentos fossem socialmente heterogêneos, sua face mais visível era composta por jovens, muitos com diplomas universitários, mas sem perspectivas de emprego e remuneração adequadas. Esses jovens, inicialmente movidos por demandas econômicas, como a redução dos preços dos alimentos, rapidamente ampliaram suas reivindicações para incluir exigências políticas fundamentais, como a destituição de governos autoritários, o fim das legislações de exceção, maior liberdade política, a criação de novas constituições e a promoção da justiça social.

A designação “Primavera Árabe” reflete essa expectativa de renovação e transformação. Conforme Bijos e Silva (2013), a metáfora faz referência à primavera como a estação em que as flores renascem, simbolizando a mudança que essas revoluções buscavam alcançar. A expressão também evoca revoluções passadas, como a Primavera de Praga, que, assim como a Primavera Árabe, tinha como objetivo a derrubada de regimes políticos autoritários. Santos Filho (2013) acrescenta que o termo “Primavera Árabe” também remete à Primavera dos Povos no século XIX e às mudanças políticas no Leste Europeu após o colapso soviético, reforçando a ideia de uma luta transnacional por liberdade e justiça. Ele observa ainda que, embora esses movimentos fossem heterogêneos e pós-ideológicos, no sentido de não estarem atrelados a bandeiras político-partidárias específicas, muitos expressavam reivindicações a favor da democracia fora do controle do islamismo político

tendo em consideração que muitos Estados Árabes são governados segundo os princípios da Sharia¹⁷.

Samir Amin, o economista marxista conhecido por suas análises do capitalismo global e das relações de dependência, abordou a Primavera Árabe em vários de seus escritos. Ele via esses movimentos como parte de uma crise mais ampla do capitalismo global, que se manifestou nas sociedades árabes de forma específica devido às suas histórias políticas e econômicas. Em suas palavras,

[...] Trata-se de revoltas sociais potencialmente portadoras da cristalização de alternativas, que podem em longo prazo inscrever-se na perspectiva socialista. É a razão pela qual o sistema capitalista, o capital dos monopólios dominantes à escala mundial, não pode tolerar o desenvolvimento destes movimentos. Mobilizar todos os meios de desestabilização possíveis, das pressões econômicas e financeiras até a ameaça militar (Amin 2010, p.244:245).

Entretanto, a natureza potencialmente transformadora desses movimentos colocou-os em rota de colisão com o sistema capitalista global. Amin (2010) afirma que a Primavera Árabe representa revoltas sociais que, em longo prazo, poderiam cristalizar alternativas na perspectiva socialista. Essa possibilidade, segundo Amin (2010) é intolerável para o capital monopolista dominante em escala mundial, que utiliza todos os meios possíveis de desestabilização – desde pressões econômicas e financeiras até a ameaça militar – para sufocar esses movimentos.

Na sequência dos protestos tunisianos, movimentos semelhantes surgiram em países como Argélia, Líbia, Egito, Síria, Iêmen, Bahrein, e Jordânia, onde as populações enfrentavam condições socioeconômicas e políticas parecidas. Essa série de levantes populares teve um impacto profundo em três países onde a pressão popular conseguiu derrubar regimes longamente estabelecidos. Na Tunísia, o ditador Zine el-Abidine Ben Ali foi forçado a deixar o poder após 23 anos, enquanto no Egito, Hosni Mubarak, que governava o país há 30 anos, foi destituído pela força da mobilização popular. Na Líbia, a queda do regime de Muammar Gaddafi foi o desfecho de uma violenta insurreição apoiada por intervenções militares externas, e resultou no fim de seu governo de 42 anos. A saída desses ditadores marcou a primeira fase da Primavera Árabe, inspirando novas manifestações em outros países da região que buscavam transformação social e política.

Como expressão desses diversos protestos segue abaixo a Tabela 01 com a identificação dos países, o período, os presidentes e os fatos que desencadearam os protestos ocorridos.

¹⁷ SHEIKH, Ahmad Al-Amir. *Sharia (Lei) no islamismo, cristianismo e judaísmo*. Disponível em: <https://www.islamland.com/uploads/books/Sharia-por.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Tabela I: Dinâmica da Primavera Árabe

País	Início dos Protestos	Presidente contestado	Dinâmica
Tunísia	17/12/2010	Zine El Abidine Ben Ali	O suicídio de um vendedor ambulante, Mohamed Bouazizi, em protesto contra a corrupção e o desemprego desencadeou manifestações em todo o país.
Egito	25/01/2011	Hosni Mubarak	Protestos em massa contra o regime autoritário e a brutalidade policial. Mubarak renuncia após 18 dias de manifestações intensas na Praça Tahrir.
Líbia	17/02/2011	Muammar Gaddafi	Revolta armada que resultou na queda violenta do regime de Gaddafi, com apoio da OTAN. O país entrou em guerra civil após sua queda.
Iêmen	27/01/2011	Ali Abdullah Saleh	Protestos contra a corrupção, o desemprego e as reformas políticas. Saleh foi substituído em 2012 após intensos conflitos.
Síria	15/03/2011	Bashar al-Assad	Protestos pacíficos contra o regime de Bashar al-Assad resultaram em repressão violenta, levando à guerra civil que culminou em Dezembro de 2024 com a queda do Bashar al-Assad.
Bahrein	14/02/2011		Protestos liderados pela maioria xiita contra a monarquia sunita. O governo respondeu com repressão com ajuda de forças sauditas.

Argélia	29/12/2010	Abdelaziz Bouteflika	Pequenos protestos ocorreram, mas não derrubaram o regime. Em 2019, o presidente Abdelaziz Bouteflika renunciou após protestos subsequentes.
Marrocos	20/02/2011	Rei Mohammed VI	Protestos exigiram reformas políticas e econômicas. O rei Mohammed VI fez algumas concessões, incluindo uma nova constituição.
Jordânia	14/01/2011	Rei Abdullah II	Manifestantes pediram reformas econômicas e políticas. O rei Abdullah II demitiu o governo, mas permaneceu no poder.
Omã	17/01/2011		Protestos limitados pediam reformas políticas e melhorias nas condições de vida. O sultão Qaboos fez algumas concessões.
Sudão	30/01/2011	Omar al-Bashir	Protestos esporádicos começaram em 2011, mas o presidente Omar al-Bashir foi derrubado em 2019 após grandes manifestações contra seu regime.

Fonte: Adaptação nossa com base em dados recolhidos da BBC News Brasil¹⁸

O impacto global da Primavera Árabe inspirou outros movimentos de contestação pelo mundo. Na África subsaariana, países como o Burkina Faso, Uganda, Senegal, Benim, Malawi, Quênia, Djibuti, Mauritânia, Camarões, Gabão, Mali, Cote D'Ivoire, Togo, Guiné-Bissau, Congo Brazzaville e Suazilândia tornaram-se palco de tensões sociopolíticas, com frequentes disputas eleitorais e manifestações que culminaram em violência.

Nesta senda, segue na Tabela 02 as dinâmicas da Primavera Árabe na África Subsaariana, evidenciando como os protestos, inicialmente centrados no norte da África, inspiraram movimentos em países subsaarianos, marcados por demandas por democracia,

¹⁸ BBC News Brasil. O que foi e como acabou a Primavera Árabe | 21 notícias que marcaram o século 21. 2023. Disponível em: \<<https://www.youtube.com/watch?v=A50LpB8lhgw>\> . Acesso em: 18 out. 2024.

combate à corrupção e mudanças nos regimes autoritários. Essas manifestações, embora adaptadas aos contextos locais, refletem um desejo coletivo por maior participação política e justiça social, destacando o papel das redes sociais e da juventude na mobilização popular.

Tabela II: Repercussões da Primavera Árabe na África Subsaariana

País	Data dos Protestos	Principais Demandas	Ações Realizadas
Mauritânia	Fevereiro, Março, Junho 2011	Direitos legítimos, libertação de ativistas presos, emenda constitucional	Protestos de rua, autoimolação de Yakoub Ould Khatry
Burkina Faso	Abril-Junho 2011	Mudança de governo, inspirados pela Tunísia e Egito	Protestos de rua, slogans referenciando Tunísia e Egito
Gabão	Janeiro 2011	Fim do governo de Ali Ben, mudança de regime	Polícia dispersou protestos em Libreville
Uganda	Fevereiro 2011	Oposição ao presidente Museveni, inspirados pela Tunísia e Egito	Governo bloqueia palavras específicas em mensagens SMS durante eleições
Nigéria	Março 2011	Oposição ao regime, críticas ao governo por ignorar demandas do povo	Editoriais criticaram o governo por ignorar as demandas dos cidadãos
Malauí	Setembro 2011	Inspirados pela Primavera Árabe, demandas por reformas e melhor governança	Greve nacional inspirada pela Primavera Árabe
Senegal	Julho 2011	Reforma eleitoral, oposição ao terceiro mandato de Wade, mobilização jovem	Movimento juvenil Y'en a Marre organizou protestos e registro eleitoral

Fonte: Produção nossa com base em dados recolhidos do relatório África e a Primavera Árabe¹⁹

¹⁹ África e a Primavera Árabe: Uma nova era de expectativas democráticas. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR01PT-África-e-a-Primavera-Árabe-Uma-Nova-Era-de-Expectativas-Democráticas.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

Diante desse contexto, destaca-se que no dia 23 de junho de 2011 houve um acontecimento crucial na história sociopolítica do Senegal, quando a cidade capital Dakar foi tomada por uma onda de protestos que mais tarde se espalharam por várias cidades do interior, como Thiès, Mbour, Saint-Louis, Kaolack e Louga. Esses levantes forçaram o governo de Abdoulaye Wade a recuar em relação a um projeto de reforma constitucional, amplamente criticado por ser uma tentativa de perpetuação no poder. Segundo dados do Centro de Estudos Estratégicos de África²⁰ (2016):

O Presidente Abdoulaye Wade percebeu-o claramente ao propor, em Junho de 2011, que a constituição senegalesa fosse alterada para que as eleições presidenciais pudessem ser ganhas à primeira volta com apenas 25 por cento do voto popular. No espaço de poucas horas, milhares de jovens saíram para as ruas nas principais cidades do Senegal para protestar contra a proposta. Os manifestantes apedrejaram o edifício do parlamento e entraram em confronto com a polícia de choque colocada no interior das instalações e nas imediações do parlamento. A seguir, a oposição anunciou a formação da coligação “Não Mexam na Minha Constituição” e o cantor senegalês de renome mundial *Yousou N’Dour* criticou este “abuso de autoridade”. O Presidente Wade retirou rapidamente a sua proposta.

O movimento de contestação, surpreendente pela sua rapidez, abrangência e organização, foi visto como um reflexo das frustrações que já circulavam nas redes e websites senegaleses. Um dos principais catalisadores dessa mobilização foi o movimento “*Y'en a Marre*”²¹, criado em janeiro de 2011 por um grupo de rappers e jornalistas. Esse coletivo rapidamente assumiu um papel central, canalizando a insatisfação da juventude senegalesa contra o regime de Abdoulaye Wade, que buscava um terceiro mandato presidencial, apesar de, segundo o movimento, isso ser inconstitucional (Gellar, 2021).

Com isso, o movimento “*Y'en a Marre*” no Senegal, fundado por rappers e jornalistas em janeiro de 2011, tornou-se um símbolo da resistência jovem contra o regime do presidente Abdoulaye Wade, que tentava modificar a Constituição para concorrer a um terceiro mandato. O grupo, com uma forte base no *Hip-Hop*, teve papel fundamental na mobilização popular, especialmente entre os jovens, articulando protestos em massa que culminaram na retirada de Wade do poder. Através de campanhas como “*Daas Fanaanal*” (registrar-se para votar), o movimento promoveu uma “insurreição democrática”, incentivando a participação

²⁰ África e a Primavera Árabe: Uma nova era de expectativas democráticas. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR01PT-África-e-a-Primavera-Árabe-Uma-Nova-Era-de-Expectativas-Democráticas.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

²¹ “*Y'en a Marre*” é uma expressão coloquial em francês que significa “Estamos fartos”, “Já chega” ou “Já basta” em português. O termo simboliza um sentimento de frustração e cansaço generalizado. O movimento ganhou notoriedade ao canalizar o descontentamento da juventude senegalesa contra a corrupção, a falta de oportunidades e o que consideravam um regime autoritário. Mais do que apenas uma organização de protesto, “*Y'en a Marre*” se tornou um símbolo de mobilização social, utilizando a música rap como meio de conscientização política e engajamento cívico, promovendo a participação democrática e o combate às injustiças sociais no Senegal.

eleitoral como forma de resistência, e estabeleceu uma nova era de engajamento cívico no país.

Paralelamente, no país Burkina Faso, o movimento “*Le Balai Citoyen*”²², também liderado por jovens artistas de *Hip-Hop*, seguiu um caminho semelhante. Entre abril e junho de 2011, uma série de protestos irrompeu em várias cidades com slogans como “*la Tunisie est à Koudougou*” e “*Le Burkina aura son Égypte*”,²³ inspirando-se diretamente nas revoltas da Primavera Árabe.

O movimento “*Le Balai Citoyen*,” segundo Prause e Wienkoop (2021) foi fundado no Burkina Faso, emergiu como uma força de mobilização cidadã com o objetivo de “varrer” o sistema corrupto, adotando uma postura ativa de crítica e resistência contra a classe dominante. O nome, que se traduz como “A Vassoura Cidadã”, simboliza a necessidade de limpar a política de práticas corruptas e fortalecer a participação popular na construção de uma nova ordem social. Da mesma forma, o movimento senegalês “*Y’en a Marre*” (Chega!) destacou-se por transcender a simples crítica a políticos corruptos, apresentando a corrupção como parte estrutural de um sistema político que pode — e deve — ser desafiado e transformado pela ação dos próprios cidadãos. Essa abordagem ampliou suas bases de mobilização, especialmente entre a juventude, que viu nesses movimentos uma plataforma para expressar suas frustrações e demandas.

No contexto africano mais amplo, incluindo países como Angola, África do Sul, Moçambique e Senegal, a luta contra a corrupção adquire diferentes perspectivas político-ideológicas. Não se trata apenas de combater práticas individuais ou isoladas, mas de questionar e enfrentar as bases estruturais de sistemas políticos excludentes e opressivos. Nessas regiões, as bandeiras anticorrupção são frequentemente levantadas por forças políticas progressistas e populares, que conferem a essa luta um caráter contestador da ordem social e política vigente. Essa dinâmica reflete uma luta por justiça social e transformação, vinculando a resistência à corrupção a um projeto político mais amplo de emancipação e inclusão, particularmente em contextos marcados por desigualdades estruturais e históricas.

²² *Le Balai Citoyen* (em português seria “A Vassoura Cidadã”) é um movimento social e político fundado em 2013 em Burkina Faso. O nome carrega um simbolismo poderoso: a “vassoura” representa a ideia de limpar a corrupção, a má governança e os regimes autoritários do país. O movimento foi criado pelos músicos Smockey (Serge Bambara) e Sams’K Le Jah (Samuel Kambiré) e desempenhou um papel crucial na mobilização popular que resultou na queda do presidente Blaise Compaoré em 2014, após 27 anos no poder. Inspirado pela Primavera Árabe, *Le Balai Citoyen* utilizou a música, as redes sociais e manifestações pacíficas para engajar a juventude e exigir reformas políticas e sociais. *Le Balai Citoyen* tornou-se um símbolo de resistência cidadã em Burkina Faso e influenciou outros movimentos africanos de contestação popular, como *Y’en a Marre* no Senegal e outros grupos que lutam por democracia e justiça social no continente.

²³ Tradução: “a Tunísia está em Koudougou” e “Burquina Faso terá seu Egito.”

O Burkina Faso foi agitado por mais de um mês por manifestações estudantis e motins de militares. Segundo dados do Instituto Thomas More (2014), embora o país apresentasse crescimento econômico e estabilidade relativa, a persistência das desigualdades sociais e o domínio de uma família no poder desde 1987 despertaram a insatisfação popular, que rejeitou a tentativa de modificar a Constituição para um novo mandato. Blaise Compaoré (ex-presidente que ficou no poder de 1987 até 2014) não pôde mais contar com o apoio internacional ambivalente, pois, sob pressão popular, países como os EUA e França manifestaram-se contra mudanças constitucionais antidemocráticas, o que contribuiu para enfraquecer seu regime. A resistência dos burquinenses mostra o desejo da população por um Estado de direito e por maior participação nas decisões políticas²⁴.

O Instituto Thomas More (2014) coloca que esse episódio reflete um movimento que pode reverberar em outros países africanos, especialmente onde presidentes buscam perpetuar-se no poder, como em países como Congo, Ruanda e Burundi. A influência da revolução burquinense pôde fortalecer movimentos em favor da limitação de mandatos, afetando líderes há muito tempo no poder, como Paul Biya em Camarões e Faure Gnassingbé no Togo. No entanto, a resistência adquire uma múltipla variedade na sua forma, dependendo do controle que os governos exercem sobre a mídia e as forças de segurança. Com uma sociedade civil cada vez mais organizada e exigente, a África subsaariana tem vivido um período de transformação desde o ano de 2011, onde a mobilização popular desafia regimes autocráticos e traz novas perspectivas de mudança gradual e participação cidadã²⁵, que no contexto da realidade aqui pesquisada possui um significado de participação popular.

Em Angola, essa onda de contestação encontrou um terreno fértil entre jovens desiludidos com o regime dominante do MPLA, que se mantém no poder desde a Independência, isto é 11 de Novembro de 1975.

Importa destacar que os dados que se seguem neste texto são fundamentados em análises de obras de Sebastião Martins (2016), Beirão (2016) e Blanes (2018, 2020, 2023), além de Carvalho (2021). Como complemento empírico, utilizamos a base de dados da Central Angola 7311, onde atuamos como um dos administradores e gestores. Este conjunto de fontes fornece um panorama teórico e prático abrangente sobre as dinâmicas de protesto em Angola. Metodologicamente, combinamos a Análise de Eventos de Protesto, que sistematiza a compreensão de padrões, demandas e repressões em manifestações, com a

²⁴ INSTITUT THOMAS MORE. *Burkina Faso: une “printemps noir”?* 2014. Disponível em: <https://institut-thomas-more.org/2014/11/07/11439/>. Acesso em: 18 out. 2024.

²⁵ Idem

experiência pessoal acumulada na participação ativa no Movimento Hip-Hop, no Movimento Revú e em protestos específicos. Essa abordagem híbrida não apenas captura aspectos objetivos das lutas sociais, mas também incorpora perspectivas subjetivas e culturais, destacando o papel central das expressões artísticas e das redes sociais na mobilização.

Deste modo, a entrada de Angola na onda da “Primavera Árabe” teve início quando um cidadão anônimo convocou uma “Nova Revolução do Povo Angolano” através das redes sociais. Em uma chamada pública, esse cidadão expôs a insatisfação do povo com o regime do então presidente José Eduardo dos Santos, que ocupava o poder há 32 anos. Ele mencionava a “pobreza extrema”, a “cultura do medo e intimidação”, e a “autocracia” como elementos responsáveis pela situação de miséria vivida pela maioria dos angolanos. Apesar da riqueza do país, Angola seguia com uma população vivendo com menos de um dólar por dia, enquanto o governo priorizava a perpetuação da desigualdade. Para disseminar sua mensagem, o organizador criou um blog com o endereço www.revolucaoangolana.webs.com e adotou o pseudônimo “Agostinho Jonas Roberto dos Santos,” em referência aos líderes históricos angolanos Agostinho Neto, Jonas Savimbi, Holden Roberto e José Eduardo dos Santos. Nesse espaço, foi publicado um manifesto que conclamava os jovens a participarem de uma manifestação marcada para o dia 7 de março de 2011.

O manifesto divulgado no *site* acima referenciado, apresentava demandas centrais para contestar o regime vigente, entre elas a saída imediata do presidente José Eduardo dos Santos, de seus ministros e aliados, como ponto de partida para uma renovação política no país. Propunha ainda a criação de uma nova ordem política, social e econômica, alicerçada em princípios democráticos e na inclusão de eleições presidenciais periódicas na Constituição. A visão dos movimentos contestatórios também enfatizava o estabelecimento de uma democracia social orientada para o interesse público, com um governo comprometido com o bem-estar da população angolana. Outras prioridades incluíam a implementação de uma administração pública transparente e responsável, bem como a formulação de políticas de reconstrução social que colocassem os cidadãos no centro das decisões. Essas reivindicações expressavam o anseio por uma transformação profunda no modelo de governança, com vistas à justiça, à equidade e ao progresso coletivo²⁶.

A adesão ao chamado para resistir ao regime foi impulsionada por figuras de destaque entre os jovens ligados ao Movimento *Hip-Hop*, como o rapper Luaty Beirão, conhecido

²⁶ O primeiro contato com este manifesto ocorreu por intermédio do meu pai, que, acreditando que o conteúdo poderia me interessar, entregou-me uma versão impressa. Ele perguntou se eu já o conhecia, e, ao responder que não, imediatamente compartilhei o documento com meus amigos do Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão.

artisticamente como Ikonoklasta ou Brigadeiro Mata Frakuzx. No dia 27 de fevereiro de 2011, durante um *show* do rapper Bob da Rage Sense, Luaty surpreendeu o público ao fazer um apelo público pelo fim do regime de José Eduardo dos Santos.

No meio do espetáculo, ele criticou abertamente o presidente, gritou o nome vulgar “Zédu”, enquanto a plateia entoava gritos de “Fora!”. Além disso, dirigiu-se diretamente ao filho do presidente, Danilo dos Santos, presente no evento, pedindo-lhe que transmitisse a mensagem ao pai: “32 anos de poder é muito!”. Luaty também exibiu uma faixa com os dizeres “Ti Zé tira o pé – Teu prazo expirou há bwé!” (“Tio Zé, saia – seu prazo venceu faz tempo!”), convocando os jovens presentes a participarem do protesto agendado para 7 de março de 2011. Esse ato marcou o início de uma onda de resistência que desafiava abertamente o sistema estabelecido em Angola²⁷.

Em 2011, os jovens angolanos foram às ruas unidos em torno de uma demanda central: a contestação à permanência de José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA e de Angola desde 1979. Essa contestação refletia um questionamento profundo sobre a legitimidade política. Como explica Bernard Deni, inspirando-se no discurso de *La Boétie* sobre a “servidão voluntária,” o poder pode submeter as pessoas pelo medo ou pelo consentimento. A legitimidade política ocorre quando o poder é visto como aceitável e necessário aos olhos de seus governados, obtendo consentimento em vez de submissão forçada (Deni, 1999). Segundo José Gomes Cravinho (2010), a legitimidade é a aceitação da autoridade política por aqueles que são governados, reduzindo a necessidade de coerção para impor decisões. Contudo, Cravinho destaca que a legitimidade é fluida e pode sofrer uma degradação com o tempo, especialmente quando não há renovação de sua base (Cravinho, 2010).

Para o MPLA, essa legitimidade foi inicialmente baseada em sua participação na luta anticolonial, onde a vitória sobre o colonialismo conferiu ao Partido o status de representante do “sonho de libertação”. Cravinho (2010) argumenta que essa legitimidade, embora poderosa, era naturalmente temporária e não se apoiava em programas políticos robustos ou no consentimento eleitoral direto, mas sim no papel histórico do MPLA na Independência. À medida que o tempo passou, o brilho dessa legitimidade anticolonial se apagou, exigindo novas bases de legitimidade que o regime angolano não conseguiu estabelecer. Em um contexto de repressão, cultura do medo e intolerância, a juventude começou a exigir

²⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_mhF7tDoekg. Acesso em: 18 out. 2024.

mudanças, inspirando-se na Primavera Árabe e contestando os 32 anos de governo de Dos Santos, que, mesmo após 1992, nunca havia sido legitimado pelo voto direto nas urnas.

A Constituição de 2010, ao afastar a eleição direta para a Presidência, alimentou ainda mais o sentimento de insatisfação. Assim, os protestos de 2011 expressavam a demanda popular por uma legitimidade renovada e por uma transição democrática. Com esses acontecimentos, iniciou-se uma nova fase na história das revoluções em Angola, sendo este marco considerado a “Terceira Revolução”. O país já havia passado por duas revoluções significativas: a primeira, em 1961, com o início da luta armada pela Independência, e a segunda, após a proclamação da Independência em 1975, que se deu em resposta ao monopartidarismo e culminou em 1991 com os Acordos de Bicesse. Este contexto insere-se em um cenário global de revoluções, abordado por autores como Eric Hobsbawm (2015) que descreve “a era das revoluções” como uma sequência de eventos transformadores, incluindo as revoluções Haitiana, Francesa, Mexicana, Soviética, Cubana e Chinesa. Estes eventos globais reforçam o simbolismo da revolução como uma ferramenta de luta contra a opressão e a escassez, conforme refletido por Bobbio (2004), que vê a revolução como um “poderoso estímulo na vitória sobre a opressão”.

A terceira fase das revoluções angolanas representa não apenas uma luta contra estruturas estabelecidas, mas uma renovação de ideais e métodos de ação política. Em seu livro “Angola: A Segunda Revolução: Memórias da luta pela Democracia ” Jardo Muekalia (2010) também delimita a segunda fase revolucionária de Angola como a luta pelo pluralismo político, que introduziu o multipartidarismo no país. Visentini (2012) contribui para esse entendimento ao caracterizar a revolução como uma mudança estrutural que, embora muitas vezes violenta, representa um impulso de transformação que ultrapassa os limites nacionais e afeta a ordem capitalista global. Para ele, as revoluções africanas foram marcadas por um colapso do aparato colonial, gerando efeitos desestabilizadores entre jovens e frágeis Estados. Em Angola, tal processo foi especialmente complexo, pois se originou de uma longa guerrilha e de um contexto de profundas mudanças sociopolíticas.

Para analisar melhor a realidade de Angola no que diz respeito às lutas sociais, este trabalho tratará a seguir desta temática tendo como referência a abordagem de Ruy Llera Blanes (2023) em “A Revolução Angolana no Século XXI”, que examina a dissidência política angolana no pós-guerra. Associado a isso, acrescentamos o uso da metodologia da AEP para contribuir na configuração do que se denominou como nova era revolucionária no país.

2.2 Histórico e dinâmica das lutas sociais na Angola contemporânea: do autoritarismo partidário à emergência do Movimento *Hip-Hop*

As revoltas camponesas de 1961 em Angola, especialmente na Baixa de Cassanje²⁸, marcam um ponto crucial na resistência contra o colonialismo português. Essa região, dominada pela produção de algodão sob administração da Diamang, submetia os trabalhadores a condições de exploração severas, desencadeando uma resposta de insatisfação coletiva que resultaria em levantes violentos. De forma geral, a exploração exacerbada criou “um contexto de trabalho forçado que se assemelhava à escravidão,” transformando a revolta em um “protesto contra práticas coloniais profundamente desumanas” (Freudenthal, 1995, p. 251).

Desta forma, as reformas coloniais 1961 fracassaram em amenizar o sofrimento dos camponeses, cuja resistência se consolidou como uma “repulsa organizada contra a brutalidade imposta pela política algodoeira” (Kees, 2004, p. 32). Nesse contexto de opressão, o Cónego Manuel das Neves²⁹ desempenhou um papel significativo ao apoiar as comunidades camponesas. Ele fez isso “não apenas pelo incentivo moral, mas pela ação direta,” distribuindo catanas aos camponeses e incentivando-os a resistir contra as autoridades coloniais. Esse gesto, descrito como um “símbolo de autonomia e resistência,” deu uma nova dimensão à revolta, que ganhou maior coesão e força (Silveira, 2011, p. 178).

Além disso, a revolta de 4 de fevereiro de 1961 foi também “um dos primeiros atos de resistência organizada contra o colonialismo português” e simbolizou “uma união sem precedentes entre camponeses e o movimento nacionalista” (Davidson, 1977, p. 84). As ações do Cónego Manuel das Neves e a insurgência dos camponeses na Baixa de Cassanje foram, portanto, essenciais para consolidar a estrutura dos movimentos de libertação que surgiram na década de 1960. Freudenthal (1995) e Kees (2004) argumentam que o sofrimento imposto pelo trabalho forçado e a resistência emergente mostram que a revolta era uma reação inevitável diante das políticas coloniais de Portugal.

Por fim, com a crescente visibilidade internacional das insurreições angolanas, o papel de Neves na Igreja Católica também evidenciou como “instituições religiosas podiam

²⁸ A região da Baixa de Cassanje é uma área geográfica e histórica localizada no norte de Angola, abrangendo partes das províncias de Malanje e Lunda Norte.

²⁹ Segundo Lopes (2017), o cónego Manuel das Neves destacou-se na história de Angola pela coragem com que denunciou as injustiças e opressões sofridas por seu povo, inicialmente em sermões religiosos e, posteriormente, como vogal efetivo do Conselho do Governo da colônia em 1945. Sua participação nas lutas de independência, incluindo o apoio à rebelião de 1961 e às atividades da UPA, reflete sua decisão de defender os oprimidos, mesmo enfrentando prisão até o fim de sua vida.

aliar-se ao movimento de libertação” e fortalecer a luta pela justiça social e pela Independência (Silveira, 2011, p. 192). Essa intersecção entre a resistência religiosa e a luta anticolonial foi crucial para a construção de uma identidade nacional e a mobilização popular em prol da Independência de Angola.

Antes de 1961, existiam líderes potenciais, os pastores e catequistas africanos das missões religiosas protestantes, nomeadamente estrangeiras. Nas suas próprias igrejas, estavam acostumados a um sistema administrativo mais democrático do que a Igreja Católica, mas só se envolveram de corpo e alma na luta quando se tornaram alvos da repressão policial; e nessa altura, para eles, era já demasiado tarde para assumirem a liderança das redes nacionalistas deslocadas (Wheeler ; Pélissier 2009, p.234) .

Holden Roberto líder fundador da FNLA “era protestante, falava inglês e estava em contato com líderes anticolonialistas de seu tempo, tão distintos quanto Lumumba, Bourguiba, Nkrumah, George Padmore, Franz Fanon e a organização argelina FNL”³⁰ (Wheeler e Pélissier, 2009, p.246). Essa conexão com líderes internacionais reforçava a posição de Holden Roberto como uma figura importante na luta anticolonial em Angola, evidenciando a relevância das redes de solidariedade internacional na mobilização e fortalecimento dos movimentos de Independência africanos.

A figura de Agostinho Neto Presidente do MPLA, conforme Iko Carreira (1996) descreve, também é marcada por suas origens religiosas, sendo filho de um pastor metodista e de uma professora primária. A educação cristã e o comprometimento com valores de justiça social e igualdade tornaram-se alicerces na formação de Neto como líder, orientando sua atuação durante a luta e depois como presidente de Angola.

No livro *Angola: A Segunda Revolução: Memórias da luta pela Democracia*, Muekalia (2010) aborda o papel significativo desempenhado pelos missionários nas comunidades locais, especialmente no Planalto Central de Angola. Ele destaca o caso emblemático de Loth Malheiro, pai de Jonas Savimbi, fundador da UNITA, cuja atuação combinava práticas públicas e religiosas com o apoio à resistência anticolonial.

Importa acrescentar que as igrejas, nesse contexto, não se limitavam a espaços de culto, mas também serviam como centros de mobilização social e resistência moral. Elas forneciam um ambiente relativamente protegido para o debate político e a articulação de demandas por autodeterminação e justiça social.

Na visão de Luís (2021),

³⁰ A Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia, também conhecida como *Front de Libération Nationale* em francês, foi a principal organização política e militar que liderou a luta pela independência da Argélia contra a França, de 1954 a 1962. A FLN foi fundada em 1954, em um contexto de crescente repressão e desigualdade para a população argelina, majoritariamente muçulmana, em contraste com a minoria francesa colonizadora.

[...] a inclusão dos angolanos nas várias atividades de missionação, através de tarefas comunitárias, leva as populações locais a verem os novos agentes como aliados do desenvolvimento e da sua auto afirmação. Os missionários desempenharam as funções de educadores, pastores e médicos. Ensinam a religião e a instrução nas línguas vernáculas, mas também traduzem as Sagradas Escrituras nas línguas locais, angolanas, tornando menos elitista o acesso à instrução e à educação. Concedem bolsas de estudos para alunos no estrangeiro a expensas das missões ou conforme as possibilidades das famílias (Luís, 2021, p.133).

Esse papel foi especialmente relevante no Norte e no Planalto Central, regiões estratégicas tanto para a economia colonial quanto para os movimentos de resistência. A presença de líderes religiosos como Barros Nekaka, Agostinho Pedro Neto, Loth Malheiro, Cónego Manuel das Neves ilustra como a religião e a política se entrelaçaram, utilizando a fé como veículo para fortalecer a identidade cultural e os valores comunitários em oposição ao domínio colonial.

Além disso, os autores ressaltam que o trabalho dos missionários ajudava a criar uma base ideológica que legitimava a luta contra a opressão, fornecendo uma narrativa moral e espiritual que dava sentido à resistência. No entanto, com o contexto da Guerra Fria, os movimentos de libertação – FNLA, MPLA e UNITA – herdaram a tradição de resistência anticolonial das Igrejas protestantes, mas logo se tornaram protagonistas da luta armada de 1961 a 1975, adotando uma estrutura de ação coletiva mais organizada³¹.

Contudo, no pós-independência, surgiram novos desafios: resistência ao monopartidarismo, combate às desigualdades sociais e lutas pela democratização. Essas lutas lideradas por jovens e organizações civis protestavam contra o totalitarismo do MPLA e defendiam direitos civis e políticos, sobretudo, a liberdade de expressão e de participação política. Segundo Amundsen e Abreu (2007), um dos principais obstáculos à organização e formação de uma sociedade civil ativa em Angola é o legado de uma versão angolana do marxismo-leninismo. Essa ideologia, apropriada pelo MPLA antes da Independência, serviu como base estratégica e ideológica tanto para a luta anticolonial quanto para a disputa de poder com movimentos rivais, como a FNLA e a UNITA, na construção do estado pós-colonial.

Além disso,

[...] o governo do MPLA desenvolveu uma tradição de controle comunista e corporativista, utilizando “organizações de massa” para manter sua influência e legitimação. Sub-organizações como a OMA (Organização da Mulher Angolana), a JMPLA (Juventude do MPLA) e a OPA (Organização dos Pioneiros Agostinho

³¹ De acordo com Cunha (2011), enquanto as ações políticas clandestinas eram realizadas para driblar a repressão colonial, também se desenvolveu, nesse contexto, uma literatura que denunciava as injustiças sofridas pelos africanos, como os maus-tratos, a discriminação e o sofrimento, além de expressar o desejo de liberdade. Essas produções literárias desempenharam um papel crucial na conscientização e mobilização da população em prol da causa independentista, ao mesmo tempo que rejeitavam a influência da cultura e literatura portuguesas.

Neto) mobilizam e controlam setores específicos, como mulheres e jovens. Além dessas, outras entidades, como a FESA (Fundação Eduardo dos Santos), o Movimento Social Espontâneo e a AJAPRAZ (Associação dos Jovens provenientes da Zâmbia), também reforçam essa estratégia. Essas organizações, diretamente vinculadas ao regime, buscam consolidar a estratégia governamental, criando uma aparência de legitimidade e apoio popular (Amundsen; Abreu 2007, p.7).

De acordo com Nelson Pestana (2003, p. 9), “as organizações nascidas sob a égide desta lógica como a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) e outras lideradas por familiares do presidente, tentaram instrumentalizar, domesticar e subverter as reclamações das organizações da sociedade civil contra a ideia da sua autonomia”. Esse contexto reforça a dificuldade para a construção de uma sociedade civil verdadeiramente independente, uma vez que essas estruturas acabam instrumentalizando a participação popular para reforçar o poder central.

Em paralelo, a discussão sobre a crise do movimento comunista e a apropriação do socialismo por governos autoritários leva-nos a Furet (1995) e Claudin (1970) que observam que em certos casos de regimes autointitulados socialistas implementaram um modelo de centralização que contradiz os princípios de emancipação humana previstos por Marx. Nesta situação, vemos que o marxismo foi instrumentalizado para justificar práticas de opressão e controle político, distantes dos objetivos libertadores originalmente propostos.

De acordo com Amundsen e Abreu (2007, p.3), o controle ideológico do MPLA se estendeu às comunidades locais e aos locais de trabalho, onde “organizações como a OMA e a JMPLA, incorporadas como “organizações de massa” do MPLA continuam com filiações ao Partido, que mantém uma 'estrutura de célula”. Esse controle também se observa nas discussões políticas decisivas, que, em vez de ocorrerem no parlamento, ocorrem na estrutura do MPLA, e na exigência de filiação partidária para ocupar cargos públicos. O MPLA, assim, supervisiona ministérios e conselhos locais por meio de sua rede de células. Porém, diversos autores marxistas criticam esse tipo de centralismo autoritário. Rosa Luxemburgo, por exemplo, alerta para os riscos de subordinação política e controle estatal excessivo sobre as estruturas da sociedade civil, defendendo que o socialismo deve ser construído “não pela imposição do alto, mas pelo movimento das massas, que traz consigo a diversidade e a espontaneidade” (Luxemburgo, 1918). Da mesma forma, Gramsci (1971) crítica à “burocratização” do Partido, que, ao se centralizar no Estado, corre o risco de se distanciar dos interesses populares, tornando-se uma máquina que gera passividade ao invés de participação ativa .

Adicionalmente, em sistemas monopartidários, Samuel Huntington (1991, p.110) observa que “o partido efetivamente monopoliza o poder, o acesso a este se fazia através da organização partidária e o partido legitimava seu domínio ideologicamente”.

Desde a década de 1970, a categoria de sociedade civil torna-se central nos debates ideopolíticos, especialmente em função do protagonismo dos “movimentos sociais” que buscam não só democratização, mas também maior autonomia e participação popular nos processos políticos. Esses movimentos ampliam o escopo das lutas, indo além de reivindicações por direitos civis e políticos, como no caso dos países do leste europeu, onde a sociedade civil desafiava os regimes autoritários em favor de liberdades básicas. Nas democracias do *Welfare State*, por outro lado, a crítica volta-se contra a burocratização e a falta de flexibilidade estatal, que muitas vezes dificultava a realização de políticas que respondessem efetivamente às necessidades da população. Na América Latina, a sociedade civil assume um papel de resistência aos regimes ditatoriais, impulsionando processos de (re) democratização que vão redefinir as relações entre Estado e sociedade. Nesse contexto, a sociedade civil não apenas atua como agente de mudanças pontuais, mas também como um fator transformador que questiona e desafia estruturas de poder, resignificando os espaços de mobilização e consolidando novas formas de solidariedade e participação política em escala global (Duriguetto, 2008).

Com a transformação da sociedade civil em um agente político ativo, surgem demandas por maior autonomia e participação direta nas decisões públicas. No entanto, quando alinhada à lógica de mercado, a sociedade civil reflete uma racionalidade competitiva e individualista.

A sociedade civil é reatualizada como expressão dos interesses particulares que têm no mercado a sua racionalidade. E essa racionalidade do mercado clarifica também o campo de toda racionalidade política. Ou seja, condições de governabilidade só tendem a ser alcançadas com a reconstituição do mercado e dos valores que lhe são inerentes, como a competição e o individualismo. É com uma sociabilidade competitiva e individualista e suas implicações na desagregação de grupos organizados, desativando mecanismos de negociação de interesses coletivos e eliminando direitos adquiridos, que teremos uma sociedade civil que colabora para a governabilidade política. Ou seja, a esfera da sociedade civil - entendida, segundo o conceito liberal, como o que está fora da órbita do Estado - é tomada como o espaço para se buscarem soluções para as questões econômicas, políticas e sociais (Duriguetto, 2008, p.90).

No entanto, a sociedade civil não é homogênea. Conforme Correia (2005), ela é marcada por lutas entre interesses contraditórios, representando tanto os interesses do capital quanto do trabalho. Essas disputas transcendem a oposição simplista entre sociedade civil e Estado, pois ambos os espaços são arenas onde se buscam hegemonia e poder

político-ideológico. Nesse contexto, a sociedade civil possui um potencial transformador, pois é nela que se articulam os movimentos sociais que representam os interesses das classes oprimidas, desafiando a ordem dominante.

Em Angola, a inserção do MPLA nas esferas sociais visava mobilizar e controlar a sociedade, criando um alto grau de mobilização social e obrigando a participação nos eventos e comícios do partido. Como afirma António (2015, p. 101), “o MPLA buscou penetrar e controlar todas as esferas da vida social e criou um alto grau de mobilização social, tornando compulsória a participação nos eventos e comícios do partido, inobservando que a compulsoriedade se contrapõe e anula a liberdade de escolhas dos cidadãos”.

Ainda segundo António (2015, p.101-102),

[...] o associativismo era restrito a organizações inerentes ao MPLA, que domesticava os cidadãos desde a mais tenra idade. A Organização de Pioneiros de Angola (OPA), buscava mobilizar crianças e adolescentes para a causa do partido, enquanto os Jovens do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA) se ocupavam da franja juvenil, e as mulheres eram incorporadas pela Organização da Mulher Angolana (OMA). Esse controle estendia-se até aos trabalhadores, organizados pela União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), que possuía células implantadas em escolas, locais de trabalho e bairros.

Vale destacar que, durante esse período (1975-1991), o MPLA mantinha uma organização paramilitar chamada Organização de Defesa Popular (ODP), que reforçava o controle do partido sobre a sociedade. Além disso, o MPLA estava associado a dois clubes de futebol: o Progresso do Sambizanga e o Clube 1º de Agosto. Curiosamente, as cores deste último clube (vermelho, preto, azul e amarelo) são as mesmas utilizadas pela JMPLA, reforçando a associação visual e simbólica com o partido e sua juventude.

Ademais, no contexto do monopartidarismo, Huntington (1991, p.110) ainda acrescenta que “a ideologia do partido definia a identidade do Estado. Dessa forma, a oposição ao partido implicava traição ao Estado”. Em Angola, essa realidade era evidente em slogans como “o MPLA é o povo e o povo é o MPLA”, que dominavam o cotidiano e criavam limitações para aqueles que não eram, ou não se reviam, no MPLA.

Cada cidadão tornara-se vigilante dos seus concidadãos , enquanto a Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA) tinha agentes secretos infiltrados nos mais diversos setores da sociedade. Instigar os cidadãos a vigiarem os demais implica em instaurar um ambiente de medo e desconfiança mútua , que sufoca a liberdade de pensamento , de expressão e de associação.O outro se torna uma potencial ameaça , com quem não se deve partilhar experiências e sonhos de liberdade (António, 2015, p.101-102).

Essa situação, em primeiro lugar, nos remete a refletir sobre o MPLA antes da Independência, especificamente no contexto de sua formação. O partido surgiu da fusão de grupos políticos, sindicatos e diversas associações, estabelecendo, ao longo do tempo,

alianças estratégicas com outros movimentos emergentes. Entre esses, destacam-se o Movimento Democrático de Angola (MDA) – com presença em Luanda, Huambo e Benguela –, a Frente Socialista de Angola (FRESDA), o Movimento Nacionalista de Angola (MNA) e o Partido Trabalhista para a Salvação de Angola (PSTA). Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, o MPLA ampliou ainda mais sua rede de alianças ao incluir a Organização Comunista de Angola e o movimento Poder Popular.

Para Jean-Michel Mabeko Tali (2001, p. 58-59), “no caso do «Poder Popular», que surgiu nos bairros de Luanda, a direção do MPLA tinha já plena consciência da dificuldade que teria em controlar uma organização que não fora criada por ela [...] O caráter particularmente arrebatador e mobilizador da ideia de um poder gerido pelo povo, imediatamente identificado com o MPLA – e sem que este o procurasse – constituiu por esse motivo uma razão suficiente para confrontos entre os três movimentos armados.”

Essa dinâmica associativa teve seu ponto culminante na formação de círculos de apoio político e, especialmente, na criação de comitês como os «Comitês Amílcar Cabral», «Comitês Henda», «Tala Hadi» e «Ginga», além de associações estudantis, como a Associação dos Estudantes da Universidade de Luanda e a Associação dos Estudantes do Ensino Médio. Em decorrência disso, muitos jovens, nessa época, foram recrutados para os Centros de Instrução Revolucionária (CIR), fortalecendo, assim, o movimento e a adesão ideológica (Tali, 2001).

Contudo, após a Independência, o MPLA enfrentou dificuldades para conciliar os interesses dessas organizações, que, em grande parte, mantinham posicionamentos ideológicos de extrema esquerda. Esse impasse culminou, por fim, nos trágicos acontecimentos de 27 de maio de 1977, quando uma manifestação convocada para protestar contra injustiças sociais, econômicas e raciais resultou em numerosas vítimas, desde “detenções em massa e as execuções de dissidentes” revelando tensões profundas entre as bases populares e a liderança do partido. Entretanto, “a violência das represálias criou um clima de medo que se manteve até a década de 1990, desencorajando os angolanos de qualquer atitude dissidente e instilando uma cultura de conformismo, dependência do Estado e ausência de iniciativa” (Hodges, 2003, p.77).

Por essa razão, Soares de Oliveira (2013, p. 158), coloca que:

A sociedade civil, no sentido convencional do termo, tem uma presença reduzida em Angola em virtude de um passado repressivo imposto pelos governos colonial e pós-colonial. Além disso, a disparidade de recursos materiais e organizacionais entre um estado forte e uma sociedade fraca e dividida é tal, que a mera ideia de um espaço que permita a existência de uma sociedade civil autônoma não pode deixar de ser questionada.

Essa situação mudou significativamente apenas em 1991, com os Acordos de Bicesse, que permitiram a aprovação da Lei das Associações (Lei nº 14/91). Esse novo quadro legal possibilitou, pela primeira vez, uma maior liberdade de organização civil e política, com o surgimento de partidos políticos, igrejas e organizações não governamentais (ONGs) em diversas regiões do país. Como resultado, a abertura ao multipartidarismo, trouxe um crescimento das organizações da sociedade civil, incluindo a Associação Cívica de Angola (ACA), a Ação Angolana para o Desenvolvimento (AAD), a Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), o Instituto Democrático para Assuntos Internacionais (NDI), Instituto para Cidadania Mosaiko, o *Search for Common Ground*, Okutiuka, Omunga e a *Open Society Angola* (OSISA), entre outras. A maior parte dessas organizações contou com financiamento externo, o que ampliou suas capacidades de atuação e visibilidade.

No que diz respeito aos direitos trabalhistas, houve também uma transformação nas políticas laborais. Foram aprovadas, entre outras, a Lei de Greve (nº 23/91), a Lei Geral do Trabalho (nº 7/15) e a Lei Sindical (nº 21-D/92), que fomentaram o surgimento de movimentos sindicais. Dentre esses, destacam-se o Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF), o Sindicato Nacional dos Enfermeiros (SINDEA), o Sindicato Nacional dos Médicos de Angola (SINMEA) e o Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA). Essas entidades assumiram o compromisso de representar os interesses dos trabalhadores e lutar por melhores salários, condições de trabalho e direitos laborais, desempenhando um papel central na defesa da classe trabalhadora.

Nesse contexto, destaca-se a criação, em 1996, da Confederação Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), que encerrou o monopólio sindical exercido pela União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), vinculada ao MPLA. Esse marco possibilitou a representação de outros sindicatos independentes, como o Sindicato Nacional de Professores (SINPROF) e o Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA), simbolizando uma abertura significativa para o pluralismo sindical no país (Vidal, 2008).

Além disso, as organizações religiosas desempenharam um papel relevante na promoção da paz e na defesa da democracia, especialmente com o Conselho de Igrejas Cristãs de Angola (CICA) — que congrega igrejas metodistas, batistas e congregacionais —, a Aliança Evangélica Angolana (AEA) e a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). Segundo Comerford (2008, p. 141-142), essas entidades foram vozes críticas à

continuidade da guerra civil e à ausência de democracia em Angola, encontrando um espaço ampliado na Segunda República para pressionar por essas causas.

Importa acrescentar que os Acordos de Alvor (1975) tinham inicialmente concedido a FNLA, MPLA e UNITA o *status* de “legítimos representantes do povo”. Contudo, com os Acordos de Bicesse de 1991 e a abertura para o multipartidarismo, estabeleceu-se a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 02/05), que resultou na formação de dezenas de partidos políticos. Nas eleições de 1992, apenas alguns partidos como MPLA, UNITA, FNLA, Partido de Renovação Social (PRS), Frente para Democracia (FpD), Aliança Democrática (AD), Partido Liberal Demócrata (PLD), Partido Democrático para o Progresso e Aliança Nacional de Angola (PDP-ANA), Partido de Aliança Democrática para o Progresso de Angola (PADEPA), Partido da Aliança da Juventude Operária e Camponesa de Angola (PAJOCA)³².

Antes dos Acordos de Bicesse como já nos referimos anteriormente, o país vivia sob um regime monopartidário, onde o MPLA apresentava-se como Partido-Estado. Com o advento do multipartidarismo, novas vozes políticas e culturais puderam emergir. Essa abertura permitiu que angolanos, especialmente aqueles que retornavam dos outros países, onde o Movimento Hip-Hop já estava enraizado, trouxessem consigo essa influência cultural. Assim, o contato com sociedades politicamente abertas em que a liberdade de expressão e a contestação juvenil eram práticas estabelecidas estimulou o surgimento de um Movimento *Hip-Hop* angolano com fortes influências estrangeiras, sobretudo, dos Estados Unidos da América, Brasil e Portugal.

Desse a sua essência,

[...] a cultura *hip-hop* emergiu como fonte de formação de uma identidade alternativa e de *status* social para jovens em uma comunidade onde instituições locais de apoio foram destruídas, assim como outros setores essenciais. Essas identidades alternativas foram forjadas a partir de modas e linguagens próprias, criando uma identidade coletiva. No entanto, a identidade do hip-hop, longe de ser exclusivamente importada, está profundamente arraigada à experiência local e específica dos jovens angolanos, com um apego especial a grupos locais ou a “famílias” alternativas, que, à semelhança de formação de *gangues*, promovem um sentimento de segurança e pertencimento em um ambiente complexo e inflexível. Esses grupos acabam

³² A maior parte dos partidos políticos que surgiram em 1992 foram criados pelo MPLA e eram liderados por agentes dos Serviços de Segurança do Estado. O objetivo era dispersar os eleitores para evitar uma competição bipartidária entre o MPLA e a UNITA. Segundo Justino Pinto de Andrade (2008, p. 49) “em Angola temos um vastíssimo leque de partidos políticos, a maioria dos quais sem qualquer expressão ou representatividade social e sequer relevante. Muitos dos partidos políticos são um mero reflexo de agregações primárias, de fidelidades familiares, clânicas ou de pequenos grupos de interesse que se reúnem para a busca de benefícios materiais; não possuem um projeto de sociedade, não têm qualquer estrutura mínima credível, não se lhes ouve uma proposta alternativa à forma como se processa a governação e ainda menos a qualquer referência de caráter ideológico. Alimentam-se do Orçamento Geral do Estado e tornam-se presas fáceis para os apetites de quem se quer manter no poder e que os usa como marionetas, manipuladas para passar uma imagem pública (nacional e internacional) de pluralismo, servindo a estratégia de legitimação democrática do regime”.

formando novas redes de apoio e bases para movimentos sociais emergentes (Rose, 1997, p. 202).

Baseando-se nas obras de Rose (1994), Kitwana (2002), Holman (2004), Herc (2005) e Chang (2005), podemos observar como o movimento hip-hop emergiu como uma resposta cultural e política às condições de marginalização e opressão vividas pelas comunidades negras nos Estados Unidos. Rose, em *Black Noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America*, argumenta que o *rap* e o *Hip-Hop*, ao serem produtos das comunidades afro-americanas, refletiram e desafiaram as dinâmicas de racismo e desigualdade estrutural, colocando o som e a cultura negra no centro do debate público (Rose, 1994). Por sua vez, Kitwana, em *The Hip-Hop Generation: Young Blacks and the Crisis of African-American Culture*, discute como a juventude negra nos Estados Unidos, ao adotar o hip-hop, criou uma nova forma de expressão que confrontava a crise de identidade e os desafios culturais enfrentados pela população negra (Kitwana, 2002).

Como reacção à invisibilidade cultural do negro, cria-se uma identidade do gueto, agora designada por *Hip-Hop*. Num regime de total autarcia, estes negros inventam não uma contracultura, mas uma cultura paralela que lhes dá vida, que lhes prova que o que pensam pode ser partilhado. Construimos a nossa cultura entre nós, é o *Hip-Hop*. Todos os elementos existem em relação de igualdade; a dança, com o *break dance* ou o *smurf* designação inspirada no negro usado pelos *estrumpfes-smurf* em inglês- que se enfia na cabeça); o rap, com o *DJ* que cria som a partir de misturas de discos já editados, e o *MC* (mestre-de cerimónias), que controla o microfone; os graffiti; as *battles* (batalhas de palavras); a percussão bucal; o slam; a boina Kangol; o casaco com capuz; as calças de fato-de-treino desmesuradamente largas e os ténis com pala subida, e uma linguagem com expressões e ritmos novos, uma maneira de andar característica (Thuram, 2013, p.400:401).

Além disso, Holman, em seu artigo *Breaking: The History* (2004), detalha o impacto do breakdance, uma das quatro formas fundamentais do hip-hop, como uma manifestação de resistência física e simbólica. Enquanto isso, Herc, em *Can't Stop Won't Stop* (2005), e Chang, no mesmo livro, enfatizam o papel do *DJing* e da manipulação do som como um meio de reconfigurar a narrativa da experiência negra nas ruas do Bronx. Chang também observa que o hip-hop, ao longo de sua história, se tornou uma plataforma global de conscientização política, servindo como uma escola para jovens de diversas partes do mundo, incluindo Angola. Nesse contexto, a música e a cultura do *Hip-Hop* reavivam legados de resistência negra, como o Black Power e os Panteras Negras, ao mesmo tempo em que fortalecem a luta contra a opressão social e racial (Chang, 2005; Herc, 2005). Assim, esse movimento transcende suas origens, evoluindo para uma ferramenta de denúncia e transformação social,

como evidenciado pela diversidade de estilos e narrativas que surgiram nas décadas seguintes, tornando-se, portanto, um fenômeno global de resistência cultural.

Figura 1: Dj Kool Herc e seus amigos ocupando espaço público como forma de resistência



Fonte: <https://shop.rockthebells.com/blogs/articles/dj-kool-herc-party>.

Local: Bronx, New York.

O Movimento *Hip-Hop* desempenhou um papel significativo como fonte de inspiração para a juventude angolana, especialmente ao reavivar a herança radical de movimentos de resistência negra, como os liderados por *Malcolm X*, *Martin Luther King*, os Panteras Negras (*Black Panthers*) e o movimento *Black Power*. Figuras pioneiras como *DJ Kool Herc* e *Afrika Bambaataa* não apenas moldaram os pilares do Hip-Hop, mas também transformaram a cultura em uma plataforma global para denúncia social e conscientização política. Esse legado foi continuado por grupos emblemáticos como *Public Enemy*, *N.W.A.*, *Run-D.M.C.*, *A Tribe Called Quest*, *De La Soul*, *The Fugees*, *Das EFX*, *Wu-Tang Clan* e *Dead Prez*, além de artistas solo como *Tupac* e *KRS-One*, que usaram suas músicas para criticar o racismo estrutural, a brutalidade policial e a desigualdade social.

Além disso, o álbum *Quebra-cabeça* (1997), do rapper brasileiro Gabriel o Pensador, teve enorme repercussão em Angola, principalmente por ser cantado em português. Foi também nesse período que Luaty Beirão, que já atuava como White Shadow Killa e Brigadeiro Matafrakus, criou o programa de rádio na LAC, chamado "A Era do Hip Hop", que conquistou grande notoriedade e ajudou a consolidar o movimento Hip-Hop no país (Blanes, 2023).

Após os Acordos de Bicesse em 1991 e, especialmente, com o convênio em 1994 entre o Governo de Angola e a ONU, liderado por Alioune Blondin Beye³³, houve uma abertura econômica que encerrou anos de embargo. Essa mudança facilitou a entrada de imigrantes da África Ocidental, como nigerianos, malianos e senegaleses, conhecidos localmente como “*mamadús*”, “*dialós*” ou “*senés*.” Eles trouxeram uma nova dinâmica à economia informal, ampliando a oferta de produtos variados, incluindo roupas, cassetes de vídeo e música, especialmente rap americano e francês, que se tornaram populares entre a juventude de Luanda (Blanes, 2023).

No bairro de Hoji-Ya-Henda, esses produtos foram centrais para o desenvolvimento do hip-hop angolano, tornando-se um ponto de referência para entusiastas do Movimento. Nomes icônicos do *Hip-Hop* angolano, como MCK, Kool Klever, Brown X, Jegas e Sister Queen, frequentavam regularmente a área para adquirir e revender esses materiais, nutrindo o circuito local de *Hip-Hop*. Esse contexto contribuiu para que Hoji-Ya-Henda se estabelecesse como um espaço importante para a difusão de influências culturais e estilos que, mais tarde, marcaram a cena musical angolana e foram fundamentais para a construção de uma identidade de resistência e contestação social no país.

No contexto da guerra civil angolana, especialmente nos anos 1990, os *rappers* desempenharam um papel essencial ao criarem músicas que apelavam à paz e à estabilidade política. Esse movimento musical visava consolar e unificar uma sociedade profundamente dividida pelo conflito.

Com o término da guerra civil em 2002, no entanto, as temáticas das músicas de rap evoluíram significativamente. As composições passaram a exigir respeito pelos direitos

³³ Alioune Blondin Beye foi um diplomata maliano que atuou como enviado especial das Nações Unidas em Angola durante os anos 1990, desempenhando um papel crucial na busca por soluções pacíficas para o conflito civil angolano. Nascido em 1932 no Mali, Beye tinha uma carreira diplomática marcada pela mediação de conflitos em vários contextos africanos. Sua experiência e habilidade como negociador foram particularmente importantes em Angola, onde ele se destacou como um dos principais arquitetos das iniciativas de paz durante um período crítico da guerra civil que assolava o país desde a sua independência, em 1975. Como representante especial do secretário-geral da ONU para Angola, Beye esteve à frente de negociações complexas entre o governo do MPLA e a UNITA, o principal grupo de oposição armado. Seu trabalho culminou no “Protocolo de Lusaka” em 1994, um acordo que estabeleceu as bases para a paz e o fim das hostilidades, além de propor a integração das forças da UNITA ao exército nacional e a realização de eleições. O convênio foi visto como um marco nas tentativas de pacificação, possibilitando a suspensão de embargos econômicos e promovendo a entrada de auxílio humanitário e investimentos externos, essenciais para a reconstrução de Angola. Infelizmente, apesar do empenho de Beye, a paz permaneceu frágil, e os conflitos armados voltaram a escalar em Angola no final dos anos 1990. Em 1998, Beye morreu em um acidente de avião na Costa do Marfim, o que representou uma grande perda para as missões de paz na África e, particularmente, para a continuação dos esforços de pacificação em Angola. Sua contribuição, entretanto, é lembrada como um exemplo de diplomacia comprometida com a resolução pacífica de conflitos, e seu legado ainda ressoa nos esforços subsequentes para consolidar a paz no país (Rodrigues, 2019, Souza, 2018, Alves, 2013, Tibúrcio, 2009).

humanos, denunciar a corrupção e o autoritarismo do MPLA, além de homenagear as vítimas de episódios trágicos da história recente de Angola, como o 27 de Maio de 1977 e a “sexta-feira sangrenta” de 1993. Por meio de suas rimas, os *rappers* tornaram-se agentes de conscientização e mobilização, promovendo debates sobre a situação política, econômica e cultural de Angola e do continente africano.

A chegada da Primavera Árabe inspirou muitos jovens angolanos, levando-os a adaptar a luta política às novas dinâmicas globais. Saindo dos palcos, esses jovens passaram a ocupar as ruas, em uma versão local do movimento *Occupy Wall Street*. Essa transformação conectou a juventude angolana a outras lutas sociais africanas, como o movimento *Y'en a Marre* no Senegal, *Le Balai Citoyen* em Burkina Faso e as mobilizações em Moçambique, que ganharam força após a morte do *rapper* Azagaia, conhecido por sua crítica incisiva ao regime da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Lilian Thuram (2013) , em “As Minhas Estrelas Negras: De Lucy a Barack Obama”, descreve o *rap* como uma “guerra de existência e de afirmação”. Segundo ele:

[...] Já não se trata de compor música ou de cantar, mas de gritar quem somos: pessoas que não têm nada, um terceiro mundo importado para o mundo dos ricos, um terceiro mundo cujos pais não foram respeitados, e continuam a não ser, um terceiro mundo cuja cor constitui um incómodo (Thuram, 2013, p.403).

Thuram (2013) enfatiza que o *rap* dá voz aos jovens, que se tornam os repórteres de seus bairros sociais. Para ele: “o *rap* é a respiração dos subúrbios. Toda a política cultural inteligente se deveria abrir aos músicos de *rap*”. Embora frequentemente associado à agressividade e à violência, Thuram (2013) argumenta que as letras do *rap* revelam a realidade vivida pelos marginalizados. Ele observa que: “os que vivem a injustiça são os mais bem posicionados para repor a ordem das coisas. É preciso ouvi-los, mesmo que a dureza com que questionam a sociedade incomode e perturbe”.

Thuram (2013) conclui que “os *rappers* são os “altifalantes” de toda uma geração, porque por detrás de um grupo de *rap* está um bairro, uma zona [...] não estamos perante um *rap* de guetos, mas de grupos ou de redes. É a palavra dos excluídos, que estão empenhados em fazer-se ouvir”.

Assim, o *rap* vai além de uma expressão artística; ele se configura como uma plataforma de denúncia, resistência e transformação social conforme segue a letra do Conjunto Ngonguenha³⁴, (2004):

(Leonardo Wawuti, 2004)
Outrora o berço

³⁴ Grupo de *rap* que surgiu nos finais dos anos 1990 formado por Leonardo Wawuti, Keita Mayanda, Ikonoklasta e Conductor.

Agora o recipiente do esterco
 Os africanos fecham cada vez mais o seu cerco
 Os de fora têm culpa ou África é que não se cuida?
 Expõe-se como boazuda, porta-se como prostituta
 Que está... sempre aberta para carteiras caxudas
 Mas resistentes as punhaladas dos líderes políticos judas
 Que fazem uma capa não verdadeira à realidade do povo
 Cansado de ser tratado como laboratório de novo
 Ouvi dizer, que alugaram praias prá servir de pia prá petróleo
 Depois admiram-se de onde é que vem o ódio?
 O continente chora, os motivos são todos óbvios
 Os filhos destratam a mãe com pensamentos virados pros bolsos
 África, linda, mãe, avó, são tantos os nomes
 Falam em renascença e orgulho mas isso tudo parece longe
 Fácil é correr, apontar os dedos para fora
 Enquanto os responsáveis estão escondidos na nossa história
 Refletem, naquilo que eu vos vou dizer..
 O que é que temos feito por nós mesmos ultimamente?
 Digam!

(Keita Mayanda, 2004)

Os africanos continuam a não querer aprender com o passado
 Carregando por isso o estigma de um povo escravizado
 Quem governa ignora, as lições da história
 500 anos de escravidão apagados da nossa memória
 E as 4 décadas de falsa independência
 Levaram a minha geração a um despertar de consciência
 Questionamos as verdades aprendidas na escola
 Atentos ao conflito de interesses que se desenrola
 A contínua exploração de África e suas riquezas
 O êxodo populacional
 A fome e suas presas
 Governos corruptos
 Fantoques do imperialismo
 Alimentando a propaganda de um falso patriotismo
 ONG's americanas despontam aos milhões
 Aparecem prá nos ensinar democracia em 2 lições
 Ontem simples colónias, hoje eternos devedores
 A nossa relação continua sendo de escravos e senhores...

(Ikonoklasta, 2004)

Não adianta apontar dedos ao estrangeiro explorador
 Como se não tivéssemos quadros com cultura e valor
 No início ideais bonitos e muito amor
 Banalizados na TV como matumbos ditadores
 Sim é verdade, ficaram cegos pelo poder
 A ideologia pede importância quando a traímos pela primeira vez
 Entregam-se à fartura, à comodidade e ao prazer
 Corrompidos pelo imperialismo que juraram combater
 O povo seguindo os guiões habituais
 Passa a último plano dos carneiros canibais
 Aprendem mais a copiar do outro
 Também têm de sobreviver
 E assim aos poucos
 O que é nosso se está a perder
 Será que alguém me ouve, será que vão me entender?
 Será que vão influenciar as palavras que eu disser?
 Se me sentes ama a família, pausa mais no kubico
 Fala com os kotas e kandengues, organiza debates com avilos
 Encara a vida como um momento e descobre os teus princípios

E quando este som acabar fica curioso e pega um livro

(Conductor, 2004)

Lágrimas prá lembrar as guerras que levam a tua semente
 É lógico que chores tanto sendo constantemente objeto de teste
 De cientistas por todo o globo
 A estatística nos diz a realidade sobre o nosso povo
 40% analfabeto, 30% desnutrido
 40 milhões de jovens são seropositivos
 21 milhões de africanos saem da sua terra como fugitivos
 Enquanto uns morrem porque a fome apagou os sentidos
 Levantam-se mais armas do que enxadas prá cultivar
 Devemos ao banco mundial mais do que possas imaginar
 Temos vendido mais de um terço do continente africano
 E vemos os problemas e os abraçamos
 E continuamos dependendo de ajudas ditas humanitárias
 Como não usamos o que temos acabamos por nos tornar párias
 Lágrimas por saber que os teus filhos tem tanto prá te dar
 E mesmo assim preferem te vender ou então te negociar
 Somos apenas o povo mais miserável
 Que no fundo
 Carrega a semente do império com a maior história do mundo
 Por que a terra mais rica não aproveita aquilo que tem?
 Porquê que continuamos a sofrer?
 Que alguém me diga porquê?

Segundo Blanes (2023), “o activismo, a dissidência e a crítica política na Angola do século XXI não podem ser entendidos sem referência à história do movimento *Hip-Hop* e *rap* no país, já que foi do seio desse universo que apareceram vários protagonistas do movimento activista, e também porque foi através das suas canções que se verbalizou o posicionamento político de vários jovens angolanos, no espaço lusófono, na senda do chamado *conscious rap* — subgénero motivado pela componente política, pedagógica e de crítica social das suas letras”.

Blanes(2003) destaca a estreita relação entre o movimento *Hip-Hop* angolano e as práticas de ativismo e dissidência. O *Hip-Hop*, enquanto ferramenta de expressão cultural, desempenhou um papel crucial ao dar voz aos jovens, especialmente aqueles das periferias, na contestação política e social. Dentro desse contexto, o *conscious rap* ou *rap* consciente emergiu como uma forma de resistência marcada por letras de forte teor crítico, que confrontavam diretamente a opressão estatal e as desigualdades estruturais.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz das teorias marxistas de luta de classes, particularmente em relação à oposição entre os espaços dominantes (*mainstream*) e os marginais (*underground*). Para Marx (2007), as classes dominantes controlam tanto os meios de produção quanto os aparelhos ideológicos, determinando a forma como as expressões culturais são moldadas. Esse controle é evidente no caso do governo angolano, que, por meio da promoção de um *rap* comercial, buscou despolitizar o movimento *Hip-Hop*.

Um exemplo claro dessa política cultural foi o grupo SSP, composto por jovens de classe alta que tinham contato com contextos internacionais, como Alemanha de Leste e Cuba. O SSP tornou-se amplamente conhecido em Angola ao adotar temáticas voltadas para diversão e entretenimento, afastando-se de questões políticas. Como observa Mendonça Júnior (2017, p. 184), “o grupo popularizou-se bastante em Angola, realizando vários shows no país e tendo grande abertura na mídia. Todavia, nos anos seguintes alguns jovens passaram a ter interesse no rap de intervenção, que estava se popularizando no exterior”.

O sucesso do SSP foi amplamente promovido por rádios e televisões públicas, consolidando-se como parte de uma estratégia estatal para desviar o movimento *Hip-Hop* de sua função crítica e de resistência. O foco em temas leves, como festas e relacionamentos, contribuiu para alinhar o *rap* às diretrizes culturais do Estado, enfraquecendo o papel do *Hip-Hop* como instrumento de mobilização e conscientização popular. Essa iniciativa representava uma tentativa deliberada de abafar as vozes dissidentes do circuito *underground*, que, ao contrário, permanecem enraizadas nas realidades das periferias.

Por outro lado, o *rap underground* resistiu como uma ferramenta de contestação e organização popular. Apesar das dificuldades de acesso aos meios de comunicação controlados pelo Estado, os artistas desse circuito conseguiram criar uma narrativa alternativa, conectada às experiências de exclusão, pobreza e repressão. Para esses jovens, o *Hip-Hop* tornou-se um espaço de denúncia e luta, desafiando a hegemonia cultural imposta pelo governo.

Essa resistência cultural reflete as análises de Karl Marx, que afirmou: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1974, p. 136). As condições materiais e sociais dos jovens das periferias moldam sua visão de mundo e impulsionam suas formas de resistência. No campo da cultura, essa luta manifesta-se na tensão entre produção independente e institucionalizada, bem como na disputa por narrativas e representações.

Edward Thompson (2019) complementa essa análise ao apontar que o movimento histórico é caracterizado pela coexistência de forças revolucionárias e contra revolucionárias, gerando dinâmicas de confronto que moldam as experiências e as categorias de luta. No caso do Hip-Hop angolano, o *underground* representa a tentativa de construir uma cultura de resistência que desafia tanto a repressão quanto a despolitização promovida pelo Estado.

Essa resistência musical não apenas denuncia as práticas autoritárias e excludentes do governo, mas também cria espaços de articulação comunitária e de construção de novas consciências políticas. Assim, o *conscious rap* angolano configura-se como um verdadeiro

campo de batalha ideológico e cultural, onde se confrontam projetos de dominação e emancipação, refletindo as contradições sociais e os desafios da luta por justiça e transformação no país. Por essa razão, concordamos com Thompson (2019) quando afirma que:

A disputa simbólica só adquire seu sentido dentro de um determinado equilíbrio de relações sociais. A cultura plebéia não pode ser analisada isoladamente deste equilíbrio; suas definições são, em alguns aspectos, antagônicas às definições da cultura educada. O que eu tentei demonstrar, talvez repetidamente, é que é possível que cada um dos elementos desta sociedade, tomados separadamente, tenha seus precedentes e seus sucessores, mas que, ao tomá-los como um todo, formam uma totalidade que é mais do que a simples soma de partes: é um conjunto de relações estruturadas, em que o Estado, a lei, a ideologia antiautoritária, as agitações e ações diretas da multidão, cumprem papéis intrínsecos ao sistema, e dentro de certos limites atribuídos por este sistema, limites que são simultaneamente os limites do que é politicamente “possível” e, em um grau extraordinário, também os limites do que é intelectual e culturalmente “possível”. A multidão, mesmo quando mais avançada, raramente pode transcender a retórica antiautoritária da tradição radical whig; os poetas não podem transcender a sensibilidade do paternalista humano e generoso. A furiosa carta anônima que surge das profundezas mais baixas da sociedade amaldiçoa contra a hegemonia da gentry, mas não oferece uma estratégia para substituí-la (Thompson, 2019, p.s/n (tradução nossa)).

Sendo assim, podemos afirmar que os jovens têm a potencialidade em qualquer sociedade de desafiar o sistema em busca de mudança, utilizando as próprias ferramentas que o sistema lhes oferece para transformá-lo, ou seja, mesmo em um ambiente político marcado pela “cultura do medo”³⁵ institucionalizada, surgem vozes de resistência que desafiam o poder estabelecido. No contexto angolano, após anos de monopartidarismo e regime totalitário, cidadãos começaram a lutar por emancipação humana e política. Esse cenário se intensificou com o surgimento do movimento *Hip-Hop* nos anos 1990, que abriu espaço para o diálogo sobre questões políticas, econômicas e sociais. Letras de *rap* questionavam a legitimidade do poder político e criticam a hegemonia do MPLA, partido que governa Angola desde a Independência.

No entanto, a partir do movimento hip-hop, os jovens angolanos passaram a exigir respeito pelos direitos humanos e transparência na gestão pública, marcando o início de uma era de contestação política e social. Podemos considerar que estes jovens fazem parte da “*The Hip-Hop Generation*” conforme Kitwana (2002) referiu-se na sua obra com o mesmo título. Importa salientar que o termo “*The Hip-Hop Generation*” abrange os fazedores da

³⁵ O conceito de “Cultura do Medo” foi introduzido em Angola por Carlos Albuquerque em sua obra *Angola – A Cultura do Medo*. Albuquerque (2002), que atuou como correspondente da RTP (Rádio e Televisão Portuguesa), presenciou de perto o período que antecedeu os Acordos de Paz de Bicesse. Esses acordos foram firmados entre o governo de Luanda, liderado pelo MPLA, com apoio do bloco socialista, e a UNITA, que havia expandido sua guerrilha por todo o território com o apoio da África do Sul, dos Estados Unidos e do Zaire. Nesse contexto, Albuquerque (2002) acompanhou de perto os eventos relacionados aos acordos e os encontros entre os líderes José Eduardo dos Santos (MPLA) e Jonas Savimbi (UNITA).

cultura e os apreciadores do movimento. Para ele, essa geração enfrenta uma crise cultural e identitária, marcada por problemas como o racismo persistente, a violência e a falta de oportunidade. No caso angolano, as letras de *rap* expressam a crítica sobre a realidade social, econômica e política, explorando nos versos temas como desigualdade, exclusão, repressão e a desilusão com as promessas de democracia.

Por exemplo,

Cidadão angolense acorda antes que o sono te enterra/ se deres ouvido à minha poesia conhecerás as causas do mosquito que nos ferra/ saberás que as causas do caos do povo não foi apenas a guerra/ o quotidiano mostra a cor da corrente que nos cerra/ preto em baixo, vermelho em cima e amarelo no meio. (MCK, 2002)

Neste verso, o rapper MCK destaca a inércia da população, muitas vezes paralisada pelo medo e pela repressão institucional que denuncia a realidade social angolana onde as liberdades individuais e a expressão pública são limitadas, perpetuando uma “cultura do medo” que inibe as lutas coletivas. Esse verso pertence a música com o título “a técnica, a causa e as consequências” que se segue na íntegra:

Cidadão angolense acorda antes que o sono t'enterra
 Se deres ouvido à minha poesia conhecerás a cara e o nome do Mosquito que nos ferra
 Saberás que a causa do caos do povo não foi apenas a guerra
 O quotidiano mostra a cor da corrente que nos cerra
 Preto em baixo, vermelho em cima e amarelo no meio
 Envolvida por anéis d'utopia na parte externa
 A inocência fabrica e multiplica as vítimas da escravidão moderna
 Como a massa desconhece a técnica da M.anipulação P.opular De L.ixamento
 A.ngolense
 ninguém sente o peso da algema
 O teu caso é uma prova visível da arte dos lobos
 Os teus argumentos são frases incompatíveis da filosofia suprema
 Não tens abrigo
 Procuras emprego há séculos, mas continuas fiel ao sistema
 Estás preso, sob uma frequência de controlo automático de grades invisíveis (eles traçaram o teu futuro no ventre da tua mamã!)
 Sofres diariamente, não sabes como reclamar
 As armas calaram mas o teu estômago continua em guerra
 A luta começa no dia do teu parto
 Com a primeira gasosa que os teus pais pagam à equipa médica em serviço e só acaba com o último batimento do teu coração!
 Guerra é luta e luta é mesmo isto!
 A tua esperança anda mais de 40 anos no verão e afastaram-te dos livros desde criança
 Aos 12 anos uniram-te às cervejas encheram o teu fim-de-semana com maratonas e deram-te uma educação mutilada!

Aniquilaram o teu espírito de revolta com igrejas!
 Tens uma década de escolaridade, sobre a vida não sabes nada
 Cultivam em ti o medo que semearam nos teus pais
 As tuas atitudes dependem da rádio e da televisão
 Já sei que não vais compreender o refrão isto é uma figura de estilo irônica, pede explicação

Refrão:

Seilaquê wawê (8 x)

Tira a poeira das vistas, abre o olho mano
 Desliga a televisão, rasga o jornal e analisa o quotidiano
 Vai em busca da realidade do modo de vida angolano
 Irmãos, qual é a liberdade que nos deram se a arrogância política não cessa?
 Quem fala a verdade vai p'ó caixão, que raio de democracia é essa?
 Nos livramos dos 500 anos de chicote mas não utilizamos a cabeça
 Depois da queda do colono, em vez de uma independência
 Deram-nos quase meio século de má governação
 Hoje os dirigentes estão com as imagens gastas porque o poder não regista circulação
 Criticam os professores e enfermeiros por causa da corrupção
 Esquecem-se do orto da instabilização
 Somente os da esquerda sabem que o erro parte do organograma padrão
 Transcrevendo um processo hierárquico torto até ao último escalão
 Parem de agitar as gasosas aos polícias, as kinguilas não são as culpadas da inflação
 A causa do sofrimento angolano reside na filosofia do desumanismo
 Na política do egoísmo, na artimanha do estrangeirismo
 O modo de vida luxuoso da burguesia faz parte do processo palpável do vosso egocentrismo
 Assim como os donos dos colégios pertencem ao Ministério da Educação
 Os donos das clínicas privadas pertencem à Saúde
 O que m'irrita não é a cara do indivíduo, é a atitude
 As vossas ações demonstram a extinção da virtude
 Ignoram o papel do Estado em benefício das vossas necessidades
 O dinheiro que restou das vossas contas bancárias está todo Investido em "projéteis"
 Prometem-nos um amanhã melhor com escolas sem giz...

Refrão

Graças a Deus escapei da artimanha estratégica
 Tive a sorte de não ser mais uma vítima dos "frangos da Bélgica"
 Mas como os efeitos da "Téknika" geram várias tendências
 Fui psicologicamente afetado por outras "Konsekuências"
 A multiplicação da ganância e a soma da luta armada
 Ofereceram à pátria a dor infinita e a miséria avançada
 Exportamos o petróleo, importamos o sofrimento
 Ganhámos 7 campeonatos de guerra no último decénio
 Perspectivava-se novo título neste milénio
 "A vitória certa" pintou Luanda de deslocados nas curvas
 Perdemos soldados mas ganhámos viúvas
 Somos os maiores importadores de pares de muletas dentro e fora do mundo luso
 As vacinas da pólio não reduzem o elevado número em uso
 Dizem querer desenvolvimento para nação
 Com 1 médico para mais de 90 pacientes e 1 mina para cada cidadão?
 Indústrias paradas, 4º lugar da corrupção

Ganhámos o prémio Nobel do paludismo e da malária
 Gastámos o dinheiro na compra d'Audis recentes
 e comemos o arroz estragado das ajudas humanitárias
 Somos uma potência de deslocados, mutilados, desmobilizados, refugiados, enfim...
 Vivemos tantas atrocidades porque os políticos querem assim
 Temos máquinas de guerra com equivalência de 10 escolas
 Promovemos o analfabetismo
 A falta de espírito de paz gerou desumanismo, Han...
 Temos mais armas que bonecas
 Menos universidades que discotecas
 Mais cantinas que bibliotecas
 O povo conhece a verdade mas cala
 O velho ditado diz “O silêncio também”
 Irmãos o silêncio também, ya

Importa realçar que esta música marcou o rap de intervenção e inspirou uma geração de jovens que mais tarde tornaram-se ativistas contra o governo do MPLA. Igual ao MCK temos um grupo como os Filhos da Ala Este (2010) que nas suas letras cantavam o seguinte:

No meu país impera a ditadura e a monarquia
 Só para inglês ver essa falsa democracia
 Eleições viciadas, imprensa privada diariamente silenciada
 Sociedade civil fortemente subjugada
 Opinião e imprensa pública instrumentalizada.

O grupo “Filhos da Ala Este”, formado por jovens do município do Rangel, na província de Luanda, entre os bairros Nelito Soares e Palanca (áreas periféricas da cidade capital), utilizam a sua música como ferramenta de crítica social e política. Suas composições denunciam as “eleições viciadas” e a farsa democrática em Angola, destacando a contradição entre o discurso oficial de adesão aos princípios democráticos e a prática de um regime que mantém traços autoritários. O grupo “Filhos da Ala Este”, composto por integrantes como Hebo Ymoxi, Wyma Nayobi, Adamu, Keita Mayanda, Nganga wa Mbote, entre outros, surgiu no início dos anos 1990 e começou a ganhar destaque no cenário musical angolano a partir de 1996. Nesta altura os Filhos da Ala Este (2010) escreviam versos como:

Os filhos do socialismo democrático de 92
 Escolheram a 5 de Setembro mais miséria,
 Menos voz mais política de governação atroz
 Mais corrupção, menos diálogo, menos emprego, menos arroz
 E as promessas eleitorais não saíram da agenda
 Os comícios avermelhados, as promessas e lenda
 Foram substituídas por mais vergonha,
 Mais destruição de moradias, mais gente nas tendas
 E os políticos em quem confiaste o teu voto
 Aos lamentos do povo, fazem ouvidos de mouco

Fingem não ver a desigual distribuição dos lucros do petróleo e dos diamantes
A maioria absoluta tornou-os mais insensíveis, mais arrogantes.

Esse cenário, retratado pelos Filhos da Ala Este, revela uma crescente desilusão com as promessas de mudança e desenvolvimento pós-guerra, ampliando o fosso entre a elite política e a população comum. A música expõe como o discurso de reconstrução nacional, presente em muitos comícios e campanhas, acabou por se transformar em um instrumento de manipulação, onde a esperança é substituída por “vergonha” e desalento. À medida que os recursos naturais são explorados sem redistribuição justa, a concentração de riqueza acentua a desigualdade social, enquanto a falta de diálogo com as classes populares gera um ambiente de alienação e descontentamento. Assim, a crítica vai além da simples denúncia: ela reflete o desejo por um verdadeiro engajamento político e por políticas públicas que atendam às necessidades da maioria, sugerindo que a verdadeira transformação depende de uma ruptura com práticas que perpetuam privilégios e marginalizam o povo.

Na mesma senda, Kool Klever (2008) num dos seus versos canta que “nós já fomos socialistas/agora somos diaristas” e “somos patriotas mas não queremos fazer guerra”. Observa-se neste verso um conflito geracional e uma transição de valores, onde a juventude contemporânea se afasta das lutas políticas e ideológicas de gerações anteriores. O sentimento de cidadania parece esvaziado pela realidade econômica e social, levando a uma apatia em relação à participação cívica e política.

O Movimento *Hip-Hop* angolano, desde o seu surgimento, tem desempenhado um papel crucial na mobilização das comunidades que vivenciam condições de dominação e exploração, funcionando como uma plataforma de conscientização social e política. Um de seus principais objetivos é alertar para a necessidade de organização dentro dessas comunidades, além de reivindicar mudanças significativas em um sistema de governança que frequentemente demonstra atuar para aprofundar as formas de desigualdades existentes.

Assim em contraponto a isso o movimento hip-hop promove a autoconsciência, permitindo que as populações se tornem mais cientes das suas realidades sociais e das injustiças que enfrentam conforme a letra de *rap revú*³⁶ de Keita Mayanda (2002) :

Olha para essa gente que aos poucos se desespera
Olha para esse quotidiano homicida que não se altera
Isso chama-se holocausto a conta-gotas

³⁶ O termo “*rap revú*” é uma abreviação de “*rap revolucionário*” para designar um estilo musical profundamente associado à crítica social e à luta por transformação política. Keita Mayanda, uma das figuras mais renomadas do movimento em seus primórdios, exemplifica essa conexão ao adotar o apelido de “Revolucionário” ou “Revú”. Seu pseudônimo simbolizava o compromisso com a resistência e a contestação às injustiças sociais, consolidando sua posição como um ícone desse estilo engajado e transformador.

As tuas necessidades são esquecidas depois que votas/ quem se preocupa, quem se importa com as nossas vidas
 As panelas estão no fogo, mas não vemos comida
 as fardas, as armas, as prisões
 O crime ou a tropa são as únicas opções
 Mães choram seus filhos que se tornam carne para canhão
 Salário mínimo: a criança chora por falta de pão
 Campo e cidade: desenvolvimento desigual
 A corrupção governativa aumenta a exclusão social
 Temos o índice mais baixo de desenvolvimento humano
 Temos uma esperança de vida mais curta do que a tinta da caneta
 Com que se assinaram os acordos de paz em 91
 Pois, desde então morrer da forma mais cruel é comum
 As promessas políticas não foram cumpridas dos dois lados
 As calças novas de Setembro hoje cobrem os corpos mutilados.

Essa narrativa em forma de rima expõe, de maneira contundente, as contradições estruturais do capitalismo e suas repercussões nas condições de vida das classes dominadas. A exploração e o abandono descritos na letra ilustram a alienação do trabalhador, cuja força produtiva é apropriada pelo sistema enquanto suas necessidades fundamentais permanecem negligenciadas. No contexto angolano, essa realidade é corroborada por dados do Instituto Nacional de Estatística, que indicam uma profunda desigualdade: a taxa de incidência da pobreza multidimensional — considerando saúde, educação, qualidade de vida e emprego — alcança 87,8% na área rural, mais que o dobro da taxa registrada na área urbana, de 35,0%. Além disso, as províncias mais pobres não apenas apresentam maior proporção de população vivendo em pobreza multidimensional, mas também enfrentam uma intensidade elevada dessa pobreza, revelando o agravamento das desigualdades estruturais e regionais no país³⁷.

Nesta situação, podemos fazer referência ao pensamento de Paulo Freire (1970) que enfatiza a importância da “conscientização” como um caminho essencial para a libertação social e política. Segundo ele, “não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança”, ideia que se alinha à mensagem da música ao promover uma visão de futuro na qual a organização popular é fundamental para transformar a realidade de opressão.

No entanto, encontramos na música de Flagelo Urbano (2014) com o título “Demo sem cracia” que reflete a crescente insatisfação e revolta popular diante das promessas não cumpridas pelo governo angolano:

Constituição Salazarista, leis draconianas
 Vítimas da impunidade reinante na guarda republicana
 Vida minha, vida tua, porque este mal querer?
 Quem caminha na contra-mão vira refeição para jacaré

³⁷ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Relatório de Pobreza Multidimensional em Angola 2020*. Disponível em: https://ophi.org.uk/sites/default/files/2023-12/ine_2020_pobreza_angola.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

Alves Camulíngue, aprendeu que em democracia
Reivindicar os seus direitos é um atentado à soberania
Eles temem os teus sonhos, perseguem-te em toda parte
Tal qual dissidente do regime de Napoleão Bonaparte

Analistas sem moral, políticos por um cheque
Belarmino, Luvuano e Malavoloneke
Aprenderam a ser cortesãos da forma mais sombria
E que para ter um lugar ao sol tem que adular como o Garcia

Déspotas esclarecidos ou monarcas iluminados
Igreja instrumentalizada enquanto o clero é subornado
É a ascensão do fascismo e o fim do governo do povo
O levantamento das armas em prol do estado novo

Há mentira nas escolas, na família e no governo
Há mentira no discurso do deputado escondido no terno
Há violência no polícia que é suposto manter a ordem pública
Há enfim, mentira até no hino da Res pública

Refrão

Liberdade maybe tomorrow
Angola faz é som dum coro
Democracia é um balão de soro
Nós somos carnes do matadouro 2X

A Democracia anda armada com o dedo preso ao gatilho
Isaías Cassule não mais verá crescer seu filho
Frieza horripilante nos olhos do capanga
Que sem pestanejar atira nas costas do mano Ganga

O Jacaré já não paga imposto, tem isenção tributária
Por ter devorado o que restava da juventude contestaria
Silêncio e escuridão, discurso separatista
Protegido é o secretário da juventude maniqueísta

Rumo todos temos pode parecer que andamos à deriva
Lutaremos até o fim, não vemos outra alternativa
Se não lutar pelos terra e pelos que alimentamos
Senão um dia ainda pagamos pelo ar que respiramos

O país já não te pertence, é dos filhos do dono
Protegidos pela ordem que espancou o Luaty e o Carbono
Que encarcerou Nito Alves, depois de 77
Quando em 2013, contava com 17

Luxo à custa de sangue e das lágrimas da nossa gente
Que não vê no horizonte o que será daqui para frente
Nessa terra de milionários feitos à custa dos ovos
Botados pelas galinhas do galinheiro do nosso povo

Sonhamos com a liberdade em vossa hipocrisia
Nascidos originais duplicados ilusão de democracia
Lutamos com palavras, talvez seja uma luta vã
Mas ainda assim lutamos, tão logo irrompe a manhã

Refrão

Liberdade maybe tomorrow

Angola faz é som dum coro
 Democracia é um balão de soro
 Nós somos carnes do matadouro 2X

Os vossos discursos são de paz mas as atitudes são de guerra
 Pensar de forma diferente em angola é um crime com pena capital

Antes escrevia, hoje só choro
 Constituição é só dum coro
 Deus está a ver tudo por isso eu só oro
 Nós somos carnes do matadouro.

Diante dos elementos dessa música, podemos fazer referência à análise de Frantz Fanon (1968) sobre a violência colonial e a opressão das massas oprimidas contribui para entender como a música se torna uma forma de resistência e uma maneira de desafiar a repressão e a injustiça social. Segundo Fanon, “aquela canção magnífica que fez o povo se levantar contra seus opressores” deve ser complementada com consciência política e social, ou seja, a arte tem um papel central na luta de libertação, pois é um dos meios para que os oprimidos encontrem voz e formas de questionar o poder estabelecido (apud TRICONTINENTAL, 2023).

Assim, o verso a seguir de Keita Mayanda (2002) reflete o cotidiano de uma criança que, apesar das adversidades impostas por um sistema desigual e excludente, busca encontrar um sentido para sua existência em meio à dureza da vida. Este trecho revela uma resistência constante às dificuldades, mostrando uma resiliência inabalável diante das circunstâncias, que é, por si só, uma forma de luta. A criança, embora envolta pela miséria e pela falta de recursos, mantém sua dignidade e força de vontade, desafiando as limitações impostas pela realidade e dando voz a uma resistência silenciosa que se traduz no seu cotidiano, no esforço por superar os obstáculos diários.

Conforme é possível identificar no trecho a seguir:

São 6 horas da manhã, me levanto cedo sem resmungar
 o meu pai está a tomar banho e a minha mãe está arrumar
 sou um puto de 8 anos nos musseques de Luanda
 já ciente da realidade e de como a vida anda
 meu pai é polícia há 15 anos com patente pequena
 dizer a ele para deixar de ser polícia
 não vale a pena
 minha mãe é quitandeira
 Roque Santeiro seu escritório
 lugar pestilento igual a um purgatório
 tenho dois irmãos canucos

eu é que cuido deles
se não fizer as tarefas levo um castigo daqueles.
Vou para a escola sem mata-bicho e só piteu quando regresso
Nasci no berço da miséria
minha vida é vivida no avesso
mesmo sem tênis novo nunca baixo a cabeça
estou sempre na sala quando a primeira aula começa
de regresso a casa preparo os sacos de água fresca
não há peixe se o pescador não vai à pesca
venci mais um dia, sou puto, um guerrilheiro do musseque (Keita Mayanda, 2002).

No entanto, é importante destacar que essa resistência, apesar de individual, é também uma expressão coletiva das lutas mais amplas que buscam a transformação das estruturas de poder e a busca por igualdade. Assim, a criança interpretada por Keita Mayanda (2002) não apenas resiste de forma isolada, mas também é parte de uma luta social mais extensa que se insere na dinâmica de contestação ao sistema desigual que perpetua a pobreza e a exclusão. Essa realidade evidencia a necessidade de uma mudança nas condições sociais, econômicas e políticas que afetam as comunidades mais exploradas.

Contudo, é comum observar uma tensão entre os defensores do *Hip-Hop Underground*, que enfatizam a responsabilidade social e política do movimento, e os praticantes de vertentes menos conservadoras. Essa confusão sobre os diferentes papéis dentro do *Hip-Hop* pode refletir a diversidade e a pluralidade de vozes que coexistem nesse espaço. Os pioneiros do *Hip-Hop*, ao encontrarem potencial nas festas desses grupos oprimidos conseguiram moldar a partir dessas dinâmicas sociais, agentes de transformação, incorporando jovens em projetos de resistência e mudança. Contudo, para avançar, é essencial distinguir entre os meios (as diversas formas de expressão artística) e os fins (a luta por justiça social). Essa diferenciação pode ajudar a apaziguar tensões internas, permitindo que o movimento se una em torno de objetivos comuns, como a luta contra a desigualdade e a promoção de uma mudança social significativa, reafirmando a relevância do *Hip-Hop* como um veículo de transformação social.

Figura 2: Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão ano 2011

Fonte da imagem: Arquivo pessoal do autor

Local: Cacuaco / Luanda

O *Hip-Hop*, como expressão cultural das classes oprimidas, manifesta uma dualidade que reflete as contradições próprias do capitalismo: por um lado, apresenta-se como uma força revolucionária, capaz de denunciar as injustiças sociais, mobilizar as massas e articular um projeto emancipatório; por outro, pode ser cooptado e transformado em uma ferramenta reformista, absorvida pelo sistema como uma válvula de escape para tensões sociais. Essa ambivalência é resultado das condições materiais em que o movimento emerge e opera, reproduzindo as disputas entre as forças de conservação e transformação presentes na luta de classes.

No contexto dos processos revolucionários, a tensão entre o desejo de ruptura com a ordem vigente e as limitações impostas pelas estruturas materiais evidencia a complexidade inerente às mudanças sociais. Conforme a análise de Marx (1982), as revoluções não decorrem apenas da vontade subjetiva dos indivíduos ou de grupos sociais, mas são fruto da maturação das contradições sociais e econômicas no interior das condições concretas de produção.

Marx (1982,p.25:26) expressa essa ideia ao afirmar:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram, em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças

produtivas essas relações se transformam em grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir entre sempre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Esse conflito entre forças produtivas e relações de produção define o terreno em que ocorrem os processos revolucionários, desafiando as estruturas existentes e abrindo espaço para novas formas de organização social. No entanto, essa transformação não ocorre de maneira linear ou imediata, mas através de lutas contínuas, nas quais as forças sociais confrontam-se para determinar os rumos do desenvolvimento histórico.

Assim, o movimento *Hip-Hop*, enquanto busca opor-se ao *status quo* e propor alternativas, enfrenta a contradição de operar em um espaço dominado pelos meios de produção e reprodução ideológica controlados pelas classes dominantes.

Após os momentos de ruptura, a transição para um projeto reformista frequentemente reflete uma tentativa de estabilização que pode enfraquecer o potencial de transformação radical. Esse fenômeno, que Marx (1982) analisa como a consolidação da nova ordem sobre as ruínas da antiga, demonstra como as forças que conduzem uma revolução podem, uma vez no poder, tornarem-se agentes de contenção. No caso do *Hip-Hop*, essa dinâmica ressalta a necessidade de um contínuo questionamento sobre a direção do movimento, de modo a garantir que suas práticas e discursos permaneçam alinhados com as demandas das classes oprimidas, resistindo às pressões de acomodação e neutralização.

Portanto, a atuação do *Hip-Hop* na luta por justiça social deve ser compreendida como um campo de batalha ideológico e político, onde as forças revolucionárias e reformistas se confrontam continuamente. A capacidade do movimento de transcender a crítica e articular práticas que desafiem efetivamente as estruturas de exploração e opressão dependerá de sua conexão com a realidade concreta das massas e de sua fidelidade às aspirações de emancipação coletiva.

Desta maneira, a mensagem do *Hip-Hop* é, portanto, moldada pelas condições sociais e políticas de cada país. Em sociedades mais abertas e democráticas, as letras e as manifestações artísticas tendem a se concentrar na crítica e na proposta de alteração de aspectos como a desigualdade e a injustiça social. Nesse contexto, o *Hip-Hop* pode servir

como um instrumento de conscientização e mobilização para promover reformas necessárias. Por outro lado, em países fechados e autoritários, onde a repressão é intensa, as mensagens costumam assumir um tom mais violento e desafiador. Isso ilustra a teoria da proporcionalidade de Robert Alexy (2008) que sustenta que a intensidade da ação deve ser proporcional à reação dos agentes do sistema³⁸.

Nesse cenário, o *Hip-Hop* torna-se uma forma de resistência que utiliza a arte como uma arma para desafiar a opressão e clamar por mudanças profundas, reforçando seu papel como um veículo de expressão social e política. Assim, a evolução do *Hip-Hop* reflete não apenas as realidades de suas comunidades, mas também os desafios globais enfrentados na busca por justiça e liberdade.

Porém, vários autores têm abordado o Movimento *Hip-Hop* em Angola, mas neste estudo focamos nas obras de Marissa Moorman (2010) em “Os Sons da Nação: História Política e Social da Música Urbana de Luanda: 1945-2002”. Nesse sentido, a autora argumenta que “a música urbana se tornou um catalisador da identidade nacional e resistência” (Moorman, 2010, p. 17). Assim, a mesma exemplifica isso com casos de artistas como David Zé, Urbano de Castro e Artur Nunes, que exerceram uma enorme influência sobre a população nos musseques de Luanda, a ponto de o governo considerá-los ameaças. Ela sugere que a música foi central para a construção de uma “soberania cultural”, um fenômeno que “criou uma experiência de soberania cultural que serviu de modelo à independência” (Moorman, 2010, p. 20). Além disso, Moorman destaca que “a agitação e o sentimento anticolonial espreitavam dos cantos da cidade capital” (Moorman, 2010, p. 25), especialmente nos musseques, onde o controle cultural através da música desafiava diretamente o domínio colonial e sustentava um sentimento de revolta popular.

Contudo, seu estudo encontra ressonância no artigo “*L’hégémonie politique à l’épreuve des musiques urbaines à Luanda, Angola*”³⁹ de Chloé Buire (2019) que analisa como as músicas urbanas em Luanda desafiam e resistem à hegemonia política no país, particularmente ao domínio do partido MPLA. Buire (2019) explora o papel dos artistas de rap e kuduro, cujas letras e performances se tornam espaços de contestação e voz para as classes populares, frequentemente marginalizadas na esfera política formal. Ela argumenta que, “embora o governo angolano tente cooptar e controlar esses gêneros, os músicos

³⁸ A teoria da proporcionalidade de Robert Alexy (2008) é um método para resolver conflitos entre direitos fundamentais, através da ponderação encontra-se plasmado na sua obra sobre “Teoria dos Direitos Fundamentais”.

³⁹ Traduzido seria: “A hegemonia política à prova das músicas urbanas em Luanda, Angola”.

continuam a criar um espaço de resistência” (Buire, 2019, p. 18), construindo uma identidade cultural urbana que expressa as frustrações e aspirações da juventude angolana. Nesse contexto, a música se torna uma ferramenta de luta para questionar a hegemonia e construir uma “contra hegemonia” nas ruas e palcos de Luanda.

Importa adicionar nesta discussão o estudo de Gilson Lázaro e Osvaldo Silva (2016), intitulado “*Hip-Hop em Angola: O rap de intervenção social*”. Neste trabalho, ambos autores com passagem pelo Movimento *Hip-Hop* angolano, analisam como o *rap* de intervenção social se tornou uma voz para a juventude angolana, expressando críticas ao governo, às desigualdades sociais e à falta de oportunidades. Eles ressaltam que o *rap* de intervenção social vai além do entretenimento, servindo como meio de conscientização e mobilização contra um Estado totalitário que apesar de estarmos no contexto multipartidário replica a lógica de dominação do monopartidarismo. O estudo destes autores focaliza letras de *rap* que marcaram a luta contra o *status quo* desde o ano de 1977. Em síntese, os autores concluem que o *Hip-Hop* em Angola segue sendo uma plataforma crucial para o debate político e a expressão da identidade cultural angolana.

Já na sua tese de doutoramento, Jaqueline Santos (2019) examina como a cultura *Hip-Hop* em Angola se tornou um espaço de resistência e expressão política no período pós-colonial. A autora discute que o *Hip-Hop* permite à juventude angolana contestar as narrativas oficiais do governo da Nova República e expor questões como a desigualdade, a corrupção e a repressão política. De fato, os rappers e ativistas utilizam o *Hip-Hop* para desafiar a hegemonia política, criando uma alternativa de imaginação social que questiona o papel do Estado e da identidade nacional. Outrossim, o *Hip-Hop* abre caminhos para o engajamento cívico e a conscientização, transformando-o em uma plataforma de oposição e diálogo sobre Angola. Segundo Soares de Oliveira (2013), “o rap angolano é mais difícil de controlar. Alguma da crítica social mais eloquente da última década surgiu nas letras de temas rap”.

Inversamente ao Movimento *Hip-Hop*, ou mais especificamente ao *rap*, o Kuduro é frequentemente descrito de maneira pejorativa por autores como Moorman (2010), Buire (2019) e Soares de Oliveira (2013). No entanto, nossa visão sobre esse movimento é bem distinta. O Kuduro não é apenas um estilo musical; é um modo de vida, uma forma de ser e estar no mundo. Dentro do universo do Kuduro, existem diversos elementos que moldam sua identidade e prática, sendo que esses aspectos podem variar significativamente conforme a geografia. Para compreendê-lo melhor, é fundamental entender suas origens. O Kuduro surgiu no final dos anos 1990, sendo inicialmente precursores artistas como Tony Amado,

Sebem, Keima Bilha , Rei Tanaice e outros. Com o tempo, outros nomes como Pai Diesel, Máquina do Inferno e Bila A Bila também se destacaram.

Nos primórdios, o Kuduro era um estilo de música de animação, no qual os artistas atuavam como mestres de cerimônia, animando festas e celebrações. No entanto, no início dos anos 2000, o cenário começou a mudar. Nesse contexto, alguns rappers, como Dom Samú e Mestre Hara, passaram a escrever letras para kuduristas, incluindo Fofando, Noite e Dia, e Puto Prata. Além disso, Black Historiador e Paraíso também contribuíram com letras para artistas como Paranoico, Dama Shakira, os Vagabandas e os Nirvanas. Por outro lado, Andeloy escreveu músicas para os Lambas, enquanto Rei Panda, que inicialmente compunha para os Xtrubantu, acabou se tornando um kudurista.

Figura 3: Dança Kuduro



Fonte da imagem: <https://tribunadeangola.org/?p=10455>

Local: Marginal de Luanda

Ademais, o Bruno M e DJ Naile , que eram rappers, também fizeram a transição para o Kuduro. Com essa mudança, os rappers começaram a integrar o Kuduro, trazendo rimas e novas estéticas ao estilo. Como resultado, essa fusão contribuiu para que o Kuduro se tornasse, em certa medida, a trilha sonora da criminalidade nos bairros de Luanda.

Durante essa fase, *gangs* como os Lambas, os Alamedas, os Kalungas, os Agres, os Defaya, os Complicados, os Patrulhas *Squad*, os Vagabanda, os Nirvanas, os Mana Bela, os Mana Moça e os Babilônias utilizaram o Kuduro como um meio de expressão e denúncia da relação muitas vezes conflituosa entre os cidadãos e a polícia. Os artistas passaram a cantar sobre suas experiências nos presídios e as injustiças sociais, tornando o Kuduro uma voz para aqueles que estavam fora do controle do Partido-Estado.

Assim, um dos aspectos marcantes do Kuduro é o desenvolvimento de um código linguístico conhecido como linguagem Xtrú. Essa linguagem, muitas vezes usada nos presídios, nas músicas e nas interações nos bairros, se tornou uma característica distintiva do movimento.

Desta forma, a música “Mete o papoite a mexer o pé,” do grupo de kuduro Xtrubantu, originário de Sambizanga, um bairro periférico de Luanda, é uma denúncia da brutalidade policial e da violação de direitos humanos. Utilizando uma linguagem marginalizada – a gíria “Xtru” ou o dialeto básico luandense – os músicos abordam as injustiças enfrentadas pelos jovens das periferias, como a prisão arbitrária de um amigo conhecido como Rei Panda. O uso dessa linguagem marginal, muitas vezes incompreensível para quem está fora da realidade das periferias, é intencional: ela marca uma identidade e resistência própria, ao mesmo tempo em que exclui aqueles que não compartilham dessas vivências e pressões diárias. É um código que transforma a denúncia em um grito de resistência juvenil, onde o conhecimento da “Xtru”⁴⁰ se torna uma ferramenta para compreender e desafiar as estruturas opressoras.

Conforme é possível identificar no trecho a seguir:

Era de manhã muito cedo / Karikopi entraram sem mais medo
 Ivassú você é nosso mano / Katipandú ainda estava no sono
 Entraram e romperam o portão / Disseram que era ordem do patrão
 Os Xtru-Bantu defensores da bandula passou uma tia vender lambula
 É lambula, é lambula / Nayobú estava a ser mal levado
 Tiramos do empenho com ngandula / Comboio já estava lá em cima
 Passou segundo só mudou o clima/ de repente o sol estava ardente
 Através do Panda búe remetente /Posto na Direcção de Investigação Criminal
 Mal investigaram foi direto / para um cidadão não é correto
 Numa área sem cobertura para ser solto tem que ter soltura
 Deveriam investigar para prender e não prender para investigar
 Dreid está a morrer na CCL / Comarca Central de Luanda / onde está até agora o
 kota Panda (Xtrubantu, 2006).

Na narrativa da música⁴¹, os Xtrubantu relatam a invasão policial no bairro durante a madrugada, o arrombamento de portões, e a agressividade contra os moradores, o que evidencia o abuso de poder por parte das autoridades, descritas como “cumprindo ordens do patrão.” A expressão “patrão” se refere de maneira crítica ao sistema, sugerindo que a polícia age em benefício da classe dominante, ao invés de proteger a população. Nesse contexto, a

⁴⁰ O termo “Revú” que é usado para adjetivar os activistas angolanos deriva desse nível de língua. Inclusive, alguns ativistas que tiveram passagem pelo Kuduro, como Silício do Rosário, Luaty Beirão, Bruno M, Sacerdote, Emanuel Piitra, Mbonzo Lima, Jprivado e Dago Nível, continuam a influenciar a cena musical, enquanto outros, como Tanaice Neutro, ainda cantam e representam o Kuduro.

⁴¹XTRUBANTU. Mete o papoite a mexer o pé. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJmVgIKNrLY>. Acesso em: 8 nov. 2024.

figura do “patrão” simboliza uma classe dominante que controla as forças policiais para reprimir a população mais vulnerável, em uma clara referência à luta de classes. A situação agrava-se pela prisão de Rei Panda, em que a música denuncia o problema da prática policial de “prender para investigar” ao invés de “investigar para prender”, invertendo o devido processo e desrespeitando direitos básicos de presunção de inocência.

Já na música “Procurador,” do grupo “Os Agres”, Perereca faz uma crítica contundente ao sistema de justiça em Angola, evidenciando suas falhas e a dor da espera por liberdade dentro de um sistema cheio de debilidades. A letra, ao citar o “Procurador” que “me mandou esperar, mas até agora não me deu soltura, isso tudo é dor,” expõe uma experiência vivida por muitos detidos no país, onde a prisão preventiva se torna um processo demorado. O Procurador mencionado é um símbolo dessa lentidão e da burocracia que permeiam as delegacias angolanas, onde o procurador é responsável por investigar os casos antes de encaminhá-los aos presídios e, ao mesmo tempo, possui uma conexão direta com os tribunais e prisões para tratar dos processos criminais.

Nesse sentido, a crítica central da música se volta para a prática comum de prolongar a prisão preventiva, um problema endêmico no sistema de justiça angolano. De um lado, a alta demanda judicial contribui para a lentidão do sistema, pois a população prisional cresce rapidamente, dificultando o atendimento adequado de cada caso. De outro lado, os processos burocráticos complexos retardam ainda mais o trabalho do sistema judiciário, tornando as esperas nas prisões uma realidade angustiante e prolongada para muitos cidadãos que, mesmo sem condenação, acabam presos por tempo indeterminado. Essa realidade reflete a fragilidade de um sistema que, em teoria, deveria garantir a justiça e os direitos, mas que, na prática, contribui para a dor e o desespero de quem fica à espera de um julgamento ou de uma liberação que pode nunca vir.

Ao abordar esses temas, Os Agres lançam luz sobre a estrutura de um sistema que penaliza injustamente indivíduos em situação de vulnerabilidade, que dependem de um procurador sobrecarregado e de processos morosos para resolver suas situações legais. A música não é apenas uma denúncia das falhas burocráticas e judiciais, mas também uma expressão de resistência e uma chamada à reforma do sistema de justiça. Ao revelar a dor e frustração dos que sofrem com o excesso de prisão preventiva, “Procurador” questiona a legitimidade de um sistema que deveria proteger os direitos dos cidadãos, mas acaba, muitas vezes, abusando da liberdade de quem ainda aguarda justiça.

No Kuduro também podemos encontrar mensagem que estimulam a participação política conforme é possível identificar no trecho a seguir de Tanaice Neutro (2020):

A manifestação é um direito do cidadão que está descontente
 Mas parece que o Agostinho Neto não explicou isso nos dirigentes
 Os do MPLA sempre que um activista reclama por uma justa causa
 Não podem lhe prender ou lhe matar nós queremos que a Polícia solta
 O irmão ativista que está preso e depois prendem o Senhor Manuel Vicente
 Mas vocês estão a abafar esse caso porque ele é amigo do Presidente

Neste verso o kudurista e ativista Tanaice Neutro⁴² destaca o direito à manifestação como uma expressão legítima do descontentamento dos cidadãos ao mesmo tempo em que sugere que os dirigentes angolanos, especialmente os do MPLA, não respeitam esse direito, como se Agostinho Neto, o primeiro presidente de Angola, não tivesse transmitido a importância da liberdade de expressão aos líderes atuais. Ao afirmar que a repressão aos ativistas é uma resposta comum a quem protesta por causas justas, Tanaice Neutro critica diretamente o uso do poder policial para suprimir vozes dissidentes, pedindo a libertação de ativistas presos injustamente na senda de manifestações que decorreram no dias 24 de Outubro, 11 de Novembro de 2020 contra o elevado custo de vida e pela institucionalização das Autarquias locais⁴³.

Além disso, o seu verso denuncia a corrupção e a impunidade de figuras influentes, destacando Manuel Vicente, ex-vice-presidente de Angola, cujos atos supostamente criminosos são abafados devido à proximidade com o atual Presidente João Lourenço⁴⁴. Ao relacionar essa proteção a Manuel Vicente com o desprezo pelos direitos dos ativistas, Tanaice Neutro evidencia um sistema onde os poderosos permanecem intocáveis, enquanto os que buscam justiça e igualdade são reprimidos.

A resistência desses kuduristas ao sistema é evidenciada pela força das palavras, pelo enfrentamento simbólico e pela denúncia pública. Quando os kuduristas exploram o cotidiano das periferias e as táticas de repressão do Estado, os artistas traduzem, por meio do kuduro, o descontentamento e a resistência dos jovens angolanos, que encontram na música uma forma de expressão e de resistência social e política. Essa forma de arte representa não apenas a

⁴² Neutro, Tanaice. Manifestação. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qed0zaU4KXo>. Acesso em: 8 nov. 2024.

⁴³ HUMAN RIGHTS WATCH. Angola: Polícia dispara contra manifestantes pacíficos: Um homem morto; Ativistas conhecidos e outros são espancados. Human Rights Watch, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/11/13/377011>. Acesso em: 8 nov. 2024.

⁴⁴ VOA PORTUGUÊS. Angola: Destacadas figuras ligadas oficialmente ao desvio do erário público não vão a tribunal. VOA Português, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-destacadas-figuras-ligadas-oficialmente-ao-desvio-do-er%C3%A1rio-p%C3%BAblico-n%C3%A3o-v%C3%A3o-a-tribunal/7187704.html>. Acesso em: 8 nov. 2024.

revolta contra as injustiças específicas enfrentadas por eles, mas também desafia diretamente as estruturas de poder que, ao invés de protegerem os cidadãos, perpetuam a marginalização e opressão dos bairros mais pobres de Luanda.

Contudo, o Kuduro é um estilo de música e de dança típico das periferias de Angola vulgarmente denominado por “musseques” conforme apontam os estudos de Moorman (2010), Buire (2019) e Soares de Oliveira (2013). Para Mormann (2008, p. 140), a música dos musseques produz significados sociais intensos através do som, da dança, do espaço, e da história, tornando-se uma simbolização da soberania cultural das experiências urbanas em Luanda. Através da produção e do consumo da música as pessoas criaram e criam diariamente sentidos próprios de coletividade. Segundo Soares de Oliveira (2013, p.170) “Os musseques não são espaços homogêneos no que diz respeito à composição étnica ou ao estatuto social dos seus habitantes, sendo referidos cada vez mais como «bairros» uma designação menos pejorativa”.

Como vimos acima, alguns kuduristas utilizam suas músicas como ferramentas para denunciar abusos de poder e resistir ao sistema de repressão e injustiça estatal. Por meio de suas composições, eles relatam experiências de detenções arbitrárias, brutalidade policial e a morosidade dos processos judiciais, dando voz às vivências cotidianas das periferias angolanas. Essa forma de expressão artística transcende o âmbito cultural, tornando-se uma crítica incisiva à desigualdade social e à opressão política.

As narrativas dos kuduristas revelam um sistema opressor e não transparente que lembra o retratado por Kafka em *O Processo* (2009), onde o protagonista enfrenta uma justiça arbitrária e desumana. Assim como no universo kafkiano, os cidadãos marginalizados descritos nas músicas enfrentam um estado que converte a justiça em instrumento de punição e controle. Ao articularem essa crítica, os kuduristas não apenas expõem as contradições e falhas do sistema, mas também fortalecem a resistência coletiva, desafiando o silenciamento imposto às periferias.

A perspectiva marxista, através de autores como Louis Althusser (1987) e Nicos Poulantzas (1980), aprofunda essa análise, destacando o papel dos Aparelhos Ideológicos do Estado, que servem para reproduzir a ideologia dominante e garantir a submissão dos sujeitos. Como aponta Althusser (1987) a ideologia opera em aparelhos materiais, como a polícia e o sistema judiciário, que visam a manter a ordem social em favor da classe dominante. Para Poulantzas (1980) o Estado não é apenas um aparelho repressor, mas também um organizador das relações ideológicas que promovem a hegemonia da classe dominante. Através dessa ótica, entende-se que a resistência dos kuduristas é uma

contestação à estrutura estatal que, em vez de proteger os cidadãos, usa suas instituições para submeter e silenciar as vozes dissonantes.

Assim sendo, tanto o Kuduro como o Movimento *Hip-Hop* e sua relação com o poder público revela dinâmicas complexas de conflito e cooptação, onde cada movimento enfrenta formas distintas de repressão e controle, moldadas por suas identidades culturais e políticas. Primeiramente, a relação conflitual entre o Movimento *Hip-Hop* e o poder público pode ser entendida como um exemplo de antagonismo baseado na identidade coletiva, conforme discutido por Melucci (2001). Para o autor, os movimentos sociais frequentemente emergem não apenas de crises econômicas ou conjunturais, mas também de conflitos enraizados em questões identitárias, como cultura, sexualidade e outros aspectos da vida privada. Nesse sentido, o Movimento *Hip-Hop* angolano, com suas raízes no *rap* de protesto, simboliza uma luta por reconhecimento e pertencimento que desafia a hegemonia cultural e política do MPLA. Segundo Soares de Oliveira (2013), “o *rap* angolano é mais difícil de controlar”, sendo este gênero uma fonte significativa de crítica social na última década. A independência do *rap* frente ao controle governamental permite a esses artistas abordarem temas que seriam censurados em outros espaços, o que, inevitavelmente, os coloca em rota de colisão com o Estado e as classes dominantes.

Figura 4: O autor em 2019 numa palestra sobre “a dimensão política do *Hip-Hop* angolano”



Fonte: Arquivo da Universidade *Hip-Hop*

Local: Mulemba Wax´Angola , Luanda.

Um exemplo concreto dessa repressão ocorreu em 6 de março de 2011, com a inauguração da “Universidade *Hip-Hop*” pelo Movimento *Hip-Hop* Revolucionário, um espaço cultural destinado a fortalecer o movimento e promover a cultura hip hop através de atividades como programas de rádio e TV, suporte a artistas, e palestras. Porém, apenas um dia depois, o espaço foi fechado por um decreto presidencial (Decreto 11/11), alegando regular a cultura nacional, mas estabelecendo exigências que as associações sem fins lucrativos dificilmente poderiam cumprir. Esse fechamento sinaliza a tentativa do poder público de impedir a autonomia do Movimento *Hip-Hop*, restringindo sua capacidade de mobilização e articulação.

Figura 5: Mural da Cidadania (Espaço de resistência)



Fonte da Imagem: Zbi

Local: Mulemba Wax' Angola- Luanda

Outro exemplo de conflito ocorreu no dia 10 de dezembro de 2020, quando membros do Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão escalaram a estátua de Agostinho Neto, situada no Largo do Primeiro de Maio, conhecido como Praça da Independência. O grupo posicionou a bandeira do movimento sobre a estátua, um ato considerado uma afronta direta ao poder estatal, dado que este é um local simbólico da Independência angolana e do MPLA. Esse tipo de ação desafiadora é interpretada pelo Estado como ameaça direta, resultando em reações violentas da polícia, que frequentemente reprime com brutalidade qualquer tentativa do movimento de ocupar o espaço público.

Figura 6: Membros do Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão colocando a bandeira do Movimento na estátua de Agostinho Neto durante a manifestação do dia 10 de Dezembro de 2020



Fonte da imagem: Arquivo do autor

Local: Largo Primeiro de Maio

Em termos de ocupação de espaços, o Movimento *Hip-Hop* encontrou resistência do governo mesmo em locais como o Elinga Teatro, onde realizavam apresentações de rap, *break dance* e *graffiti*. Embora o governo tentasse demolir esse espaço, a resistência do Movimento e de outros artistas assegurou a preservação temporária do teatro. No entanto, após o caso “15+2”⁴⁵, a repressão aumentou, levando ao fechamento de espaços culturais importantes, como as Quintas do RAP, Manhãs do RAP e o Bar da Música. Esses locais eram centros de articulação e troca de ideias, especialmente nas periferias, e seu fechamento ilustra a estratégia do governo de enfraquecer a base de apoio do movimento ao limitar seu acesso a locais de expressão cultural.

Em contraste, o Kuduro foi mais facilmente cooptado pelo poder público. Conforme Soares de Oliveira (2013) ressalta, “a penetração do MPLA no Kuduro é total”, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva, desde a descoberta de novos talentos até a agenda de shows e a presença dos kuduristas na televisão. Assim, ao contrário do *Hip-Hop*, os

⁴⁵ Este tema será aprofundado em seções posteriores deste estudo.

kuduristas foram enquadrados dentro dos limites impostos pelo Estado e frequentemente participam de eventos políticos do MPLA como animadores.

Para Melucci (2001), essa diferença na relação entre os movimentos culturais e o poder revela como a construção da identidade coletiva pode levar a conflitos internos e externos, com o Estado adaptando suas táticas para acomodar e instrumentalizar alguns movimentos enquanto reprime outros. Essa análise permite compreender como o reconhecimento e pertencimento são manipulados para enfraquecer movimentos que contestam diretamente o poder, enquanto aqueles que podem ser controlados são absorvidos e moldados para servir aos interesses estatais.

Contudo, o Movimento *Hip-Hop*, com sua forte presença e influência nas periferias de Luanda, desempenhou um papel significativo como catalisador das manifestações que emergiram no contexto da Primavera Árabe. Mais do que um gênero musical, o *Hip-Hop* se consolidou como uma plataforma de expressão e resistência, abordando questões sociais, políticas e econômicas enfrentadas pelas comunidades marginalizadas conforme as letras apresentadas neste estudo. Esse movimento criou um ambiente de conscientização e mobilização, que inspirou jovens a questionarem as estruturas de poder e a se organizarem em busca de mudanças.

Diante disto, a influência do *Hip-Hop* foi fundamental no surgimento do Movimento Revú, que incorporou a energia e os ideais de transformação promovidos por artistas e ativistas do cenário musical. Esses jovens ativistas encontraram no *Hip-Hop* um meio de comunicação para criticar o regime, denunciar a corrupção e expressar as aspirações populares por liberdade e justiça social. O movimento serviu como uma ponte entre a cultura popular e a ação política, conectando os sentimentos de indignação e esperança de uma juventude marginalizada.

Como observa Ricardo Soares de Oliveira (2013), o MPLA reconheceu que a maior ameaça ao regime não vinha das máquinas da oposição oficial, que podiam ser facilmente controladas e enfraquecidas, mas sim dos movimentos sociais emergentes, voláteis e difíceis de prever, como os que surgiram a partir da mobilização juvenil e do *Hip-Hop*. A capacidade desses movimentos de operar fora das estruturas políticas tradicionais permitiu que ganhassem força de forma inesperada, criando um desafio real à hegemonia do MPLA no período pós-Primavera Árabe.

Com base no que foi apresentado, emergem algumas questões fundamentais: o que define, afinal, o Movimento Revú? Quais são suas principais características e reivindicações? De que forma esse movimento se organiza e se mobiliza, consolidando-se como uma

expressão significativa das lutas sociais em Angola? Essas questões serão exploradas com maior detalhe no próximo tópico.

2.3 O protagonismo no Movimento Revú nas lutas sociais em Angola

O Movimento Revú representa uma nova geração de ativistas angolanos que se insurgem contra o regime político em busca de democratização e responsabilização do governo. Diferente da chamada “Geração da Utopia”, termo utilizado por Pepetela (1992) para descrever a geração dos anos 1960 e 1970 que lutou pela Independência de Angola com uma visão de justiça social, unidade e progresso, o Movimento Revú possui características e objetivos próprios. A “Geração da Utopia” é marcada por um idealismo que acreditava na construção de um país justo e igualitário, mas que se viu confrontada com conflitos internos e a guerra civil pós-independência, o que resultou em uma desilusão diante das contradições entre os ideais revolucionários e a realidade política do país.

Em contraste, a “Geração da Mudança”, termo auto atribuído pelos jovens ativistas inspirados pela Primavera Árabe, inclui aqueles nascidos nas décadas de 1980, 1990 e início de 2000 que rejeitam estruturas políticas tradicionais, lideranças individuais e vínculos partidários (Buire, 2019), (Dala, 2016). Esse grupo ganhou visibilidade em 2011, por meio de manifestações de protestos, divulgação mediática no *blog* Central Angola 7311 onde denunciavam as práticas do regime, e expandiu suas ações para as ruas e redes sociais (*Facebook* e *Youtube* com o mesmo nome), consolidando sua identidade coletiva com o lançamento de um *DVD* intitulado “A Geração da Mudança”, símbolo de seu papel como voz de uma nova geração⁴⁶⁴⁷.

Segundo Blanes (2020), (2023), os Revús constituem uma confluência de ativistas de diversas origens que, pela primeira vez, se mobilizaram contra o MPLA e o então presidente José Eduardo dos Santos, algo inédito na história independente de Angola. Embora demograficamente minoritário, o movimento teve impacto relevante ao trazer à tona questões como direitos humanos, transparência governamental, justiça social e econômica. A categoria “Revú” ultrapassa o Movimento Revolucionário formal e abrange uma rede ampla de contestação, incluindo artistas, jornalistas, advogados e estudantes, cuja pluralidade de

⁴⁶Central Angola 7311, «Historial das manifestações 2011», *YouTube*, 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=x7QiK0pN9p8> acessado aos 3 de Novembro de 2024.

⁴⁷Central Angola 7311, « A Geração da Mudança. O despertar de uma geração anestesiada », *YouTube*, 2013, https://www.youtube.com/watch?v=P1nifE_Fe8Y acessado aos 3 de Novembro de 2024.

ideologias, trajetórias e sensibilidades imprime um caráter diverso e dinâmico ao movimento, produzindo efeitos políticos significativos em Angola.

É importante esclarecer que o termo *Revú* com o passar do tempo, passou a ser usado de forma ampla para designar qualquer pessoa que critique o regime do MPLA ou que não se identifique com sua governação. Professores, jornalistas, músicos, artistas plásticos, jogadoras, sindicalistas, ou qualquer cidadão que manifeste oposição ou descontentamento ao governo, são frequentemente rotulados como *Revús*. Em contrapartida, aqueles que elogiam ou apoiam o regime, mesmo que de forma acrítica, são chamados de *Bajús*, termo derivado de “bajulador”.

Essa dualidade ganhou destaque no cenário cultural e musical angolano. O rapper Laton (2019), do grupo Os Kalibrados, aborda essa polarização em sua música *Bajú ou Revú*. Em um trecho emblemático, ele reflete sobre as dificuldades de expressar uma opinião sem ser rotulado:

Se elogiar vão dizer é Bajú / Se eu criticar vão dizer é Revú
Fico como então! Fico como então! / Calado com medo sem opinião
Nah nah nah nah eu não sou Bajú/ Nah nah nah nah eu não sou Revú
Mas fico como então! / Fico como então! / Calado com medo sem opinião

Na mesma linha, o músico Paulo Flor (2016) também critica o comportamento dos *Bajús* em sua canção, destacando o oportunismo e a hipocrisia associados ao termo. Trechos como:

O Bajú tem medo do escuro do mato / Conta muita história para salvar seu prato
O Bajú não é palha, tem muito cumbu / Só que não trabalha em lugar nenhum

Retrata os *Bajús* como indivíduos que priorizam seus próprios interesses, acumulando privilégios enquanto ignoram as necessidades do povo conforme fica muito claro no verso de Flagelo Urbano (2014):

Analistas sem moral, políticos por um cheque/
Belarmino, Luvualo e Malavoloneke /
Aprenderam a ser cortesãos da forma mais sombria /
E que para ter um lugar ao sol tem que adular como o Garcia.

Essas produções musicais revelam como o debate político em Angola transcende os limites das manifestações e invade a cultura popular, tornando-se uma ferramenta de crítica social e conscientização. A oposição entre *Revús* e *Bajús* evidencia a polarização do discurso político no país, onde cada opinião ou postura tende a ser classificada de forma binária, deixando pouco espaço para posições intermediárias ou independentes.

No entanto, a primeira grande manifestação em Angola foi marcada para o dia 7 de março de 2011, num contexto em que o mundo observava o impacto da Primavera Árabe e a

derrubada de regimes autoritários no norte da África. Esse movimento de contestação angolano não passou despercebido pelas estruturas do regime, que prontamente reagiram. Em um ato político em Luanda, o Secretário Provincial do MPLA, Bento Francisco Bento, bradou veementemente: “Angola não é a Tunísia, Angola não é a Líbia!”⁴⁸, numa tentativa de diferenciar o contexto angolano e enfraquecer a legitimidade do protesto.

Por sua vez, Dino Matross, em uma entrevista à Rádio Luanda Antena Comercial (LAC) no dia 15 de fevereiro de 2011, fez declarações ameaçadoras, afirmando que “quem se manifestar , vai apanhar!”⁴⁹. Essa postura refletia o caráter autoritário do regime, que não tolerava a dissidência e buscava intimidar os manifestantes antes mesmo da realização do protesto.

Em uma estratégia de deslegitimação, o Bureau Político do MPLA emitiu um comunicado acusando agentes estrangeiros, como “serviços de inteligência do Ocidente” e “grupos de pressão em Portugal, Itália, França, Bélgica, Grã-Bretanha e Alemanha,” de serem responsáveis por incitar o protesto⁵⁰. Essa retórica serviu para alimentar a narrativa de que as manifestações eram influenciadas por interesses externos e não uma expressão genuína das demandas.

Além das ameaças diretas, o MPLA organizou uma contra-manifestação, conhecida como “Manifestação Pela Paz”, liderada por Bento Francisco Bento, que reuniu milhares de pessoas no dia 5 de março de 2011, um sábado. Durante esse evento, Bento Bento reiterou as ameaças, advertindo que qualquer tentativa de protesto no dia 7 seria “neutralizada”. Essa contra-manifestação visava deslegitimar o movimento ao sugerir que o protesto agendado para o dia 7 representava uma ameaça de guerra. A ação serviu também para desmoralizar os cidadãos dispostos a participar, sinalizando que o regime não apenas se oporia ao movimento, mas estaria disposto a reprimi-lo com força. Essa estratégia de contraproposta política e psicológica é uma ilustração clara das táticas repressivas do MPLA para manter seu controle e dissuadir a mobilização popular.

⁴⁸ CLUB-K. *Bento Bento diz que países estrangeiros colocaram marcha contra JES*. Club-K, 3 mar. 2011. Disponível em: https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=7086:bento-bento-diz-que-paises-estrangeiros-colocaram-marcha-contrajes&catid=23:politica&Itemid=59&lang=pt. Acesso em: 3 nov. 2024.

⁴⁹ CLUB-K. *Dino Matross avisa: “Quem se manifestar vai apanhar”*. Club-K, 15 fev. 2011. Disponível em: https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=6983:dino-matross-avisa-quem-se-manifestar-vai-apanhar&catid=10&lang=pt&Itemid=1077. Acesso em: 3 nov. 2024.

⁵⁰ CORREIO DA MANHÃ. *MPLA pede elevado nível de vigilância*. *Correio da Manhã*, 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/amp/mpla-pede-elevado-nivel-de-vigilancia>. Acesso em: 3 nov. 2024.

No contexto das tensões e ameaças que antecederam a manifestação de 7 de março de 2011, o aparelho de Segurança e Defesa do Estado agiu prontamente ao deter, logo nas primeiras horas da madrugada, 17 jovens que se reuniam no local combinado para o protesto. Entre os detidos, destacavam-se figuras conhecidas do cenário de ativismo e crítica social, como os rappers Carbono Casimiro e Luaty Beirão (Brigadeiro Matafrakuz), ambos símbolos da resistência juvenil contra o regime. Além deles, jornalistas do Novo Jornal, como Pedro Cardoso, Afonso Fragoso, Idálio Kandé e Ana Margoso, também foram levados pela polícia, evidenciando o caráter amplo e abrangente da repressão⁵¹. Todos os detidos foram encaminhados ao Comando Provincial de Luanda, na secção da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), onde enfrentaram processos que ressaltaram o clima de intimidação estatal destinado a dissuadir a participação popular em manifestações e a impedir a cobertura jornalística independente dos eventos que estavam em curso. Esse episódio simbolizou a intensificação das ações repressivas do regime, sinalizando os desafios e riscos enfrentados por aqueles que ousavam questionar o *status quo*.

O direito de reunião e de manifestação é um princípio fundamental consagrado na Constituição da República de Angola, especificamente no artigo 47, que garante a todos os cidadãos a liberdade de se reunir e manifestar pacificamente, sem necessidade de autorização prévia. No entanto, o ponto 2 deste artigo estabelece que reuniões e manifestações em locais públicos devem ser comunicadas previamente à autoridade competente, o que abre espaço para restrições que podem limitar efetivamente essa liberdade. A Lei 16/91, criada no contexto da abertura multipartidária, entra em conflito com os princípios constitucionais, pois impõe condições que dificultam a plena realização do direito de manifestação. O governo tem preferido manter essa legislação, utilizando-a como um instrumento para controlar e reprimir a mobilização popular.

Recentemente, houve tentativas de aprimorar a legislação sobre manifestações, mas essas iniciativas resultaram em um retrocesso em termos de garantias de liberdade. As reformas propostas foram sobrepostas por novas leis que aumentaram as penalidades e criminalizam a organização de protestos, como a nova Lei dos Crimes Contra Atos de Vandalismo e a legislação sobre Segurança do Estado⁵². Essas mudanças não apenas

⁵¹ VOA PORTUGUÊS. *Polícia angolana prende manifestantes e trava protesto anti-governamental*. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/policia-angolana-prende-manifestantes-e-trava-protesto-anti-governamental-117533114/1259737.html>. Acesso em: 3 nov. 2024.

⁵² NOVO JORNAL. *Lei sobre reunião e liberdade de manifestação volta aos grupos parlamentares depois de deputados não chegarem a consenso*. Disponível em:

restringem a liberdade de manifestação, mas também deterioram a relação entre o Estado e a sociedade, criando um ambiente mais hostil para qualquer possibilidade efetiva de participação política e de crítica ao governo.

Apesar da repressão estatal desencadeada após a tentativa de manifestação em 7 de março de 2011, os angolanos demonstraram uma resiliência notável e persistiram em realizar atos de protesto ao longo do ano. Esse episódio inicial, que buscava expressar descontentamento com a situação política e social do país, não desencorajou a mobilização popular; ao contrário, serviu como um catalisador para que muitos cidadãos se unissem em torno de suas reivindicações por mudanças.

Durante o restante de 2011, diversas manifestações e tentativas de protestos emergiram em várias partes de Angola, refletindo uma crescente insatisfação com o governo e uma demanda por maior liberdade e justiça social. Os cidadãos se organizaram em diferentes contextos, abordando questões como corrupção, pobreza, e a falta de serviços públicos adequados. Essas mobilizações foram impulsionadas não apenas por um desejo de mudança política, mas também por uma vontade coletiva de se fazer ouvir, mostrando que a repressão não conseguiu silenciar a voz do povo.

Esses atos de protesto, embora frequentemente enfrentados com resistência e violência por parte das autoridades, revelaram a determinação da sociedade angolana em lutar por seus direitos. Além disso, o impacto das redes sociais e da comunicação digital permitiu uma maior disseminação das informações sobre as manifestações, facilitando a mobilização de um número ainda maior de participantes. Assim, mesmo diante de um cenário adverso, o espírito de protesto e a busca por liberdade continuaram a crescer, marcando um período significativo na história contemporânea de Angola.

Segue a Tabela III que organiza de forma sistemática os principais eventos de protestos no país, destacando suas características, demandas e formas de mobilização até antes do caso 15+2⁵³. A tabela oferece uma visão detalhada sobre a frequência e os padrões dos protestos, a participação de diferentes atores sociais (como movimentos culturais e sindicatos) e as respostas do governo. Ela também permite comparar as mudanças nas demandas populares, o impacto das redes sociais na organização dos protestos e a evolução

<https://www.novojornal.co.ao/politica/interior/lei-sobre-reuniao-e-liberdade-de-manifestacao-volta-aos-grupos-parlamentares-depois-de-deputados-nao-chegarem-a-consenso-113938.html>. Acesso em: 04 nov. 2024.

⁵³ O Caso 15+2 é considerado o ápice das reivindicações sociais em Angola, sendo um marco nas lutas políticas do país. Apesar de o regime continuar no poder após o processo, o caso marcou o fim de um período opressivo e o início de uma nova fase de maior conscientização e mobilização da sociedade civil, especialmente da juventude, gerando mudanças nas formas de contestação e pressionando o governo.

política de Angola durante esse período. Dessa forma, contribui para entender a dinâmica dos protestos e o relacionamento entre a sociedade civil e o regime.

Tabela III: Catálogo de protestos em Angola 2011-2013

Ano	Data	Nome/Descrição do Protesto	Local	Demanda Central	Reação das Autoridades
2012	27 de janeiro	Manifestação de 27 de Janeiro	Luanda	Exigências por transparência e reformas políticas	Presença policial
2012	3 de fevereiro	Manifestação de 3 de Fevereiro	Luanda	Justiça social e direitos civis	Intervenção leve
2012	4 de fevereiro	Manifestação de 4 de Fevereiro	Luanda	Direitos humanos e combate à corrupção	Detenções isoladas
2012	10 de março	Manifestação de 10 de Março	Luanda	Melhorias nas condições de vida	Bloqueios policiais
2012	31 de março	Manifestação de 31 de Março	Luanda	Transparência no governo	Monitoramento e controle policial
2012	19 de maio	Manifestação de 19 de Maio	Luanda	Direitos civis e reformas políticas	Fortes confrontos
2012	23 de maio	Manifestação de 23 de Maio	Luanda	Combate à corrupção	Presença policial
2012	27 de maio	Manifestação de 27 de Maio	Luanda	Comemoração do Dia do Massacre de 27 de Maio	Alta vigilância
2012	7 de junho	Manifestação de 7 de Junho	Luanda	Direitos civis	Monitoramento pela polícia
2012	20 de junho	Manifestação de 20 de Junho	Luanda	Reformas políticas	Controle policial
2012	29 de junho	Manifestação de 29 de Junho	Luanda	Liberdade de expressão	Intervenções policiais
2012	14 de julho	Manifestação de 14 de Julho	Luanda	Exigência de melhor governança	Presença das forças de segurança

2012	3 de agosto	Manifestação de 3 de Agosto	Luanda	Protesto contra o custo de vida	Dispersão policial
2012	25 de agosto	Manifestação de 25 de Agosto	Luanda	Direitos sociais	Detenções e confrontos
2012	22 de dezembro	Manifestação de 22 de Dezembro	Luanda	Protesto pela justiça social	Controle policial
2013	2 de fevereiro	Manifestação de 2 de Fevereiro	Luanda	Protesto por reformas políticas	Monitoramento e controle
2013	30 de março	Manifestação de 30 de Março	Luanda	Direitos civis e justiça social	Confronto policial
2013	27 de maio	Manifestação de 27 de Maio	Luanda	Memória do Massacre de 27 de Maio	Vigilância ativa
2013	15 de junho	Manifestação de 15 de Junho	Luanda	Liberdade de expressão	Detenções pontuais
2013	14 de setembro	Manifestação de 14 de Setembro	Luanda	Transparência no governo	Controle policial
2013	19 de setembro	Manifestação de 19 de Setembro	Luanda	Reformas políticas	Dispersão policial
2013	20 de setembro	Manifestação de 20 de Setembro	Luanda	Protesto por justiça social	Monitoramento das autoridades
2013	23 de novembro	Manifestação de 23 de Novembro	Luanda	Direitos humanos e liberdades políticas	Forte presença policial
2013	27 de novembro	Manifestação de 27 de Novembro	Luanda	Democracia e combate à corrupção	Confrontos com a polícia

Fonte: Criado pelo autor a partir da base de dados da Central Angola 7311

Conforme a tabela, os protestos realizados entre 2011 e 2013 estavam diretamente vinculados ao Movimento Revú, que liderou manifestações contra a corrupção, o desemprego, as desigualdades sociais e a falta de liberdades democráticas em Angola. Inspirado pela Primavera Árabe, o Movimento Revú consolidou-se como uma expressão de contestação política e social, articulada principalmente por jovens contrários ao regime do MPLA. Diferentemente de movimentos que defendem uma causa específica, o Movimento Revú apropria-se de toda pauta que se opõe à injustiça, à ditadura ou que seja socialmente

fracturante. Por isso, realizou protestos contra a longevidade de José Eduardo dos Santos na presidência, as violações de direitos humanos, a perseguição política, fraudes eleitorais e o elevado índice de desemprego, além de vigílias em homenagem às vítimas do 27 de maio de 1977 e apoio a causas sindicais, feministas e pan-africanas.

Em 2014, a intensificação da repressão policial reduziu significativamente a frequência das manifestações, levando o movimento a se reorganizar. A partir de novembro de 2014, o Movimento Revú iniciou uma nova fase, promovendo debates e formações sobre métodos não-violentos de resistência, com base em obras como *Da Ditadura à Democracia*, de Gene Sharp, adaptada por Domingos da Cruz para o contexto angolano. Essa reestruturação reafirmou o papel do Revú na luta pela transformação social em Angola. Conforme discutido anteriormente, o Movimento Revú é formado por qualquer dissidente do MPLA, por aqueles que não se identificam com a forma de governação do partido ou por quem pensa e age de forma distinta, consolidando-se como um movimento plural e resistente às adversidades impostas pelo regime.

Nesta senda, para catalogar os atos de protesto realizados desde 2011, foi criada em abril a Central Angola 7311, um *blog* no *WordPress*, uma página no Facebook, um canal no *YouTube* e um programa na Rádio Despertar conhecido como "Zwela". Essas plataformas não apenas facilitaram a comunicação entre os jovens do movimento, mas também aproximaram os angolanos dentro e fora do país, servindo como fontes de informação sobre as atividades das autoridades. Sebastião Martins (2016), em seu livro "Labirintos Mundiais", destaca a importância dessas iniciativas na promoção do diálogo e na conscientização política da população.

A exemplo da Primavera Árabe, as redes sociais desempenharam um papel essencial na mobilização política em Angola, onde a falta de meios de comunicação independentes do governo limitava o acesso à informação imparcial. Em Angola, o Estado controla quase totalmente as emissoras de televisão, rádios e jornais, usando-os como instrumentos de propaganda para sustentar a narrativa oficial. O domínio do governo sobre esses meios transforma a mídia tradicional em um canal de difusão de entretenimento e contra-informação. Apesar disso, algumas exceções, como a Voz da América, DW para África, Rádio Despertar (ligada ao partido UNITA) e Rádio Ecclesia (vinculada à Igreja Católica), ainda oferecem algum grau de pluralidade informativa, embora enfrentem dificuldades financeiras e constantes pressões do governo para limitar sua atuação.

Internacionalmente, a liberdade de expressão é um direito humano fundamental, reconhecido pelo Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo artigo 19º

do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Na esfera doméstica, a Constituição da República de Angola, no artigo 47º, assegura a liberdade de expressão como um direito fundamental de todo cidadão. Contudo, na prática, esse direito é constantemente restringido pela interferência governamental, criando uma dependência das redes sociais e de plataformas digitais para a disseminação de informações e para o exercício de uma cidadania ativa.

Diante dessas restrições, plataformas alternativas de informação, como Club K, Maka Angola, Rede Angola e Central Angola 7311, juntamente com redes sociais como Facebook, *YouTube* e *TikTok*, tornaram-se fundamentais para o acesso à informação e para a mobilização social. Esses canais digitais ampliam o alcance das vozes dissonantes, permitindo que os cidadãos compartilhem experiências e coordenem ações de protesto. Ferramentas de comunicação como o *WhatsApp* também foram fundamentais para facilitar o fluxo de informações e a organização de manifestações, promovendo uma resistência civil ativa e uma forma de ativismo que desafia as barreiras impostas pelo monopólio estatal da mídia.

Essa nova configuração de comunicação e interação via redes sociais reflete o conceito de cibercultura, que Pierre Lévy (1999):

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato (Lévy, 1999, p. 130).

A cibercultura cria comunidades virtuais que proporcionam uma interação desterritorializada e colaborativa, estimulando um modelo de inteligência coletiva, onde o conhecimento e as experiências individuais são somados para resolver problemas comuns. Segundo Costa (2008), a ideia de uma “inteligência coletiva” não só possibilita a solução colaborativa de desafios, mas também permite que indivíduos encontrem apoio e benefícios mútuos dentro desses espaços virtuais.

Na mesma linha, Manuel Castells (2003) observa que a *internet* se transforma em uma plataforma essencial para a expressão e organização de manifestações, que atuam tanto sobre o imaginário público quanto sobre as instituições. Esses movimentos exercem influência não só sobre o governo, mas também sobre a opinião pública, e o fazem com o intuito de mobilizar mentalidades, mais do que controlar diretamente o Estado. Castells (2003, p.128) também ressalta que, em contextos de repressão, “a interatividade torna possível aos cidadãos

solicitar informação, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes” criando um cenário onde “as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo – o que é de fato um direito delas, já que teoricamente o povo é soberano”. Essa característica das redes sociais, que empodera o cidadão e fortalece o monitoramento público do governo, foi especialmente importante para evitar que a repressão apagasse completamente a força das manifestações.

Essa capacidade de criar “zonas de proximidade” e de promover a integração de simpatias entre cidadãos que compartilham ideias e preocupações constitui um fenômeno sem precedentes na história humana. De acordo com Costa (2008), a cibercultura promove um tipo de engajamento que transcende barreiras culturais e geográficas, potencializando a mobilização social e oferecendo um novo campo de resistência e transformação social.

No entanto, o caso “15+2” tornou-se um marco emblemático da repressão política em Angola, destacando a intolerância do regime a manifestações e dissidências. Em junho de 2015, às autoridades angolanas detiveram 15 jovens ativistas acusados de conspirarem para um suposto golpe de Estado. Posteriormente, duas mulheres (Laurinda Gouveia e Rosa Konde) foram implicadas no processo, respondendo em liberdade, o que levou a imprensa a apelidar o caso de “15+2”.

Os jovens detidos – Albano Bingo Bingo, Arante Kivuvu, Dito Dali, Domingos da Cruz, Hitler Samussuku, José Gomes Hata, Inocêncio de Brito, Luaty Beirão, Mbanza Hanza, Nicolás Radical, Nelson Dibango, Nito Alves, Nuno Álvaro Dala, Osvaldo Caholo e Sedrick de Carvalho – estavam reunidos para debater a obra *Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: Filosofia Política da Libertação de Angola* (2015), de Domingos da Cruz. A obra, inspirada no livro *Da Ditadura à Democracia*, de Gene Sharp, servia, na visão dos ativistas, como base para discussões sobre estratégias pacíficas de resistência e mudança política. No entanto, as autoridades interpretaram essas reuniões como uma ameaça à estabilidade do regime.

As detenções ocorreram entre 20 e 23 de junho de 2015 e rapidamente geraram repercussão internacional. No Parlamento Europeu, uma resolução foi aprovada exigindo a libertação dos jovens e o respeito pelos direitos humanos em Angola. Figuras como Ana Gomes, deputada do Partido Socialista (Portugal) ⁵⁴, e representantes do Bloco de Esquerda

⁵⁴ GOMES, Ana. *A Declaração da Deputada Ana Gomes sobre o Caso dos 15+2 em Angola*. Disponível em: <https://anagomes.eu/PublicDocs/68bc36b4-423e-49e8-8705-9e81d569e074.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

se manifestaram em defesa dos ativistas ⁵⁵. No Brasil, a senadora Luiza Erundina, reconhecida por sua trajetória de luta social, apresentou uma moção de solidariedade em apoio aos 15+2, denunciando as violações cometidas contra os ativistas detidos. Na ocasião, Erundina solicitou que uma cópia da moção fosse enviada ao então Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, como forma de pressão internacional para exigir a libertação imediata dos ativistas. Essa iniciativa não apenas reforçou o apoio internacional à causa, mas também destacou a conexão entre movimentos de resistência em diferentes contextos, evidenciando o papel de figuras públicas na amplificação de demandas por justiça e liberdade.⁵⁶

Não menos importante, o *rapper* brasileiro G.O.G., reconhecido por sua trajetória no rap político e social, demonstrou sua solidariedade ao caso dos 15+2 através da música. Ele lançou uma canção exigindo a libertação dos ativistas detidos, utilizando sua arte como instrumento de denúncia e mobilização. A música de G.O.G. não apenas reforçou o apoio internacional à causa, mas também evidenciou a relevância do *Hip-Hop* como uma plataforma para amplificar vozes contra injustiças sociais e políticas. Essa iniciativa destaca a conexão entre artistas e movimentos de resistência em diferentes partes do mundo, mostrando como a música pode transcender fronteiras e se tornar uma ferramenta poderosa na luta por liberdade e direitos humanos⁵⁷.

Assim, o caso “15+2” destacou não apenas as tensões políticas e sociais de Angola, mas também a crescente influência da juventude mobilizada e das redes sociais como ferramentas de resistência. Tornou-se um símbolo da luta por direitos humanos e democracia, recebendo apoio significativo de movimentos internacionais em prol da liberdade de expressão, de reunião e manifestação. Outrossim, a prisão dos ativistas gerou repercussão nacional e internacional, mobilizando organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional, e atraiu a atenção de instituições estrangeiras que criticaram as ações do governo angolano. O caso também reforçou o uso das redes sociais como plataforma de resistência, com *hashtags* e campanhas *online* “Liberdade Já” exigindo a libertação dos ativistas e denunciando o autoritarismo do governo. Nesse sentido, o episódio trouxe à tona

⁵⁵ MARTINS, Joana. *O Porto que grita por Angola*. *JPN*, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2016/03/31/o-porto-que-grita-por-angola/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

⁵⁶ YOUTUBE. *Dep. Luiza Erundina (PSB-SP) se solidariza com ativistas angolanos presos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PcWtEbH0-jM>. Acesso em: 27 jan. 2025.

⁵⁷ GOG. *Lé!*. Disponível em: https://youtu.be/aKwPzWPz0lY?si=verrAewsPP_iZiVi. Acesso em: 27 jan. 2025.

debates sobre liberdade de expressão, democracia e os limites da atuação do Estado em relação aos direitos civis.

Neste contexto, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução⁵⁸ que expressava profunda preocupação com a deterioração dos direitos humanos e liberdades fundamentais em Angola. O documento condenava a repressão a ativistas e defensores dos direitos humanos, como José Marcos Mavungo e Rafael Marques, que enfrentaram prisão e acusações arbitrárias após denunciar abusos e promover protestos pacíficos. O Parlamento criticou também a detenção de 15 jovens ativistas em 2015 e destacou as restrições impostas à liberdade de expressão, associação e reunião. Exortou as autoridades angolanas a garantirem um tratamento justo e o respeito pelos direitos constitucionais e apelou pela libertação de todos os presos políticos.

Além disso, a resolução instava a União Europeia e seus Estados-Membros a reforçarem a cooperação com Angola em defesa dos direitos humanos e a monitorarem o uso de recursos naturais, pedindo transparência e combate à corrupção. A resolução exigia que o governo angolano realizasse uma investigação imparcial sobre o massacre de Huambo⁵⁹ e solicitava medidas contra práticas abusivas, incluindo violência contra mulheres e crianças. Também ressaltava a importância de Angola aderir a iniciativas como a “Transparência das Indústrias Extrativas” e a “Parceria Governo Aberto” para fortalecer a governança e a transparência na gestão pública.

Entretanto, esse evento serviu como catalisador para outras mobilizações, impulsionando uma geração de jovens a se engajar mais ativamente no ativismo político e a desafiar as estruturas autoritárias. Para muitos, o caso 15+2 demonstrou a necessidade de se questionar o poder autocrático, que, ao criminalizar o ativismo e a dissidência, reforçava as demandas por liberdade e justiça. Mesmo com as tentativas de sufocar esses movimentos, segmentos da sociedade civil angolana passaram a se organizar e articular melhor suas pautas, inspirando outros grupos a resistirem às limitações impostas pelo regime.

A tabela a seguir sintetiza o processo “Caso 15+2”, com base nos registros da *Front Line Defenders*, destacando eventos-chave desde as prisões iniciais em junho de 2015 até as campanhas de solidariedade nacionais e internacionais. A organização documentou abusos,

⁵⁸ PARLAMENTO EUROPEU. Resolução do Parlamento Europeu sobre Angola. RC-8-2015-0846, 10 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/RC-8-2015-0846_PT.html. Acesso em: 5 nov. 2024.

⁵⁹ DEUTSCHE WELLE. Filho de Kalupeteka afirma: “Houve mais de 700 mortos no Monte Sumi”. DW, 12 jul. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/filho-de-kalupeteka-afirma-houve-mais-de-700-mortos-no-monte-sumi/a-18581699>. Acesso em: 5 nov. 2024.

juízos politicamente motivados e ações de apoio global, como resoluções do Parlamento Europeu e intervenções de figuras públicas.

Tabela IV: Dinâmica do processo “Caso 15+2”

Data	Local	Descrição do Evento	Ator(es) Envolvido(s)	Objetivo(s) do Protesto	Consequências
30 de junho 2016	Tribunal Supremo, Luanda	Tribunal Supremo ordena que os 15+2 sejam libertados da prisão e colocados em prisão domiciliar.	Tribunal Supremo, 15+2 ativistas	Mudar o regime de detenção dos ativistas para prisão domiciliar	Os ativistas foram transferidos da prisão para a prisão domiciliar, mas o status do veredito e acusações permanecem pouco claros.
30 de março 2016	Tribunal Provincial, Luanda	Defensores de direitos humanos do caso 15+2 condenados a penas de prisão entre dois e oito anos, sob acusações de atos preparatórios de rebelião e associação de malfeitores.	Tribunal Provincial, 17 defensores de direitos humanos	Condenar os ativistas por atos contra a segurança nacional	Sentenças de prisão de até oito anos e seis meses para os ativistas; irregularidades no julgamento, incluindo mudanças nas acusações e a falta de análise de novas queixas pelos advogados dos réus. A Front Line Defenders manifesta preocupação com a motivação política das sentenças e as irregularidades no processo.

15 de fevereiro 2016	Tribunal Provincial, Luanda	Manuel Nito Alves é condenado sumariamente a seis meses de prisão por perturbação da ordem no tribunal.	Manuel Nito Alves, Tribunal Provincial	Defender a legitimidade dos ativistas durante julgamento	Condenação de seis meses de prisão e multa por desrespeito ao tribunal, com transferência imediata de Nito Alves para a Comarca de Viana. Front Line Defenders considera a sentença desproporcional e continua a apelar pelo fim do processo contra os 17 ativistas.
22 de dezembro 2015	Luanda	Os defensores de direitos humanos detidos desde junho são libertados e colocados em prisão domiciliar.	Tribunal Provincial, 15+2 ativistas	Mudança do regime de detenção	Colocação dos ativistas em prisão domiciliar após detenção desde junho de 2015.
10 de dezembro 2015	Luanda	Quatro defensores de direitos humanos iniciam greve de fome em protesto contra atrasos no julgamento após serem presos em junho de 2015 por alegada conspiração contra o Estado.	15+2 ativistas	Pressão contra o regime	As instituições do Estado repensaram as medidas de detenção.
23 Outubro 2015	Estados Unidos da América	Especialistas da ONU pedem a libertação dos 15 ativistas detidos em junho por criticar o governo e promover boa governança.	ONU, Relator Michel Forst	Pressão Internacional contra o governo	Especialistas da ONU Exortam Angola

19 Outubro 2015	Hospital Prisão de São Paulo	Relato de tortura e maus-tratos a defensores de direitos humanos detidos, incluindo espancamentos e uso de bastão de choque elétrico.	Serviços Prisionais vs ativistas	Transferência para Comarca Central de Luanda (CCL)	Tortura dos ativistas e transferência para a CCL
15 Outubro 2015	Igreja Católica Luanda	A Polícia prende e agride quatro defensores durante missa solidária em apoio aos ativistas presos.	Polícia Nacional e ativistas	Repressão	Dispersão da missa
10 Outubro 2015	Luanda	Luaty Beirão transferido para hospital após 19 dias de greve de fome, em protesto contra a detenção prolongada e as condições carcerárias.	Ativista, Serviços Prisionais e outras entidades do governo	Acalmar os ânimos entre os reclusos	Mudança de clima
28 Setembro 2015	Luanda	Os 15 ativistas foram notificados pela Procuradoria Geral da República	Detidos e Entidades institucional	Dinamizar o processo	Inclusão da Rosa e da Laurinda no processo
Agosto 2015	Luanda	Ana Gomes (Eurodeputada) chega à Luanda e exige libertação dos réus	Ativistas e eurodeputada	Pressão contra o governo	Mediatização internacional do processo
Julho de 2015	Luanda	José Eduardo dos Santos compara os ativistas com o caso 27 de Maio de 1977. Fala em tentativa de Golpe de Estado	Presidente da República de 1979-2017	Criar atmosfera de medo na sociedade	
23 Junho 2015	Luanda e Cunene	Detenção de Osvaldo Caholo e Domingo da Cruz	Forças de Defesa e Segurança do Estado	Consolidar o processo	

20 Junho 2015	Luanda	Detenção dos 13 ativistas na livraria Kiazele , Bairro Vila Alice	Forças de Defesa e Segurança do Estado	Prender	Atmosfera de medo na sociedade
---------------	--------	---	--	---------	--------------------------------

Fonte: Adaptado pelo autor a partir da base de dados da Frontline Defender

Após a libertação dos ativistas do caso 15+2, vinculado ao processo de lutas e protestos iniciados pelo Movimento Revú, a sociedade angolana vivenciou uma renovação significativa na mobilização social, com o surgimento de vários movimentos e iniciativas. Entre estes, destaca-se o “Ondjango Feminista”, um coletivo de mulheres que tem se dedicado à luta pela emancipação das mulheres e meninas, com foco na promoção de igualdade de gênero e o enfrentamento da violência doméstica. Esse movimento reflete a crescente demanda por justiça social e igualdade, especialmente em um contexto onde as questões de gênero são frequentemente marginalizadas.

Simultaneamente, o projeto “*Ubuntu*” emerge como uma iniciativa voltada para o resgate da identidade africana, buscando restaurar os valores culturais e históricos do continente em face da globalização e do impacto cultural externo. O conceito de “*Ubuntu*”, que promove a solidariedade e a interconexão entre os indivíduos, tornou-se um pilar importante para muitos jovens que buscam revitalizar o orgulho e a autonomia africanos.

Além disso, o “Movimento Jovens pelas Autarquias” se destaca como um exemplo de luta política e cívica, reunindo diversas plataformas e coletivos que visam a implementação das autarquias locais, conforme estabelecido pela Constituição da República de Angola. Esse Movimento começou em Cacuaco município de Luanda com a criação do Projecto Agir e depois surgiu a PLACA (Plataforma Cazenga em Ação) e o LDM (Libertadores de Mentos) representam para o distrito de Cazenga, o MUDAR para Viana, o PIKK (Plataforma de Intervenção) para Kilamba Kiayi e o NBA (Núcleo de Boas Ações) para Benfica — todos movimentos comunitários ou distritais, de base cidadã, em prol da participação democrática. Da mesma forma, em outras províncias fora de Luanda, surgiram outros movimentos cidadanistas em Angola: Okulinga (Matala, Huíla), Kintwadi (Uíge), Lauleno (Moxico), MRB (Lobito) e Balumukeno (Malanje) (Blanes; Samussuku, 2022).

Contudo, o Movimento Revú desempenhou um papel crucial no fortalecimento das lutas sociais em Angola, servindo como um catalisador para a organização e a expressão do descontentamento popular. Atuando como uma plataforma de resistência contra a repressão estatal e as injustiças sociais, o movimento não apenas liderou manifestações simbólicas,

como as relacionadas ao “Caso 15+2”, mas também inspirou uma nova geração de ativistas a desafiar estruturas de poder consolidadas.

A capacidade do Movimento Revú de abraçar diversas causas, como direitos humanos, liberdade de expressão, justiça social e condições de trabalho dignas, foi fundamental para estabelecer um espaço de contestação política e social em Angola. Sua abordagem abrangente permitiu que o movimento se conectasse com diferentes setores da sociedade, unificando vozes dissidentes em torno de um objetivo comum: a luta pela construção de uma Angola emancipada da exploração e opressão do sistema capitalista.

Ademais, ao adotar métodos de resistência pacífica e incentivar debates sobre alternativas não-violentas para transformar o país, o Movimento Revú demonstrou que a organização e a mobilização coletiva podem desafiar o *status quo*, mesmo em um contexto de repressão intensa. Seu impacto vai além de eventos específicos, deixando um legado de coragem, criatividade e resiliência que continua a inspirar movimentos sociais tanto em Angola quanto internacionalmente.

CAPÍTULO III: DESAFIOS DAS LUTAS SOCIAIS EM ANGOLA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

No terceiro capítulo deste estudo, propomos examinar e responder a questões centrais sobre as lutas sociais em Angola no contexto contemporâneo. Primeiramente, apresentaremos breves apontamentos sobre as lutas sociais e de seguida analisaremos quais são os principais desafios enfrentados pelos movimentos sociais atualmente, considerando fatores como a repressão estatal, o controle sobre os meios de comunicação, as restrições ao espaço público, e a criminalização de dissidências no âmbito das organizações progressistas e de esquerda. Em seguida, investigaremos quais foram as conquistas alcançadas por essas lutas, destacando avanços em relação aos direitos civis, fortalecimento da consciência coletiva e uso estratégico de ferramentas digitais para mobilização e visibilidade das lutas sociais. Também discutiremos as limitações que continuam a restringir o impacto desses movimentos, como a fragmentação organizacional, a falta de apoio institucional e as barreiras impostas por um contexto político autoritário.

Por fim, traçaremos um panorama sobre as prioridades e possibilidades de avanço das lutas sociais em Angola nos dias atuais, explorando estratégias para aumentar a participação cívica, fortalecer alianças regionais e globais, e ampliar os canais de resistência frente aos desafios impostos.

Este capítulo buscará, portanto, não apenas compreender o estado atual dessas lutas, mas também contribuir com os debates existentes sobre caminhos viáveis para sua consolidação e impacto no futuro.

3.1 Breves apontamentos sobre os desafios das lutas sociais

As lutas sociais são uma constante na história da humanidade, surgindo como respostas coletivas às contradições e desigualdades que moldam as relações sociais e econômicas. Desde revoltas camponesas na Idade Média até os movimentos de massas do século XXI, essas lutas refletem os esforços de segmentos sociais que enfrentam condições de dominação em resistir à exploração, conquistar direitos e transformar estruturas de poder.

Ao longo da história, os movimentos sociais emergiram em períodos de crise ou transição, quando as tensões entre diferentes grupos sociais se intensificaram. Segundo Charles Tilly (1978), essas formas de luta social ocorrem a partir da interação de

oportunidades políticas, interesses organizados e alianças entre grupos, configurando repertórios de ação coletiva que evoluem ao longo do tempo. Nesse sentido, as revoluções e reformas são resultados de processos históricos complexos, que integram tanto demandas populares quanto respostas institucionais.

Lojkine (1981, p. 292) define movimento social como a “capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas de se diferenciar na tentativa de lutar contra a subordinação e dependência dessas classes com relação à classe dominante e ao sistema socioeconômico em vigor”. Isso implica que os movimentos sociais não surgem apenas como respostas a necessidades imediatas, mas como uma tentativa mais profunda de transformação das estruturas de poder e das relações sociais existentes. Segundo o autor (1981, p. 298), “o movimento social será definido, em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu”. Em outras palavras, o movimento social adquire sua relevância e identidade a partir do impacto que é capaz de gerar na estrutura social e econômica, sendo este processo uma busca por uma mudança estrutural.

Segundo Tatagiba e Galvão (2019), as lutas sociais contemporâneas têm emergido como uma resposta à crise do capitalismo neoliberal, agravada desde 2008, e refletem os efeitos das condições econômicas sobre as populações subalternas. À medida que cidadãos enfrentam os impactos negativos dessa crise, questões relacionadas à justiça e à distribuição de recursos na sociedade tornam-se centrais. A dinâmica entre privação material, desigualdades e mobilização social é abordada por diferentes teorias, destacando o papel das condições econômicas, sociais e culturais para a motivação dos protestos. Neste sentido, “à medida que os cidadãos lutam para lidar com os efeitos negativos da crise econômica, a atenção tem sido direcionada para questões relacionadas à justiça e à distribuição de recursos na sociedade” (Grasso e Giugni, 2016, p. 665).

Essa observação reflete como os períodos de instabilidade econômica tendem a intensificar a conscientização coletiva sobre a distribuição desigual de riquezas e oportunidades. Em momentos de crise, a percepção de injustiças sociais pode atuar como catalisador para movimentos de protesto, impulsionados pela crescente tensão entre expectativas e realidades vivenciadas. A teoria da privação relativa, por exemplo, aponta que a mobilização social frequentemente emerge quando as disparidades entre o que as pessoas acreditam merecer e o que efetivamente recebem se tornam intoleráveis (Grasso e Giugni, 2016).

Além disso, a crise econômica não apenas intensifica as desigualdades existentes, mas também coloca em xeque o papel do Estado como mediador de conflitos sociais. A

incapacidade de oferecer soluções para o desemprego, a precarização do trabalho e o acesso a serviços básicos tende a gerar descrédito nas instituições, fortalecendo demandas por reformas estruturais e redistribuição de recursos. Assim, as lutas sociais contemporâneas tornam-se um espaço de disputa entre aqueles que defendem ajustes neoliberais e os que clamam por alternativas que promovam maior equidade e justiça social.

Os protestos da Primavera Árabe no Magreb e Oriente Médio, os movimentos dos Indignados na Espanha⁶⁰, a Geração à Rasca em Portugal, o movimento *Y'en a Marre* no Sênegal, *Le Balai Citoyen* em Burkina Faso e as manifestações de junho de 2013 no Brasil emergiram antes e durante o contexto da crise econômica (outros fatores podem existir, porém neste estudo, a determinante econômica ganha mais ênfase), como demonstram as teorias aqui discutidas, especialmente os estudos de Grasso e Giugni (2016) e Tatagiba e Galvão (2019).

Em Marx (2008), a determinante econômica refere-se ao papel central das condições materiais de produção na estruturação da sociedade, no desenvolvimento histórico e nas relações de poder. Segundo Marx (2008), a base econômica (ou infraestrutura) é determinante para a formação das relações sociais, políticas e ideológicas (superestrutura). A forma como a produção é organizada em uma sociedade, incluindo as forças produtivas (tecnologia, trabalho, recursos) e as relações de produção (as formas de propriedade e os interesses das classes sociais), é vista como ponto de partida para o entendimento da complexa dinâmica das lutas de classes e suas frações que estabelecem e reformulam historicamente suas relações de conflito no contexto da ordem capitalista, a partir das especificidades dos diferentes países e regiões.

As transformações sociais contemporâneas têm sido moldadas por um crescente foco nas questões de justiça social, impulsionadas pela ampliação das demandas por direitos civis e econômicos. Como destaca Barreira *et al.* (2013, p.10), “na luta pelos direitos políticos, há uma necessidade de espaço para os direitos sociais e econômicos, onde a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais, a criação de novos direitos e o direito a uma vida melhor ocupam um lugar central”. Neste contexto, é fundamental compreender como essas lutas se interrelacionam com outras formas de exclusão e opressão, como a violência estrutural e a discriminação, o que exige uma reflexão mais profunda sobre as novas configurações da cidadania no mundo moderno e em particular em Angola, conforme trataremos a seguir.

⁶⁰ “Os Indignados ocupam espaços públicos nas cidades espanholas, o *Occupy Wall Street* se manifesta no coração do centro financeiro internacional nos Estados Unidos e os movimentos e cidadãos de diversos países da primavera árabe lutam por maior democracia em seus países” (Marx, 2015, p.10).

3.2 Conquistas e limites das lutas sociais em Angola frente aos dilemas impostos pelo poder estatal

Em 2017, João Lourenço, então candidato do MPLA à presidência de Angola, comprometeu-se a ser lembrado como o responsável por um “milagre econômico” no país, inspirado nas reformas de Deng Xiaoping⁶¹ que transformou a China de uma economia centralizada e agrícola em uma potência econômica global. Sua ênfase na reforma econômica, juntamente com a manutenção do controle político do Partido Comunista, moldou o caminho para o desenvolvimento chinês nas décadas seguintes.

No caso de Angola, essa promessa marcou o início de uma nova fase política após a saída de José Eduardo dos Santos, que governou Angola de 1979 a 2017. João Lourenço assumiu a Presidência da República, mas José Eduardo dos Santos permaneceu como Presidente do MPLA, criando o fenômeno da “bicefalia,” que dividiu o partido entre “eduardistas” e “lourencistas”⁶².

Inicialmente, o novo governo trouxe esperanças de mudanças. Entre 2018 e 2019, o país viveu uma relativa abertura política: manifestações foram permitidas, os meios de comunicação social começaram a dar espaço ao povo, e as forças de segurança mostraram-se menos repressivas. Essa aproximação entre o Estado e a sociedade civil parecia inaugurar uma nova era de maior participação e liberdade.

Na obra “O Público e o Político em Angola”, Faria (2019) questiona o novo paradigma de governança instaurado por João Lourenço após sua ascensão à presidência de Angola em 2017. Faria (2019) analisa as mudanças que ocorreram na relação entre o Estado e a sociedade civil, destacando tanto os avanços quanto os retrocessos nesse processo.

Inicialmente, João Lourenço apresentou-se como um líder disposto a promover uma abertura política, com ênfase em mudanças na comunicação social e no combate à corrupção, temas que, durante o governo de José Eduardo dos Santos eram vistos como problemáticos. O presidente prometeu um novo rumo para o país, procurando estabelecer uma maior transparência e modernizar a esfera pública, elementos cruciais para a transição política que

⁶¹ O GLOBO. *Candidato governista promete milagre econômico em Angola*. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/candidato-governista-promete-milagre-economico-em-angola-21735602>. Acesso em: 21 dez. 2024.

⁶² OBSERVADOR. *João Lourenço exige combate às más condutas no MPLA*. 2018. Disponível em: <https://observador.pt/2018/03/17/joao-lourenco-exige-combate-as-mas-condutas-no-mpla/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

se anunciava. Faria (2019) observa que, inicialmente, houve um clima de otimismo, uma vez que João Lourenço parecia disposto a melhorar a relação entre o governo e a sociedade civil, a qual, sob o governo anterior, era marcada por um distanciamento e, em muitos casos, por uma hostilidade aberta.

Entretanto, essa abertura política se revelou efêmera. Apesar de algumas medidas iniciais que pareciam promissoras, como a liberação de protestos e um discurso mais conciliatório, a dinâmica política em Angola voltou rapidamente a se concentrar em um modelo autoritário. Em 2019, João Lourenço consolidou ainda mais o seu poder ao acumular os cargos de Presidente da República e de Presidente do MPLA, o que gerou uma concentração do poder nas suas mãos⁶³. Essa concentração de poder foi percebida por muitos analistas e membros da oposição como um retrocesso, o que levou a uma crescente insatisfação na sociedade civil de uma forma geral, envolvendo principalmente organizações partidárias da oposição.

No *CMI Working Paper* intitulado “*Angola After dos Santos: Change and Continuity*”, Vegard Bye, Paulo Inglês e Aslak Orre (2021) apresentam um estudo de grande relevância para a compreensão da situação contemporânea de Angola. Este trabalho analisa as dinâmicas políticas, sociais e econômicas do país após o término do longo mandato de José Eduardo dos Santos, oferecendo contribuições fundamentais sobre as continuidades e mudanças no regime angolano sob a liderança de João Lourenço. Segundo os autores,

Eventos fora do controle do novo presidente impulsionaram a agenda reformista proposta durante o início do regime do governo de João Lourenço: a catastrófica situação macroeconômica causada pelos baixos preços do petróleo e pela queda na produção de petróleo obrigaram João Lourenço a adotar uma posição menos assertiva, particularmente no cenário internacional, em comparação com José Eduardo dos Santos. Passos cautelosos, ou talvez medidas cuidadosamente planejadas, foram tomados para destacar o problema da corrupção e o caráter opaco das instituições estatais, embora haja sérias dúvidas quanto à profundidade dessas medidas. Um acordo de crédito de 3,7 bilhões de dólares foi firmado com o FMI, o maior crédito desse tipo já obtido por um estado africano, obrigando o governo a implementar alguns novos elementos de transparência fiscal e escrutínio sobre as finanças estatais, além de garantir maior independência ao Banco Central – mas também aqui os efeitos das mudanças permanecem incertos. Após revelações sobre os detalhes de seus negócios financeiros ganharem destaque na imprensa

⁶³ É importante esclarecer que, em Angola, o Presidente da República, como discutido nos capítulos anteriores deste estudo, detém uma concentração significativa do Poder. Isso significa que sua autoridade se estende não apenas ao Executivo, mas também ao Judiciário e ao Legislativo. A maior parte das iniciativas legislativas provém do Presidente, o que confere a ele uma grande influência sobre o processo legislativo. Além disso, o Presidente exerce controle sobre as forças de defesa e segurança do Estado, o que lhe confere um poder substancial sobre a manutenção da ordem e a proteção do regime. Outro ponto relevante é seu domínio sobre a comunicação social, o que lhe permite moldar a narrativa pública e exercer controle sobre os meios de comunicação, ampliando sua capacidade de influenciar a opinião pública e consolidar sua posição no poder. Dessa forma, o Presidente de Angola exerce um controle abrangente e centralizado sobre as principais instituições do país, configurando um sistema político altamente concentrado em sua figura.

internacional, foi iniciado um processo judicial contra Isabel dos Santos, filha do ex-presidente (Bye; Inglês; Orre, 2021, p. 5).

Essas medidas, embora apresentadas como um avanço no combate à corrupção e maior transparência, geraram um intenso debate tanto no contexto nacional quanto internacional. Por um lado, foram vistas como uma tentativa de reestruturar o Estado angolano e remover as práticas autoritárias e clientelistas do regime anterior. No entanto, a profundidade das reformas foi questionada, com críticos sugerindo que as mudanças poderiam ser mais uma estratégia para melhorar a imagem internacional do novo governo, em vez de um compromisso genuíno com a transformação do sistema. Além disso, o processo judicial contra Isabel dos Santos⁶⁴ e Zenú dos Santos, filho do ex-presidente José Eduardo dos Santos, foi interpretado por alguns como perseguição estratégica para afastar a antiga classe dominante, mas sem questionar efetivamente as estruturas de corrupção mais profundas e arraigadas no país.

Um dos nomes sonantes na sociedade civil, Rafael Marques (S/D) destaca que o controle privado da Presidência por José Eduardo dos Santos simbolizava uma prática sistemática de enfraquecimento das instituições do Estado, concentrando todos os poderes em si. Essa estratégia incluía delegar poderes reais a indivíduos escolhidos, independentemente dos cargos, assegurando o culto à personalidade em detrimento das instituições estatais⁶⁵.

A privatização do Estado em Angola foi feita por apropriações privativas, ilegalidades, *desinstitucionalização* que se verificam noutros sítios, mas que aqui tomam contornos bastante particulares, fundamentalmente devido ao facto da Angola independente ter sido até hoje um país em guerra ou numa lógica de guerra e cujo principal recurso, ou mesmo quase o único recurso, é o petróleo. Estas duas particularidades, cujos efeitos económicos, políticos e sociais são inextricáveis, implicam ambas, também, uma relação particularmente forte com o estrangeiro – quer se trate de parceiros estrangeiros da economia do petróleo e da guerra, quer da comunidade internacional *stricto sensu* associada, desde 1990, ao “processo de paz” angolano. Ambas também conferiram uma “natureza” especial ao poder e seu exercício, nomeadamente uma relação com as instituições em que o domínio da cúpula e dos aparelhos do Estado é central e permanecerá possível sob as diversas formas institucionais atravessadas (Messiant, 2018, p. 4:5).

A lógica de privatização do Estado em Angola, associada ao controle concentrado dos recursos naturais e ao poder político, fortaleceu um sistema de dominação que perpetua a

⁶⁴ OBSERVADOR. *Reino Unido aplica sanções a Isabel dos Santos e dois dos seus associados*. Observador, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://observador.pt/2024/11/21/reino-unido-aplica-sancoes-a-isabel-dos-santos-e-dois-dos-seus-associados/>. Acesso em: 25 dez. 2024.

⁶⁵ MARQUES, Rafael. In: MAKA ANGOLA. *Epicentro da corrupção*. Disponível em: [https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2014/09/Epicentro%20da%20Corrupção%20\(para%20pdf\)_P_T.pdf](https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2014/09/Epicentro%20da%20Corrupção%20(para%20pdf)_P_T.pdf) Acesso em: 25 dez. 2024.

desigualdade social e econômica. Essa estrutura gera uma dependência crônica de atores externos, reforçando as relações neocoloniais e limitando a soberania do país sobre suas próprias riquezas. Além disso, nesse sentido, a interação entre a classe dominante e os interesses internacionais, sobretudo, o FMI e o Banco Mundial, cria um cenário em que, muitas vezes, as reformas institucionais são capturadas por interesses privados, o que dificulta avanços no setor social.

Desde 2018, Angola vivencia um conjunto de políticas neoliberais que impactaram profundamente a população. Medidas como a “operação resgate”⁶⁶, a “operação transparência”⁶⁷, a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)⁶⁸ e o aumento de preços essenciais — como o passaporte, de 3.000 Kz para 30.500 Kz, e o combustível triplicado — agravaram o custo de vida⁶⁹. Neste contexto, as Universidades públicas que até então eram gratuitas passaram a cobrar uma taxa mensal de coparticipação. Esses fatores ampliaram os já alarmantes índices de pobreza e desemprego, conforme relatórios do Instituto Nacional de Estatística e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nesse cenário, promessas de reformas, como a institucionalização das autarquias locais, ganharam destaque. As autarquias seriam uma forma de autogoverno voltado a resolver problemas comunitários, por meio de órgãos como o Presidente da Autarquia, Assembleia Municipal e mecanismos de participação popular. Embora esperada desde os anos 2000, com prazos como 2012, 2015 e 2020, essa promessa não foi cumprida até os dias atuais.

Em 2018, o Conselho da República reforçou a necessidade das autarquias, levando à apresentação do Pacote Legislativo Autárquico e à mobilização social, como o Movimento Jovens pelas Autarquias. Porém, a ausência de implementação em 2020 renovou frustrações, desencadeando uma série de protestos, incluindo marchas contra o custo de vida, a pobreza, e

⁶⁶ ISSUFO, Nádia. Operação Resgate para combater a criminalidade. *DW África*, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-as-pessoas-estão-a-fazer-muita-confusão-com-relação-a-operação-resgate-diz-a-polícia/a-46182193>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁶⁷ SASEMBELE, Anastácio. Angola - Operação Transparência. *Vatican News*, nov. 2018. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2018-11/angola-operacao-transparencia.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁶⁸ PORTAL DO CONTRIBUINTE. Angola introduziu o IVA em janeiro de 2019. Disponível em: <https://portaldocontribuinte.minfin.gov.ao/noticias/angola-introduz-iva>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁶⁹ NDOMBA, Borralho. Angolanos preocupados com subida dos preços. *DW África*, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angolanos-preocupados-com-subida-dos-pre%C3%A7os/a-42712098>. Acesso em: 28 dez. 2024.

pela institucionalização das autarquias. Essa contínua postergação reflete promessas políticas sem concretização, exacerbando o descontentamento popular e a demanda por mudanças estruturais.

Importa frisar que após o mediático caso dos 15+2, os ativistas do Movimento Revú demonstraram uma capacidade notável de adaptação ao contexto político e social repressivo em Angola. Diante da necessidade de reconfigurar sua estratégia de atuação, esses ativistas passaram a investir em novas formas de associativismo, promovendo a criação de movimentos e organizações que respondessem às demandas emergentes de alguns segmentos dos movimentos sociais e ampliassem a luta por direitos e cidadania.

Novas formas de organização têm sido criadas como fóruns específicos , transversais , ou transnacionais , assim como novas redes temáticas têm formado, em articulações eventuais ou mais permanentes , onde se juntam movimentos de moradias, saneamento , transporte, de jovens , mulheres , negros , grupos culturais , atividade artísticas e ativistas ambientais e sindicais etc. fazendo dos problemas sociais e das políticas públicas tema e objeto renovado de ação (Gohn, 2019, p.171)

Um exemplo marcante desse processo foi a criação da *Handeka*, em junho de 2017. Fundada por um grupo de cidadãos angolanos com um histórico de engajamento no ativismo social e na defesa dos direitos humanos, a organização surgiu como uma resposta direta aos desafios enfrentados pelos movimentos sociais na época, com destaque para Alexandra Simeão, Luaty Beirão e o autor deste estudo⁷⁰. Desde o seu início, o seu principal objetivo foi de encontrar soluções para os maiores entraves ao pleno exercício da cidadania, com vista a dar voz aos que não tinham voz, promovendo iniciativas que fomentassem a participação democrática e a inclusão social.

O nome da organização, oriundo da língua Ganguela, tem um significado profundo: "*Oh tu que não tens voz, fala.*" Essa escolha não apenas simboliza o compromisso da *Handeka* com a amplificação das vozes marginalizadas, mas também reforça a valorização da diversidade cultural angolana como parte fundamental da luta por justiça social (Blanes, 2023).

A *Handeka*, desde sua fundação, tem se destacado por sua atuação em diversos campos com o objetivo de promover a cidadania e os direitos humanos em Angola. Um dos primeiros marcos de sua ação foi o debate sobre a “Educação Primária”, entendida como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país⁷¹. Este debate reuniu representantes do

⁷⁰ A *Handeka* reuniu vários nomes sonantes na sua criação como Marcolino Moco (ex.Primeiro Ministro de 1992-1998, Luís do Nascimento e Mariazinha Monteiro (actualmente são deputados da Assembleia pelo Grupo Parlamentar da UNITA) Mbanza Hamza, Laura Macedo.

⁷¹HANDEKA. *Educação: um direito de todos.* Disponível em: <https://handeka.net/projectos/educacao/index.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.

Estado e organizações da sociedade civil, criando um espaço de reflexão e diálogo sobre as políticas educacionais e seu impacto no crescimento social e econômico de Angola. Ao colocar a educação como pilar essencial para o desenvolvimento econômico e a justiça social, a *Handeka* procurou fomentar uma maior conscientização sobre a importância de políticas públicas inclusivas, voltadas para o atendimento das necessidades das classes trabalhadoras e demais segmentos dominados.

Além disso, a *Handeka* lançou diversas campanhas de mobilização social, entre as quais se destaca a campanha “Sem registo, não existo”⁷². Esta iniciativa visava pressionar o Estado a agilizar a emissão do bilhete de identidade, um documento essencial para o exercício pleno da cidadania. Em um contexto no qual cerca de 11 milhões de angolanos ainda não possuíam registo de identidade⁷³, a campanha se tornou uma ação crucial para garantir direitos civis básicos, como o acesso a serviços públicos e o direito ao voto. A falta de documentação civil é um problema significativo no país, e a *Handeka* procurou trazer visibilidade a essa questão, mobilizando a sociedade para exigir soluções concretas.

A fiscalização dos atos eleitorais também se tornou uma das bandeiras da *Handeka*. A organização esteve ativamente envolvida na fiscalização das eleições de 2017 e 2022, atuando como um observador cívico para garantir que os processos eleitorais fossem conduzidos de forma transparente e justa. Em 2022, a *Handeka* liderou o Movimento Cívico Mudei, uma coalizão de organizações da sociedade civil de todo o país, com o objetivo de fortalecer a transparência eleitoral e assegurar que os direitos dos cidadãos fossem respeitados durante as eleições

[...] com o propósito de contribuir para a criação de “condições para garantir o Voto Universal, ou seja, que todos os angolanos em idade de votar o possam fazer, independentemente da sua condição social, de onde vivem, e das suas opções políticas, religiosas e culturais, que as campanhas eleitorais decorram em ambiente de igualdade de condições, tanto no acesso aos meios de comunicação social, quanto aos espaços públicos para realização de actividades de divulgação dos programas, em todo o País e sem discriminações”⁷⁴.

⁷² NOVO JORNAL. *Sem registo, não existo: Handeka luta pelo reconhecimento da cidadania a 11 milhões de angolanos*. Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/sem-registo-nao-existo-handeka-luta-pelo-reconhecimento-da-cidadania-a-11-milhoes-de-angolanos-62221.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁷³ OBSERVADOR. *Metade dos angolanos sem registo de nascimento ou bilhete de identidade*. Disponível em: <https://observador.pt/2019/05/23/metade-dos-angolanos-sem-registo-de-nascimento-ou-bilhete-de-identidade/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁷⁴ JIKU Angola. *Nossa Causa*. Disponível em: <https://www.jikuangola.org/nossa-causa/index.html#>. Acesso em: 30 dez. 2024.

A monitoria eleitoral levado a cabo pelo Movimento Cívico Mudei contou com uma participação ativa, desde a criação do site JIKU (de *Jikulumesso*, que em Kimbundo significa “abre os olhos”)⁷⁵ e diversas páginas nas redes sociais *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e *X* sob o nome “Movimento Cívico Mudei”. Esses canais são fundamentais para compartilhar ocorrências e relatórios de denúncias sobre fraudes eleitorais para permitir visibilidade e transparência dos processos eleitorais ⁷⁶.

O movimento adotou práticas organizacionais inovadoras,

[...] caracterizadas pela construção de formas colaborativas e não hierarquizadas de organização, mescla de questões identitárias e sociais na construção das pautas temáticas, centralidade das redes sociais digitais, internet e celulares na atuação, divulgação e mobilização, interface com linguagens culturais e dimensão territorial e cotidiana das ações para sua constituição enquanto espaço de atuação política, de participação, de reivindicação e de pertencimento” (Penteado e Oliveira, 2019).

A utilização desses métodos permitiu ao Movimento Cívico Mudei ampliar sua abrangência e influência, conectando diversas comunidades em um esforço coletivo por mudanças estruturais. A centralidade das redes sociais e da internet não apenas democratizou o acesso à informação, mas também facilitou a articulação entre diferentes grupos e territórios, promovendo uma atuação descentralizada e inclusiva. Essa abordagem reforçou a importância da mobilização popular como ferramenta essencial para a fiscalização de processos eleitorais e a defesa dos direitos civis, desafiando as tradicionais estruturas de poder e criando novas formas de engajamento político no país.

Em Angola, o debate sobre a necessidade de institucionalização das autarquias locais remonta aos anos seguintes ao fim do conflito armado (2002). Porém, apesar da pressão dos partidos políticos da oposição e dos movimentos sociais, as autarquias nunca foram efetivamente implementadas.

À luz do Artigo 213º da Constituição da República de Angola, as autarquias locais são definidas como “pessoas coletivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas comunidades”. Essa definição evidencia o papel preponderante das autarquias na promoção da governança local, aproximando o poder público das comunidades e permitindo

⁷⁵ TSANDZANA, Dércio. Activistas angolanos criam plataforma para supervisionar eleições presidenciais. *Global Voices*, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://es.globalvoices.org/2017/08/17/activistas-angolenos-crean-plataforma-para-supervisar-elecciones-presidenciales/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁷⁶ MUDEI ANGOLA. Página principal. Disponível em: <https://www.mudeiangola.org/index.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.

uma resposta mais efetiva às demandas específicas dos cidadãos. Contudo, em Angola, apesar de as autarquias locais estarem consagradas na Constituição e no Pacote Legislativo Autárquico, elas ainda não foram efetivadas, perpetuando um sistema centralizado que dificulta avanços no atendimento às necessidades locais.

No entanto, o país enfrenta desafios significativos resultantes dessa extrema centralização política, administrativa e financeira, uma característica destacada por Aslak Orre (2013). Ele aponta que Angola é um dos países mais centralizados da África, como se verifica na centralização das receitas fiscais: os recursos arrecadados localmente são enviados ao Ministério das Finanças e depositados na Conta Única do Tesouro (CUT). Essa prática restringe a autonomia financeira das regiões e municípios, inviabilizando a formulação e execução de políticas públicas que reflitam as necessidades locais. Além disso, o controle quase exclusivo do investimento público a partir de Luanda aprofunda as desigualdades regionais, comprometendo o desenvolvimento harmonioso do país e acentuando a marginalização de várias comunidades.

A criação de autarquias locais é, portanto, uma solução estratégica e imprescindível para enfrentar esses desafios e promover uma governança mais eficiente e inclusiva. Segundo Orre (2013), sem instituições descentralizadas, torna-se impossível atender às demandas de milhões de cidadãos, assegurar direitos e serviços públicos básicos e consolidar uma base tributária universal. Governos locais descentralizados oferecem uma proximidade maior com as comunidades, facilitando a identificação de problemas específicos e possibilitando soluções mais ágeis e eficazes. Além disso, a descentralização fomenta a transparência e a *accountability*, permitindo que os cidadãos acompanhem de perto a gestão pública e aumentando a confiança nas instituições governamentais. A efetivação das autarquias locais poderia também aprimorar substancialmente a qualidade dos serviços públicos, direcionando recursos de forma mais equitativa e eficiente para áreas prioritárias e beneficiando todas as camadas sociais.

O retorno dos debates sobre a implementação das eleições autárquicas à agenda política angolana em 2018 representou um marco importante na luta pela descentralização do poder e pela democratização do governo. Angola é um dos últimos países do continente africano a não adotar este sistema, e sua eventual implementação traria mudanças significativas na forma como o país é governado. A perspectiva de um modelo de governança descentralizado, autônomo e plural reflete o desejo crescente de ativistas e membros da sociedade civil por um sistema político mais inclusivo, representativo e transparente. Para muitos, a criação das autarquias locais não se limita a uma reforma administrativa; é vista

como uma oportunidade histórica para romper com décadas de centralismo, promover um governo participativo e atender de forma mais eficaz aos anseios populares (Blanes, 2023).

A partir de finais de 2017 e durante 2018, começaram a surgir organizações cívicas em diversas regiões de Angola como resposta às demandas crescentes por maior participação cidadã e descentralização política. Em Luanda, destacaram-se iniciativas como o Projeto AGIR no município de Cacuaco; a Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Libertadores de Mentes e Forças Ativas do Malweka, todas no município de Cazenga; a Associação Mudar Viana; a Plataforma de Intervenção do Kilamba Kiaxi; e o Núcleo Belas em Ação. Fora da capital, também emergiram associações significativas, como a Associação Okulinga no município da Matala (Huíla), a Associação Cívica Laulenu (Moxico), a Associação Cívica Balumukeno (Malanje), a Associação Cívica Kintwadi (Uíge), e o Movimento Revolucionário de Benguela (Blanes; Samussuku, 2022).

Entretanto, a união dessas organizações formadas por integrantes do Movimento Revú em um esforço coletivo levou à formação do Movimento Jovens pelas Autarquias, uma plataforma nacional que articula as demandas por eleições autárquicas e descentralização do poder. Este movimento representa uma nova fase de organização social no país, marcada pela atuação direta de jovens e grupos locais na promoção de direitos cívicos e de governança inclusiva (Casteiro, 2024).

Em 2020, ano inicialmente previsto para a realização das primeiras eleições autárquicas em Angola, o Presidente da República adiou o processo sine die, alegando questões técnicas e estruturais, mas revelando, na prática, uma clara ausência de vontade política para a sua efetivação. Essa decisão reforçou a percepção de que há resistência do governo em descentralizar o poder, perpetuando um sistema centralizado que dificulta avanços democráticos e administrativos no país. Essa postura contrasta com as experiências de outros países, inclusive aqueles com contextos históricos e socioeconômicos semelhantes ao de Angola⁷⁷.

Diante disso, importa recuar no ano de 2016, quando as ativistas Sizaltina Cutaia, Cecília Kitombe, Áuria Mouzinho e Mel Gambôa deram início a um debate sobre o feminismo em Angola, marcando um momento significativo para o ativismo feminista no

⁷⁷ Portugal, antigo colonizador, institucionalizou as autarquias locais em 1976, logo após o fim do regime ditatorial e a Revolução dos Cravos, reconhecendo que a descentralização era fundamental para consolidar a democracia. Na África, diversos países implementaram sistemas autárquicos logo após ou poucos anos depois da independência, como Cabo Verde em 1991, Moçambique e Ruanda em 1998. Países da região como a África do Sul e a Namíbia, que também enfrentaram longas lutas por libertação e proclamaram independência posteriormente, estabeleceram as autarquias locais imediatamente após a formação de seus Estados soberanos, como parte de seus compromissos com a democratização e o desenvolvimento local.

país. Esse processo culminou na criação do Movimento *Ondjango* Feminista, que se define como “um coletivo feminista autônomo de ativismo e educação em prol da realização dos direitos humanos de todas as mulheres e meninas em Angola”⁷⁸.

O Movimento *Ondjango* Feminista defende uma agenda transformadora baseada em valores como justiça social, solidariedade e liberdade, promovendo uma visão feminista que vai além das demandas individuais e busca impactar as estruturas sociais. Sua atuação tem sido essencial para dar visibilidade às questões de gênero, combater desigualdades sistêmicas e propor mudanças estruturais em um contexto historicamente marcado por desigualdades e violências contra mulheres e meninas⁷⁹.

O movimento também desempenha um papel importante na formação de redes de solidariedade entre mulheres e no fortalecimento de um espaço de educação crítica e diálogo sobre feminismo, contribuindo para o avanço das lutas por equidade de gênero em Angola. Após o surgimento do movimento *Ondjango* Feminista, novas iniciativas voltadas para os direitos das mulheres ganharam destaque, como a associação cívica Unidas Somos Mais Fortes e o movimento Mulheres pelos Direitos Cívicos e Políticos. Essas organizações reforçam a luta por igualdade de gênero e direitos humanos em Angola.

⁷⁸ ONDJANGO FEMINISTA. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/quemsomos>. Acesso em: 28 dez. 2024.

⁷⁹ ONDJANGO FEMINISTA. *Página principal*. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com>. Acesso em: 28 dez. 2024.

Figura 7: Marcha contra a penalização do Aborto, ano 2017.



Fonte: Arquivo do Movimento Ondjango Feminista

A presente imagem ilustra uma manifestação contra a proibição absoluta do aborto em Angola, realizada em um raro contexto de autorização pelas autoridades, destaca a mobilização de movimentos feministas e organizações da sociedade civil na luta por direitos das mulheres. O protesto, que reuniu cerca de 200 participantes, refletiu a resistência social diante de um projeto de lei impulsionado pela influência da Igreja e pela maioria governista do MPLA, propondo penalizações severas ao aborto, mesmo em casos excepcionais⁸⁰. A ação evidenciou tensões entre o conservadorismo institucional e as demandas por autonomia e justiça reprodutiva, inserindo-se no cenário mais amplo das lutas sociais contemporâneas no país, marcadas pela repressão estatal, desigualdades estruturais e desafios no diálogo democrático.

Paralelamente, é importante mencionar que os partidos políticos angolanos historicamente criaram braços femininos para promover suas agendas entre as mulheres,

⁸⁰ EURONEWS. *Manifestação contra lei que proibirá o aborto em Angola*. 18 mar. 2017. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2017/03/18/manifestacao-contra-lei-que-proibira-o-aborto-em-angola>. Acesso em: 25 jan. 2025.

como a Organização da Mulher Angolana (OMA), vinculada ao MPLA, e a Liga da Mulher Angolana (LIMA), associada à UNITA.

Além dessas estruturas partidárias, Angola conta com uma diversidade de organizações femininas que atuam em várias frentes de associativismo, como a Rede Mulher, o grupo *Mwana Pwô*, a Associação Angolana de Mulheres de Carreira Jurídica e a Associação Angolana de Mulheres Jornalistas.

Assim, é importante destacar que o *Movimento Revú*, após a libertação dos 15+2 da prisão, passou por um processo de adaptação e reorganização. Essa reconfiguração permitiu que o movimento se unisse a outras lideranças, mobilizando novas personalidades e ampliando suas bases de atuação. Como resultado dessa dinâmica, surgiram iniciativas cívicas significativas como a Associação Cívica *Handeka*, o Movimento Jovens pelas Autarquias, o Movimento *Ondjango* Feminista e o Movimento *Ubuntu*⁸¹.

É importante esclarecer que, durante os primeiros anos de governança de João Lourenço, iniciada em outubro de 2017, o país experimentou alguns avanços em termos de direitos e liberdades. Vários autores, como Almeida (2019) e Faria (2019), destacaram esses progressos, com alguns observadores referindo-se a esse período como marcado pelos “ventos de mudança” ou por um “novo paradigma”. No entanto, embora as primeiras medidas do novo governo tenham gerado expectativas positivas, esses avanços se mostraram limitados com o tempo. A realidade subsequente revelou um retrocesso, com muitos aspectos da governança se assemelhando à era de José Eduardo dos Santos, especialmente no que tange a questões como a repressão política, o controle social e a manutenção de práticas autoritárias. Assim, embora o início do governo de João Lourenço tenha gerado esperanças de transformação, a continuidade de práticas autoritárias trouxe frustração, evidenciando que, no fundo, as mudanças foram superficiais conforme o estudo de Bye; Inglês; Orre, (2021).

Entre 2018 e 2021, Angola vivenciou uma intensificação das manifestações populares, com passeatas e marchas abordando temas variados, como o elevado custo de vida, pela institucionalização das autarquias locais, o desemprego, a violência contra as mulheres e a transparência eleitoral. O Movimento Jovens pelas Autarquias destacou-se nesse período ao organizar três manifestações espontâneas em frente à Assembleia Nacional, nos

⁸¹ O Movimento *Ubuntu*, popularmente conhecido como Projeto *Ubuntu*, surgiu em 2016 com o objetivo de promover debates e iniciativas voltadas para o resgate da identidade africana. Esse movimento reúne uma nova geração de pan-africanistas e afrocatas, destacando-se pela sua abordagem cultural. Embora inclua em suas fileiras membros provenientes do Movimento *Hip-Hop* e do Movimento *Revú*, o Movimento *Ubuntu* se diferencia por concentrar-se em aspectos culturais, distanciando-se das lutas sociais mais amplamente conduzidas por outros movimentos.

dias 18 de abril, 12 de agosto e 15 de outubro de 2018 exigindo a institucionalização das Autarquias locais na qual gritavam “no meu município, ninguém me representa”, “Autarquias Locais para todos, o Poder pertence ao Povo”. Também promoveu uma marcha pela institucionalização das autarquias, com um percurso que ia do Cemitério da Santana ao Largo da Independência, espaços simbólicos frequentemente utilizados para concentrações, como o Largo Sagrada Família, o Largo Primeiro de Maio e o Largo das Heroínas.

Na mesma senda, o Movimento *Ondjango* Feminista também teve um papel de destaque, promovendo desde 2017 marchas relacionadas a pautas sociais. Entre suas ações, destacam-se a marcha contra a penalização do aborto em 2017 e outra contra a violência às mulheres em 2018. De forma articulada, o Movimento Revú esteve na linha de frente das manifestações relacionadas ao desemprego, organizando marchas em dezembro de 2018, além de ações em 2019 e 2020, reforçando a luta por melhores condições de vida e inclusão no mercado de trabalho.

No campo das Organizações não Governamentais, *Omunga*⁸² e algumas lideranças como Sérgio Piçarra, Cristina Pinto, Fernando Macedo e Laura Macedo organizaram protestos voltados ao combate à corrupção, especialmente no que diz respeito ao repatriamento de capitais desviados por membros do governo do MPLA. Essas manifestações refletiam a pressão popular por maior responsabilização e transparência na gestão pública, reforçando o protagonismo da sociedade civil na luta contra desigualdades e práticas ilícitas no país.

Seguido a isso, em 2020, Angola registou uma série de protestos iniciados no contexto da quarentena da pandemia de COVID-19. Essas manifestações surgiram como reação à atuação das autoridades, responsáveis pela morte de dezenas de cidadãos, incluindo o médico Silvío Dala. A Anistia Internacional elaborou um relatório denunciando essas mortes em meio à pandemia⁸³. Em setembro do mesmo ano a população voltou às ruas em protestos que coincidiram com a exibição de um documentário pela televisão portuguesa SIC, expondo atos de corrupção envolvendo Edeltrudes Costas, diretor do Gabinete do Presidente

⁸² A *Omunga* é uma Organização Não Governamental criada em 1998 na província de Benguela por José Patrocínio. A instituição desempenhou um papel fundamental na consolidação do Movimento Revú e no estímulo ao surgimento de associações cívicas em todo o país, com foco especial na promoção dos Direitos Humanos, no combate à corrupção e na descentralização do poder local. Além disso, a *Omunga* utilizou a arte como ferramenta de mobilização social, organizando concertos de *hip-hop* que alinhavam expressão artística e engajamento político.

⁸³ AMNISTIA INTERNACIONAL. *COVID-19 em Angola: uso excessivo da força pela polícia*. 2020. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/covid19-angola/#gref>. Acesso em: 17 jan. 2025.

João Lourenço .Como resposta, foi organizada uma marcha contra a impunidade de Edeltrudes Costas em 4 de outubro de 2020⁸⁴.

Posteriormente, em 24 de outubro de 2020, após o discurso presidencial que descartava a implementação das autarquias locais prometidas em 2018, o Movimento Jovens pelas Autarquias, em parceria com a UNITA, promoveu uma manifestação que resultou numa violenta repressão⁸⁵. Cerca de 103 participantes foram detidos, julgados e condenados⁸⁶. Em 11 de novembro de 2020, uma nova manifestação marcou tragicamente a história das lutas sociais em Angola: o ativista Inocêncio de Matos foi baleado e morto em pleno protesto⁸⁷. Esse evento destacou-se como o primeiro caso de morte de um ativista durante uma manifestação desde o início dos protestos em 2011. Embora os casos de Cassule e Kamulingue (2012) e de Hilbert Ganga (2013) estejam ligados a protestos, não ocorreram em pleno ato.

O mês de novembro de 2020 foi marcado por intensa tensão entre o governo e o Movimento Revú, culminando em uma manifestação no dia 10 de dezembro, data que coincide com a celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o aniversário do MPLA. Antes desse evento, o governo convocou um encontro com ativistas, incluindo integrantes do caso “15+2”, e outras organizações juvenis. Esse encontro gerou divisões no Movimento Revú, com acusações de cooptação por parte do governo, que ofereceu empregos, moradias e dinheiro àqueles que aceitassem colaborar com as autoridades essas táticas visam enfraquecer os movimentos ao diluir suas reivindicações e reduzir sua influência sobre a sociedade.

Contudo, em que pese a existência de diversos limites enfrentados por essas formas de luta em Angola, chama a atenção o fato da existência, da diversidade e da capacidade de

⁸⁴ EURONEWS. *Protesto em Luanda exige demissão de braço direito de João Lourenço*. 2020. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/10/04/protesto-em-luanda-exige-demissao-de-braco-direito-de-joao-lourenco>.

Acesso em: 17 jan. 2025.

⁸⁵ PÚBLICO. *Quatro jornalistas detidos e um deputado agredido em manifestação em Luanda*. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/10/24/mundo/noticia/quatro-jornalistas-detidos-deputado-agredido-manifestacao-luanda-1936629>. Acesso em: 17 jan. 2025.

⁸⁶ RFI. *Angola: defesa de manifestantes presos a 24 de outubro recusa acusações da PGR*. 2020. Disponível em:

<https://www.rfi.fr/pt/angola/20201028-angola-defesa-de-manifestantes-presos-a-24-de-outubro-recusa-acusa%C3%A7%C3%B5es-da-pgr>. Acesso em: 17 jan. 2025.

⁸⁷ VOA PORTUGUÊS. *Angola: Pai de estudante morto em manifestação em 2020 lamenta morosidade da justiça*. 2020. Disponível em:

<https://www.voaportugues.com/a/pai-de-estudante-morto-em-manifesta%C3%A7%C3%A3o-em-2020-lamenta-morosidade-da-justi%C3%A7a/6694938.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

continuidade dessas lutas, em um contexto histórico geral (de hegemonia neoliberal) profundamente complexo e desafiador para os segmentos dominados.

Com o intento de sistematizar essas diferentes formas de lutas existentes no período, segue a Tabela IV que resume as manifestações e protestos em Angola entre 2018 e 2020, destacando os principais movimentos sociais e organizações civis que lutaram por causas como a institucionalização das autarquias locais, o combate à corrupção, a defesa dos direitos das mulheres, o enfrentamento do desemprego e a luta por melhores condições de vida. As mobilizações, frequentemente reprimidas de forma violenta pelo governo, resultaram em detenções, julgamentos e até mortes, como no caso de Inocêncio de Matos. Além disso, as manifestações evidenciam a crescente tensão entre os movimentos sociais e o governo, que procurou controlar a situação por meio de repressão e, em alguns casos, tentando cooptar lideranças através de incentivos, refletindo a luta contínua por direitos fundamentais e reformas em um contexto autoritário.

Tabela IV: Catálogo de protestos em Angola 2018-2020

Data	Movimento/Organizador	Motivo/Objetivo	Localização	Resultado
18 de abril de 2018	Movimento Jovens pelas Autarquias	Institucionalização das autarquias locais	Assembleia Nacional	Manifestação espontânea
12 de agosto de 2018	Movimento Jovens pelas Autarquias	Institucionalização das autarquias locais	Assembleia Nacional	Manifestação espontânea
15 de outubro de 2018	Movimento Jovens pelas Autarquias	Institucionalização das autarquias locais	Assembleia Nacional	Manifestação espontânea
2018	Movimento Ondjango Feminista	Contra a violência contra as mulheres	Largo das Heroínas	Realização de marcha
2018	Movimento Revú	Contra o elevado índice de desemprego	Largo Sagrada Família	Realização de marcha
Dezembro de 2018	Movimento Revú	Contra o elevado índice de desemprego	Largo da Independência	Realização de marcha
2019	Movimento Revú	Contra o elevado índice de desemprego	Largo das Escolas	Realização de marcha
2020	Movimento Revú	Contra o elevado índice de desemprego	Largo das Heroínas	Realização de marcha

2020	ONG's	Repatriamento de capitais	Largo da Independência	Realização de manifestações
Setembro de 2020	Movimento Revú	Contra a impunidade e corrupção	Largo Sagrada Família	Série de protestos
4 de outubro de 2020	Movimento Revú	Contra a impunidade de Edeltrudes Costas	Largo Sagrada Família	Realização de marcha
24 de outubro de 2020	Movimento Jovens pelas Autarquias e UNITA	Pela institucionalização das autarquias locais	Largo Sagrada Família	Repressão violenta; 105 participantes detidos
11 de novembro de 2020	Movimento Revú	Diversos (incluindo justiça pela morte de Inocêncio de Matos)	Largo da Independência	Repressão violenta; morte de Inocêncio de Matos
10 de dezembro de 2020	Movimento Revú	Defesa dos direitos humanos	Largo da Independência	Divisão no movimento após negociações; governo distribuiu benefícios para alguns ativistas

Fonte: Criada pelo autor a partir de dados da Central Angola 7311

Outras formas de mobilização e lutas surgiram ao longo dos anos, como, por exemplo: a questão do saneamento básico em Angola, que é um problema crônico e impacta diretamente a saúde pública e a qualidade de vida da população. Desde 2015, mobilizações começaram a ganhar força em Luanda, chamando atenção para a má gestão do lixo na cidade. Um exemplo disso foi a campanha “*Selfie-Lixo*”, em que cidadãos tiravam fotos ao lado de amontoados de lixo e compartilham nas redes sociais. Essa iniciativa buscava dar visibilidade ao problema e cobrar ações do governo. Em 1º de maio de 2021, cerca de 30 jovens participaram do protesto “Luanda Lixada,” destacando os impactos da má gestão do lixo na saúde pública e exigindo soluções sustentáveis. Israel Campos, organizador da manifestação⁸⁸, alertou sobre o aumento de doenças como malária e febre tifóide devido ao acúmulo de resíduos. Cartazes com mensagens como “Luanda: Cidade do Lixo” e “Menos

⁸⁸ Diferentemente da primeira mobilização, organizada por integrantes do Movimento Revú, este último foi conduzido por jovens alheios à política partidária, incluindo filhos de militantes do partido no poder.

moscas, mais saúde” expressavam a indignação dos manifestantes. A mobilização pacífica ocorreu após o governo suspender contratos com operadoras de limpeza por dívidas acumuladas, expondo a falta de soluções eficazes e descentralizadas. Jovens como Tchissola Figueiredo clamaram por respostas duradouras, criticando a persistente negligência ambiental⁸⁹.

Figura 8: Manifestação “Luanda Lixada”.



Fonte da imagem: VISÃO. Luanda está “lixada” e jovens querem soluções para a cidade. Disponível em: <https://visao.pt/actualidade/mundo/2021-05-01-luanda-esta-lixada-e-jovens-querem-solucoes-para-a-cidade/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Diante disso, o impacto da má gestão do lixo em Luanda revelou-se desastroso. Nos finais de 2015 e início de 2016, o acúmulo de lixo foi associado ao surto de febre amarela que assolou o país, resultando em milhares de mortes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), Angola notificou 884 casos confirmados de febre amarela e 381 óbitos em 16 das 18 províncias, com as mais afetadas sendo Luanda, Benguela, Huambo e Huíla. A taxa de letalidade nacional foi de 8,6% (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2016). Contudo, esses números foram contestados pelo grupo parlamentar da UNITA, que constatou, em apenas um mês, 4.570 mortes registradas em hospitais de Luanda e 8.339 óbitos em cemitérios, totalizando cerca de 15 mil mortes no país relacionadas à febre amarela

⁸⁹ OBSERVADOR. Luanda está “lixada” e jovens querem soluções para a cidade. Disponível em: <https://observador.pt/2021/05/01/luanda-esta-lixada-e-jovens-querem-solucoes-para-a-cidade/>. Acesso em: 31 dez. 2024.

(DEUTSCHE WELLE, 2016). Apesar da gravidade da situação, nenhuma responsabilidade criminal foi atribuída, e o então ministro da Saúde foi apenas exonerado (RFI, 2017).

Diante disso, importa acrescentar que entre 2018 e 2020, Angola vivenciou intensas mobilizações sociais, impulsionadas por demandas para a criação de autarquias locais, combate à corrupção e direitos humanos. Esse contexto foi marcado pela implementação de políticas neoliberais, adotadas pelo governo, que aumentaram a inflação e agravaram as condições de vida. Outrossim, a eleição de Adalberto Costa Júnior para a presidência da UNITA, em novembro de 2019, acentuou as tensões entre o governo e a oposição⁹⁰. Nesta senda, a rivalidade entre o MPLA e a UNITA se intensificou, refletindo o aumento das divisões políticas e sociais no país, especialmente com o surgimento da Frente Patriótica Unida em 2021.

Dez meses antes das eleições de 2022, a UNITA conseguiu organizar uma frente de oposição mais ampla, numa tentativa de maximizar a possibilidade de uma mudança política: a Frente Patriótica Unida (FPU). Incluía a UNITA, o Bloco Democrático (BD), o projecto político PRA-JA Servir Angola (PRA-JA), mais membros da sociedade civil angolana (académicos, jovens activistas da sociedade civil ligados ao activismo de rua e virtual e alguns homens de negócios) (Bye *et al.* 2023, p. 13).

Segundo Roque (2023, p. 171), nas eleições de 2022 “essa coligação galvanizou a juventude e a maioria dos eleitores para acreditarem na alternância política. O MPLA, a Presidência e os órgãos eleitorais partidarizados implementaram uma fraude extensa e complexa para garantirem que a oposição não chegaria ao poder”, apesar dessa situação, a oposição angolana liderada pela UNITA obteve 90 dos 220 assentos parlamentares, enquanto o MPLA-Governo detinha 124 assentos no parlamento⁹¹.

O anúncio oficial da CNE sobre os resultados eleitorais veio cinco dias após a data da votação e confirmou que o MPLA continuaria a governar o país, mas com uma queda absolutamente drástica na sua margem maioritária: o MPLA venceu 51,17% nas urnas, contra 43,95% para a UNITA. Em comparação com eleições anteriores, a descida na maioria do MPLA foi impressionante: a percentagem maioritária caiu de 82 em 2008, para 72 em 2012, para 61 em 2017, e agora para uma maioria muito pequena de 51%. O apoio à UNITA aumentou, de forma comparativa, durante o mesmo período de 14 anos, de 10 para 44% (Bye *et al.* 2023, p. 27).

A Tabela V mostra como Angola, na prática, se tornou um sistema bipartidário, com o MPLA consolidando sua posição como partido dominante. Desde a democratização formal em 1991, Angola realizou quatro eleições gerais: em 2008, 2012, 2017 e 2022. Em todas

⁹⁰ CORREIO KIANDA. UNITA denuncia perseguição ao seu líder Adalberto Costa Júnior. *Correio Kianda*, 2020. Disponível em: <https://correiokianda.info/unita-denuncia-perseguiacao-ao-seu-lider-adalberto-costa-junior/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

⁹¹ Na legislatura de 2022-2027, o parlamento angolano conta com a representação de mais três partidos: o FNLA, com 2 assentos; o PRS, também com 2 assentos; e o Partido Humanista, liderado pela mulher Bela Malaquias, obteve 2 assentos.

essas eleições, o MPLA obteve a maioria absoluta, com os seguintes percentuais de apoio eleitoral: 84%, 72%, 65% e 51%, respectivamente. Com isso, o partido passou de uma posição hegemônica para um *status* de poder quase absoluto, mantendo-se como a principal força política no país.

Tabela V: Resultados dos processos eleitorais angolano

Ano	Influência às urnas	MPLA	Assentos do MPLA / 220	UNITA	Assentos da UNITA / 220	Outros partidos
1992	90%	49,5/53,7%	125	40%/34%	70	21
2008	87%	82%	191	10%	16	13
2012	63%	72%	175	19%	32	13
2017	76%	61%	150	27%	51	19
2022	45%	51%	124	44%	90	6

Fonte: Adaptado pelo autor a partir da fonte Bye *et al.* (2023, p. 28)

As eleições de agosto de 2022⁹², no entanto, foram amplamente contestadas, sendo consideradas fraudulentas pelos partidos de oposição e por organizações da sociedade civil, especialmente pelo Movimento Cívico Mudei. Este movimento monitorou o processo eleitoral e apresentou um relatório baseado em uma contagem paralela dos votos, realizada com o apoio de cidadãos voluntários. Para isso, o Movimento Cívico Mudei recolheu atas sumárias de todo o país, mas não possuía a estrutura necessária para contar todos os protocolos de forma tempestiva. O movimento conseguiu contabilizar um total de 430.000 votos válidos, em comparação com os cerca de 6,3 milhões de votos válidos contados pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Com base nesses dados, o Movimento Cívico Mudei concluiu que as eleições presidenciais resultaram em um empate técnico, com 48% para cada um dos dois principais candidatos, embora o candidato da UNITA tenha obtido uma ligeira maioria de votos populares. No entanto, o MPLA teria obtido 115 assentos na maioria parlamentar, contra 101 da UNITA (Bye *et al.* 2023).

Após as eleições de 2022, o cenário de repressão em Angola se intensificou significativamente, especialmente contra os membros do Movimento Revú. Este aumento da perseguição se traduziu em ameaças de morte, detenções arbitrárias, julgamentos sumários e

⁹² COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL (CNE). Resultados das Eleições Gerais de 2022. Disponível em: <https://resultados2022eleicoesgerais.cne.ao>. Acesso em: 31 dez. 2024.

casos de rapto, o que resultou em uma fuga em massa de ativistas para o exterior, temendo pela sua segurança e liberdade. A repressão, que já era uma realidade no país, tornou-se mais agressiva e sistemática, afetando não apenas os membros do Movimento Revú, mas também outros militantes e cidadãos que se opõem ao regime. Como consequência, a liberdade de expressão e o direito à manifestação foram ainda mais cerceados.

Destaca-se ainda que no âmbito das lutas sindicais em Angola, destacam-se as ações de três centrais sindicais – a Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical (UNTA-CS) e a Força Sindical - Central Sindical (FS-CS) – que realizaram uma greve geral interpolada, iniciada em 20 de março de 2024, organizada em três fases: de 20 a 22 de março, de 22 a 30 de abril e de 3 a 14 de junho⁹³. Essa greve, voltada principalmente para o setor público, levantou reivindicações abrangentes, como o aumento do salário mínimo, a atualização de subsídios e o desagravamento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, recebendo apoio de sindicatos de diversos setores. Apesar do impacto das greves, que geraram tanto resistência quanto cedências, o governo aumentou o salário mínimo, embora aquém das expectativas sindicais. Embora distinta da luta do Movimento Revú, as greves contaram com o apoio do Movimento, sobretudo na amplificação de suas demandas por meio das redes sociais, com destaque para as plataformas da Central Angola 7311 e do Movimento Cívico Mudei⁹⁴.

Em termos de mobilização social, a situação em Angola tornou-se mais difícil depois das eleições de 2022. Não se observam manifestações expressivas organizadas por ativistas ou organizações, evidenciando a limitação do espaço público para o exercício da contestação política. A repressão aos movimentos sociais, aliada ao medo da repressão violenta e às estratégias de intimidação, levou muitos ativistas a adotar posturas mais cautelosas ou a se exilarem, o que enfraqueceu a resistência interna. O movimento social, que em outros momentos foi capaz de gerar protestos e mobilizações significativas, enfrenta atualmente um contexto de forte coação e fragmentação, especialmente após as últimas eleições⁹⁵. Segundo Frigo e Escrivão Filho (2010, s/p) “o processo de criminalização dos movimentos sociais se

⁹³ UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES. UGT solidária com greve geral em Angola. Disponível em: <https://www.ugt.pt/noticias/artigo/ugt-solidaria-com-greve-geral-em-angola/5861>. Acesso em: 31 dez. 2024.

⁹⁴ FACEBOOK. Síntese da Conferência de Imprensa.Movimento Cívico Mudei. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=734517225547511>. Acesso em: 31 dez. 2024.

⁹⁵ LUAMBA, Manuel. Angola: Os ativistas já não se fazem ouvir? *Deutsche Welle*, 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-os-ativistas-já-não-se-fazem-ouvir/a-68293374>. Acesso em: 31 dez. 2024.

combina com outras táticas adotadas pelas classes dominantes, como a cooptação e a violência, visando bloquear as lutas por direitos”. Para estes autores, a criminalização dos movimentos, não ocorre de forma simplificada, como uma mera atribuição de crime a uma atitude ou manifestação. Trata-se de um processo estruturado que envolve violência física e simbólica, adquirindo características de violência institucional, tanto pública quanto privada. Nesse processo, os agentes do Estado utilizam suas prerrogativas e funções para atribuir uma natureza essencialmente criminoso às manifestações sociais organizadas. Sob o argumento de manter a democracia e a ordem, essa criminalização serve como justificativa para reprimir tais manifestações, limitando a capacidade de mobilização e resistência social.

Esse quadro reflete a crescente limitação das liberdades políticas e civis em Angola, onde a repressão e a falta de canais legítimos de participação política criam um ambiente de silêncio forçado. A fuga de ativistas, a ausência de mobilizações organizadas e a crescente ausência de vozes dissidentes em espaços públicos demonstram o impacto da repressão no engajamento político e nas lutas sociais no país.

4.3 Possibilidades de avanço das lutas sociais em Angola frente à renovação do autoritarismo estatal

Em 2013, durante uma entrevista à SIC Notícias, José Eduardo dos Santos, então presidente da República de Angola, referiu-se aos jovens que contestavam o seu governo de maneira depreciativa, afirmando que eram “uns 300 frustrados que não tiveram sucesso escolar e não conseguiram se encaixar na sociedade”⁹⁶. A postura de desqualificação dos jovens foi retomada pelo atual presidente, João Lourenço, que, ao se referir aos protestos e críticas de setores jovens à sua administração, acusou-os várias vezes de serem financiados pela família de José Eduardo dos Santos, além de rotulá-los de “lumpens, bandidos, boca de aluguel e antipatriotas”⁹⁷. Essa narrativa de desacreditar os jovens críticos ao governo é

⁹⁶ SIC NOTÍCIAS. Entrevista a José Eduardo dos Santos: o ex-presidente angolano que quer ser lembrado como bom patriota. *SIC Notícias*, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2022-06-28-Entrevista-a-Jose-Eduardo-dos-Santos-o-ex-Presidente-angolano-que-quer-ser-lebrado-como-bom-patriota-3a360a69>. Acesso em: 29 dez. 2024.

⁹⁷ VOA Português. João Lourenço acusa político de servir forças externas e manifestantes que promovem desordem. 2022. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/joão-lourenço-acusa-um-político-de-servir-forças-externas-e-manifestantes-que-promovem-desordem-/6707137.html>. Acesso em: 29 dez. 2024.

frequentemente amplificada pelo MPLA, que acusa os membros do Movimento Revú de serem sustentados pela UNITA e forças externas com o objetivo de desestabilizar a imagem do governo. Essa estratégia de desqualificação não se limita ao discurso político, mas é sistematicamente reproduzida pelos meios de comunicação social, incluindo as TVs públicas, rádios e jornais, como uma forma de desmobilizar e enfraquecer as mobilizações populares, criando uma percepção negativa sobre os ativistas e suas causas. Essa abordagem tem como objetivo silenciar as vozes críticas, enfraquecer os movimentos sociais e promover um ambiente de desinformação, descredibilizando os jovens que se levantam contra as políticas do governo.

Essa manipulação discursiva pode ser compreendida à luz das teorias de Teun A. Van Dijk, que, em *Discurso e Poder* (2015) e *Discurso, Notícias e Ideologias* (2005), descreve o discurso como um evento comunicativo complexo que vai além de textos escritos e orais, incluindo gestos, expressões faciais, imagens e outras manifestações semióticas. Dijk (2005) explica que a manipulação discursiva dos grupos dominantes ocorre de forma estratégica para persuadir, controlar e doutrinar os membros dos grupos dominados, com o objetivo de moldar suas crenças e atitudes, de maneira que se alinhem com os interesses da classe dominante⁹⁸. Através de estratégias discursivas, argumentativas e retóricas, o poder busca controlar a mente do público, influenciando, de maneira indireta, os outros discursos que se compatibilizam com os interesses daqueles que detêm o poder. Segundo Dijk (2015, p.18), “uma vez que as ações de pessoas são controladas por suas mentes (conhecimento, atitudes, ideologias, normas, valores), o controle da mente também significa controle indireto da ação”.

Além disso, Dijk (2015) aponta que os discursos ideológicos de um grupo enfatizam, de várias maneiras, as características positivas do seu próprio grupo e as características negativas do grupo de fora, o exogrupo. No contexto angolano, essa divisão discursiva entre “nós” (o governo e seus aliados) e “eles” (os jovens ativistas e opositores) reforça a estratégia de deslegitimar as causas dos movimentos sociais, criando um campo ideológico que

⁹⁸ “O discurso é entendido aqui no sentido mais amplo de evento comunicativo, incluindo interação conversacional, texto escrito, bem como gestos associados, expressão facial, arranjos tipográficos, imagens e qualquer outra dimensão da significação semiótica e multimídia. Do mesmo modo, a cognição envolve aqui tanto a cognição pessoal como a social, as crenças e finalidades, bem como avaliações e emoções e qualquer outra estrutura mental ou da memória. E, por fim, sociedade é usada para incluir tanto as microestruturas locais das interações situadas de face a face, como as estruturas mais globais, societárias e políticas diversamente definidas em termos de grupos, relações de grupos (tais como dominância e desigualdade), movimentos, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos e propriedades mais abstratas das sociedades e culturas”. (Dijk, 2005, p. 37:38).

favorece a manutenção do poder e a exclusão de vozes críticas. A manipulação discursiva, portanto, se configura como uma ferramenta essencial para a desmobilização e enfraquecimento dos protestos sociais em Angola.

Neste contexto, o Governo intensificou a repressão, especialmente após os eventos de 10 de janeiro de 2022, quando taxistas convocaram uma paralisação em Luanda e a sede do comitê do MPLA foi incendiado por segmentos populares como ato de revolta tendo em consideração que naquele dia muitos trabalhadores não conseguiram chegar nos seus locais de trabalho. Em resposta a esses acontecimentos, o então Ministro do Interior, Eugénio Laborinho, acompanhado pelo Comandante da Polícia Nacional e pelo Diretor dos Serviços de Investigação Criminal, apareceu em um programa especial de duas horas na televisão pública de Angola, transmitido em horário nobre, onde fez ameaças aos jovens do Movimento Revú⁹⁹. Após a entrevista, dois ativistas do Movimento Revú, Luther Campos e Tanaice Neutro foram detidos, apesar de não terem participado da greve dos taxistas. Luther Campos foi preso em sua casa, enquanto Tanaice Neutro foi detido quando se dirigia para visitar Luther no presídio¹⁰⁰.

Com a queima da sede do comitê do MPLA no bairro Benfica em Luanda, o governo construiu uma narrativa que associa manifestações a atos de vandalismo, alegando que visam destruir bens públicos. Como forma de reprimir qualquer tipo de protesto promovido pelo Movimento Revú, foi criada a Lei n.º 13/24 - Lei dos Crimes de Vandalismo de Bens e Serviços Públicos¹⁰¹.

No Artigo 9.º, que trata da Promoção do Vandalismo de Bem e Serviço Público, a Lei n.º 13/24 estabelece:

1. Quem, individual ou coletivamente, financiar, incitar, impulsionar ou promover atividades de vandalismo de bens ou serviços públicos será punido com pena de prisão de 10 a 15 anos.

⁹⁹ ANGOLA24HORAS. Jornalista angolano critica a TPA após entrevista "estranha e atípica" às altas patentes do Minint. *Angola24horas*, 22 out. 2022. Disponível em: <https://www.angola24horas.com/politica/item/23264-jornalista-angolano-critica-a-tpa-apos-entrevista-estranha-e-atipica-as-altas-patentes-do-minint>. Acesso em: 29 dez. 2024.

¹⁰⁰ VOA Português. Advogado denuncia tratamento desumano a dois activistas detidos após os distúrbios de Luanda. *VOA Português*, 19 jan. 2022. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/advogado-denuncia-tratamento-desumano-a-dois-activistas-detidos-apos-os-disturbios-de-luanda/6403476.html>. Acesso em: 29 dez. 2024.

¹⁰¹ ANGOLA. Lei n.º 13/24, de 10 de junho de 2024. Lei dos Crimes de Vandalismo de Bens e Serviços Públicos. Disponível em: <https://angolex.com/paginas/leis/lei-dos-crimes-de-vandalismo-dos-bens-e-servicos-publicos-13a-24a.html>. Acesso em: 30 dez. 2024.

2. Se o caso envolver infra estruturas ou meios de transporte rodoviários, ferroviários e náuticos públicos, a pena será de 20 a 25 anos de prisão.

Essa legislação foi explicitamente criada com o intuito de suprimir os protestos de rua. Desde sua aprovação no parlamento, qualquer tentativa de manifestação tem sido violentamente reprimida. Um exemplo marcante ocorreu em junho de 2023, quando o Movimento Revú organizou protestos contra a subida do preço dos combustíveis. A repressão resultou em 8 mortos na província do Huambo. Embora os protestos tenham ocorrido em outras províncias, as manifestações em Luanda e Huambo foram as mais violentamente reprimidas.

Desde então, as manifestações praticamente cessaram, já que as autoridades reprimem os protestos ainda no momento da concentração. Em outubro de 2023, uma tentativa de manifestação terminou com a detenção de Tanaice Neutro, Adolfo Campos, Gildo das Ruas e O Pensador, demonstrando a eficácia da estratégia repressiva em desmobilizar os movimentos de contestação social.

Diversas associações da sociedade civil, incluindo a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), a Yetu Mu Yetu Angola e o Movimento Cívico Mudei, expressaram forte oposição à Lei dos Crimes de Vandalismo de Bens e Serviços Públicos¹⁰². Essas entidades argumentam que a legislação representa uma ameaça às liberdades democráticas e aos direitos de manifestação garantidos pela Constituição Angolana.

O Movimento Cívico Mudei, em particular, condenou a nova lei, afirmando que ela revela “uma oculta intenção de coartar liberdades civis de manifestação”. O movimento manifestou preocupação com o potencial uso dessa legislação para criminalizar os organizadores de protestos pacíficos, mesmo que não tenham qualquer envolvimento direto com atos de vandalismo. A organização destacou que pretende tomar medidas legais para impugnar a legislação em defesa “dos direitos civis”.

Um ponto central de crítica recai sobre o artigo 21.º da Lei, que responsabiliza os organizadores de manifestações por quaisquer danos causados a bens públicos durante os protestos. Segundo o Movimento Cívico Mudei, essa disposição é problemática, pois não distingue atos deliberados de vandalismo por parte de infiltrados ou indivíduos isolados das

¹⁰² O PAÍS. Aprovação da Lei dos Crimes de Vandalismo Público gera contestação de associações da sociedade civil. Disponível em: <https://www.opais.ao/politica/aprovacao-da-lei-dos-crimes-de-vandalismo-publico-gera-contestacao-de-associacoes-da-sociedade-civil/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

ações legítimas dos manifestantes. Essa abordagem amplia os riscos de responsabilização injusta e visa intimidar os movimentos sociais¹⁰³.

É importante destacar que todas as ações do Movimento Revú ganham visibilidade principalmente por meio das redes sociais. Segundo Bonalume (2020), a participação em redes sociais tornou-se uma prática cotidiana, especialmente entre os jovens, que as utilizam para diversos propósitos, incluindo o engajamento político e a mobilização social. Essas plataformas digitais oferecem um espaço privilegiado para conectar revoltas individuais a inquietações sociais mais amplas, potencializando a formação de um sujeito coletivo capaz de promover transformação e resistência. Esse fenômeno tem favorecido o surgimento de manifestações que articulam demandas locais com influências globais, ampliando o alcance e a visibilidade das reivindicações.

As principais redes sociais utilizadas pelo Movimento Revú são *Facebook*, *YouTube*, *WhatsApp* e *TikTok*, as plataformas mais populares em Angola. Em 2011, foi criada a Central Angola 7311, com o propósito de servir como uma base de dados histórica para o movimento. O uso das redes sociais em Angola abriu espaço para debates políticos e disputas na esfera digital, desafiando as estratégias do regime, que tradicionalmente monopolizou a comunicação social e restringiu o espaço público.

As lutas sociais em Angola atualmente, enfrentam desafios complexos, mas também oferecem oportunidades significativas para transformar a realidade política e social do país. Movimentos como o Movimento Cívico Mudei e o Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão têm desempenhado um papel resistente na luta num contexto marcado por atos de aliciamentos, cooptação, corrupção, fragmentação política e a repressão.

Manuel Castells (2003) observa que os movimentos sociais são uma forma de contestação que busca mudanças estruturais na sociedade, operando em um contexto de constante tensão entre as forças hegemônicas e as demandas de grupos subalternos. Em Angola, o Movimento Cívico Mudei tem sido um exemplo de como essas lutas podem se manifestar na prática. Este movimento se destaca pela sua atuação no monitoramento do processo eleitoral, lutando pela transparência e a participação democrática. Suas iniciativas incluem a capacitação de cidadãos para a observação eleitoral e a denúncia de irregularidades, além da exigência de uma cobertura midiática equilibrada durante as campanhas eleitorais, suas ações não são reconhecidas pelo Estado, mas os relatórios que

¹⁰³ DW. Movimento Mudei admite impugnar nova Lei do Vandalismo em Angola. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/movimento-mudei-admite-impugnar-nova-lei-do-vandalismo-em-angola/a-6972466>. Acesso em: 30 dez. 2024.

produzem servem de fontes para pesquisas acadêmicas. A atuação do Movimento Cívico Mudei reflete o conceito de “cidadania ativa” defendido por autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow (2007), que enfatizam a importância da mobilização coletiva como uma forma de ampliar os espaços democráticos.

Paralelamente, o Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão tem contribuído de maneira singular para a formação política, especialmente entre jovens e mulheres, dois grupos frequentemente marginalizados nos processos de tomada de decisão. Inspirado nos princípios da luta de classes e do feminismo, o movimento aborda questões como dívida pública e desigualdade estrutural, buscando conscientizar e engajar a juventude na construção de um futuro mais justo. Maria da Glória Gohn (2011) destaca a relevância de movimentos sociais que integram educação política em suas ações, permitindo que seus membros compreendam as raízes dos problemas sociais e, assim, possam agir no sentido de problematizar os sistemas de dominação vigentes.

Apesar desses avanços, as lutas sociais em Angola enfrentam desafios internos significativos. A corrupção, a cooptação de lideranças e a fragmentação dos movimentos sociais são entraves que dificultam a mobilização e enfraquecem a eficácia das ações coletivas. Doug McAdam e John McCarthy (1996) argumentam que a capacidade organizacional e a coesão interna são fatores críticos para o sucesso de movimentos sociais. Em Angola, a falta de unidade entre os movimentos sociais, muitas vezes alimentada por interesses pessoais ou partidários, representa um obstáculo importante para a construção de uma frente ampla em torno de demandas prioritárias, como justiça social e democracia.

Contudo, apesar do aumento da repressão, o contexto atual também apresenta oportunidades de avanço, frente às contradições estabelecidas pelo próprio sistema de dominação que tem no Estado o seu principal meio de implantação e legitimação. O fortalecimento de novas lideranças, a utilização estratégica de redes sociais para amplificar vozes dissidentes e a articulação entre diferentes movimentos sociais vinculados aos segmentos dominados, podem criar um terreno fértil para mudanças significativas. Além disso, o engajamento da juventude e a crescente conscientização sobre a importância da igualdade de gênero são sinais de que há espaço para transformar as lutas sociais em uma força catalisadora de mudanças estruturais no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das lutas sociais em Angola no contexto contemporâneo, com foco nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas entre 2011 e 2023, revela um quadro complexo, marcado por avanços limitados e grandes desafios para as classes trabalhadoras e os segmentos dominados. A transição de um período pós-guerra para um regime autoritário consolidado tem sido caracterizada por uma escassez de reformas que visem a melhoria das condições de vida da maioria da população e uma persistente concentração de poder nas mãos do partido governante, o MPLA. Embora tenha havido significativas transformações na infraestrutura e no cenário político, o controle do regime sobre os processos eleitorais, a repressão das vozes dissidentes e a falta de liberdade de expressão continuam sendo fatores que limitam a expansão de uma democracia efetiva. A estrutura política centralizada e a dependência da figura do presidente nas principais decisões do país também têm impedido uma diversificação da política, resultando na continuidade do autoritarismo e na falta de uma verdadeira alternância no poder.

No campo social, a pobreza extrema e as desigualdades estruturais persistem como um dos maiores desafios do país. Entre 2019 e 2024, a pobreza extrema aumentou, refletindo a fragilidade das políticas públicas em enfrentar as necessidades da população mais vulnerável. Além disso, o impacto da dependência da economia angolana do setor petrolífero, aliado a altos índices de corrupção, contribui para a estagnação do desenvolvimento humano e a perpetuação das desigualdades sociais. A falta de investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação, e a contínua falta de acesso a serviços básicos para a maioria da população reforçam a exclusão social e as tensões internas. Esses fatores agravam o quadro de injustiça social, criando um círculo vicioso em que a falta de oportunidades e a marginalização geram mais descontentamento e uma crescente desilusão com o governo. A população de áreas periféricas, especialmente na periferia urbana, enfrenta dificuldades extremas, sem acesso adequado a infraestruturas básicas e a um sistema de saúde e educação que possa garantir uma melhoria das condições de vida.

Entretanto, as lutas sociais em Angola não podem ser vistas apenas como reações passivas. Ao longo da última década, movimentos sociais, especialmente jovens e ativistas, têm se organizado e protestado contra a repressão política, a corrupção e as injustiças sociais, utilizando a mídia digital e os protestos de rua como formas de resistência. Apesar da violência estatal e da repressão institucionalizada, esses movimentos revelam uma crescente

conscientização política e o desejo de uma mudança substancial no regime vigente. A sociedade civil, com suas limitações, tem se mostrado um agente fundamental na busca por maior transparência, justiça e participação democrática. Embora frequentemente esmagados pela repressão violenta, os protestos e as mobilizações têm se diversificado, trazendo à tona questões sobre os direitos humanos, o acesso à informação e a liberdade política. Essa resistência tem sido não apenas um reflexo da insatisfação, mas também uma afirmação da capacidade da população de lutar pela mudança, apesar das adversidades.

Considerando esses elementos, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar as lutas sociais em Angola no contexto contemporâneo, considerando as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas entre 2011 e 2023, com o objetivo de compreender suas causas, dinâmicas, demandas e contribuições na sociedade angolana.

Diante disso, e considerando a realidade angolana em suas múltiplas dimensões, conforme descrito acima, a principal questão que norteou este estudo foi a análise do Movimento Revú, compreendido como a manifestação de toda dissidência ao governo do MPLA em um país marcado por um regime político autoritário. Esse contexto é caracterizado pela perseguição política, ausência de separação de poderes, inexistência de eleições municipais (autarquias locais) e um Estado totalmente partidarizado. Nesse cenário, pensar de forma diferente torna-se um ato revolucionário, e todos que assumem essa postura passam a ser identificados como “Revús.” Conforme analisado por Blanes (2023), em Angola, o Movimento Revú é formado por diversas figuras sociais que se posicionam criticamente ao regime, como o Professor Revú, o artista Revú, o Jornalista Revú, o Jogador Revú e o Estudante Revú. Essas figuras, oriundas de diferentes áreas da sociedade, integram um coletivo que se opõe ao status quo, desafiando a ordem vigente e reivindicando mudanças estruturais no país. Essa diversidade de atores e a abrangência de suas ações constituem o objeto central deste estudo.

Diante do caminho percorrido para a realização desta pesquisa que envolveu o referencial teórico e a perspectiva metodológica descritos na introdução deste trabalho, é possível fazer alguns apontamentos em torno do objeto, conforme apontamos a seguir.

Primeiramente, é possível afirmar que, embora os avanços sejam modestos, as lutas sociais em Angola têm se intensificado como uma resposta legítima a um contexto político e econômico desafiador. O futuro dessas lutas dependerá, em grande parte, da capacidade da sociedade angolana de superar as barreiras impostas pela repressão política e social, além de um compromisso real por parte do governo em adotar políticas públicas mais inclusivas e democráticas. A criação de canais de diálogo e a implementação de reformas que possam

efetivamente democratizar as instituições e garantir direitos civis fundamentais serão essenciais para romper o ciclo de exclusão e violência. Para isso, será fundamental um processo contínuo de mobilização, articulação política e fortalecimento da sociedade civil, a fim de garantir a efetivação dos direitos civis, a justiça social e o desenvolvimento sustentável para as classes trabalhadoras e demais segmentos dominados de Angola. Nesse sentido, ressaltamos que a ação de movimentos internacionais e organismos de direitos humanos poderá desempenhar um papel importante em pressionar por reformas sociais no país, promovendo uma cultura política de responsabilidade e justiça, essencial para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Outro aspecto que vale destacar é que a análise das lutas sociais em Angola no contexto contemporâneo com foco nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas entre 2011 e 2023, não pode ser dissociada das contribuições teóricas fornecidas pela teoria marxista e pelas abordagens contemporâneas sobre movimentos sociais e lutas sociais em nível global. A teoria marxista, com sua centralidade nas lutas de classes e na análise das relações sociais, oferece uma lente crítica para compreender as desigualdades estruturais que persistem em Angola.

Com base nesse referencial teórico, é possível afirmar que a concentração de poder nas mãos do MPLA, os altos índices de corrupção e a dependência econômica do petróleo podem ser vistos como manifestações da opressão de classe, na qual as classes dominantes perpetuam um sistema que beneficia uma minoria, enquanto a grande massa da população continua excluída dos benefícios do desenvolvimento. Além disso, as teorias sobre os movimentos sociais, apresentadas neste estudo, foram fundamentais para entender como a resistência se organiza em Angola. A mobilização de jovens e ativistas por meio de protestos e da mídia digital reflete um fenômeno de ação coletiva que, embora reprimido, mostra um crescente desejo de transformação política e social.

No contexto global, a situação de Angola se insere em uma conjuntura de lutas sociais que atravessa diferentes países, especialmente aqueles que, como Angola, enfrentam regimes autoritários, altos índices de desigualdade social e dificuldades econômicas. As lutas sociais no Senegal, no Burkina Faso, em Moçambique, e mais recentemente as mobilizações globais por justiça climática, demonstram como as condições econômicas e políticas podem levar a explosões de resistência em diferentes partes do mundo. Angola, com sua estrutura autoritária e sua economia altamente dependente do petróleo, não é uma exceção a esse padrão global de desigualdade e repressão, sendo um exemplo nítido de como as lutas sociais estão

interligadas e refletem tendências globais de resistência a regimes autocráticos e a um sistema econômico global desigual.

Ao encerrar este estudo, algumas lacunas ainda precisam ser abordadas para uma análise mais profunda das lutas sociais em Angola. Primeiramente, a pesquisa deve se expandir para analisar com mais profundidade o papel das organizações internacionais e a interação com os movimentos sociais locais. A relação entre a pressão internacional e as transformações políticas internas de Angola merece um estudo mais detalhado, uma vez que o papel de organismos como a União Africana, a ONU e ONGs internacionais tem sido fundamental em pressionar por reformas e em fornecer suporte aos movimentos sociais. Além disso, é necessário aprofundar o estudo sobre as estratégias de resistência adotadas pelos movimentos sociais, especialmente as formas de enfrentamento da repressão estatal, e como as tecnologias de comunicação estão moldando as formas de mobilização e visibilidade dessas lutas.

Em termos de recomendações para o futuro, este estudo aponta para o fato de que é fundamental que o governo angolano adote um compromisso genuíno com a promoção da democracia e a melhoria das condições socioeconômicas da população. A institucionalização das Autarquias Locais, a despartidarização das instituições públicas, a reforma do Estado, a garantia de liberdade de expressão e a criação de mecanismos de combate à corrupção devem ser prioridades. Por outro lado, é essencial fortalecer os movimentos sociais e os segmentos da sociedade civil que lutam por justiça e igualdade social, com vistas à concretização de mudanças que possam oferecer alternativas viáveis para o desenvolvimento social e econômico do país. A mobilização de recursos para áreas como saúde, educação, saneamento básico e a habitação deve ser colocada no centro da agenda política do governo, garantindo que os investimentos sejam direcionados para as classes trabalhadoras e os segmentos dominados do país.

Desta maneira, a alternância política depois de 50 anos do mesmo governo pode ser um dos catalisadores rumo ao enfrentamento desses desafios, visando a construção de uma sociedade democrática do ponto de vista econômico, político e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alexandre. Acumulação cleptocrática. *Expresso*. Disponível em: https://expresso.pt/blogues/bloguet_economia/blogue_econ_sandro_mendonca/2020-01-23-Acumulacao-cleptocratica. Acesso em: 12 ago. 2024.
- AFRICA CENTER. *África e a Primavera Árabe: Uma nova era de expectativas democráticas*. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR01PT-África-e-a-Primavera-Árabe-Uma-Nova-Era-de-Expectativas-Democráticas.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.
- AFROBAROMETER. *Relatório de Pesquisa 2022: Opiniões e tendências em Angola*. Disponível em: https://www-afrobarometer-org.translate.goog/countries/angola/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc Acesso em: 27 jan. 2025.
- AIT-CHAALAL, Amine. *Géopolitique du Maghreb et du Moyen-Orient*. Paris: Presses Universitaires de France, 2021.
- ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola – A Cultura do Medo*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.
- ALEXY, Robert. *Teoria da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- ALMEIDA, Cláudia. *Angola e os ventos da mudança e continuidade de João Lourenço*. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/server/api/core/bitstreams/7815bc94-1f6e-415b-acae-3c7b4f649891/content>. Acesso em: 28 dez. 2024.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- ALVES, Carlos Alberto de Jesus. *Política externa angolana em tempo de guerra e paz: colonialismo e pós-colonialismo*. 2013. Tese (Doutorado em Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo) — Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ALVES, Nito. *MPLA – A revolução traída: 13 teses em minha defesa*. Luanda: Editora Elivulu, 2021.
- AMIN, Samir. *A Primavera Árabe: A Revolução Inacabada?* São Paulo: Outras Palavras, 2010.
- AMNISTIA INTERNACIONAL. *COVID-19 em Angola: uso excessivo da força pela polícia*. 2020. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/covid19-angola/#gref>. Acesso em: 17 jan. 2025.

AMUNDSEN, Inge; ABREU, Cesaltina. *Sociedade Civil em Angola: Incursões, Espaço e Responsabilidade*. CMI Report, 2007. Disponível em: <https://www.emi.no/publications/file/2764-sociedade-civil-em-angola-incurses.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025.

ANGOLA. Assembleia Nacional. Lei n.º 14/24. *Da Divisão Político-Administrativa*. Revoga a Lei n.º 18/16, de 17 de outubro, Lei da Divisão Político-Administrativa, e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei. Diário da República, n.º 9800, 2024.

ANGOLA. Comissão Nacional Eleitoral. *Eleições gerais de 1992*. Disponível em: <https://www.cne.ao/eleicoes/1992>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ANGOLA24HORAS. *Jornalista angolano critica a TPA após entrevista “estranha e atípica” às altas patentes do Minint*. Angola24horas, 22 out. 2022. Disponível em: <https://www.angola24horas.com/politica/item/23264-jornalista-angolano-critica-a-tpa-apos-entrevista-estranha-e-atipica-as-altas-patentes-do-minint>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Relatório Anual 2020: Angola*. Disponível em: <https://www.amnesty.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ANTÓNIO, Nelson Domingos. *Transição pela transação*. Rio de Janeiro: PoloBooks, 2015.

ANTUNES, Rubens. *O conceito de classe social e a teoria social contemporânea*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BANCO MUNDIAL. *Gini Index*. Washington, DC: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BANCO MUNDIAL. *Índice de Capital Humano 2020: Angola*. Washington, DC: Banco Mundial, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BARREIRA, César; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; ZULUAGA, Jaime; GONZALES ARANA, Roberto; GONZÁLEZ ORTÍZ, Filipe. *Conflictos sociales, luchas sociales y políticas de seguridad ciudadana*. 2013. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20131007104153/ConflictosSociales.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BBC News Brasil. *O que foi e como acabou a Primavera Árabe | 21 notícias que marcaram o século 21*. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A50LpB8lhgw>. Acesso em: 18 out. 2024.

BEIRÃO, Luaty. *Sou Eu Mais Livre Então: Diário de um Preso Político Angolano*. Lisboa: Tinta da China, 2016.

BIJOS, Leila; SILVA, Ana Beatriz Figueiredo da. *Primavera Árabe: Impactos, Desafios e Perspectivas*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2013.

- BITTENCOURT, Marcelo. A criação do MPLA. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 32, p. 185-208.
- BLANES, Ruy Llera. *A Revolução Angolana no século XXI: Sobre dissidências políticas na Angola do pós-guerra*. Lisboa: Tinta da China, 2023.
- _____. *A política das ruas: Ativismo e contestação em Angola*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2020.
- _____; SAMUSUKU, Hitler. *Afro-Autarky: Onjangos and Utopias of Contemporary Angolan Activism*. Disponível em: <https://watermark.silverchair.com/475blanes.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Antônio de P. P. Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- BONALUME, Claudia Regina. *Movimentos sociais: o desafio de mobilizar, propor e afirmar*. Ilha Revista de Antropologia, v. 22, n. 1, p. 154-172, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2020v22n1p154/43740>. Acesso em: 30 dez. 2024.
- BYE, Vegard; PACATOLO, Carlos; INGLÊS, Paulo; DOMINGOS, Nelson. *A política das eleições gerais de 2022 em Angola*. Disponível em: <https://www.scanteam.no/wp-content/uploads/2023/03/2022-Angola-Elections-Portugues-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.
- BUIRE, Chloé. *L'hégémonie politique à l'épreuve des musiques urbaines à Luanda, Angola. Politique Africaine*, 2016.
- CARVALHO, Sedrick de. *Prisão Política*. Lisboa: Autores Club, 2021.
- CASTEIRO, Pedro Dambi. *Cidadania e autarquias em Angola: gênese do movimento dos jovens pelas autarquias em Luanda*. Revista Sísifo: Journal of Philosophy, v. 18, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/SXpwwK7PngNwtK5SYnyKCKG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2024.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CAPACO, Avelino. *Acumulação primitiva de capital em Angola: 1992-2017: o propósito político e suas justificações*. 2018.
- CHANG, Jeff. *Can't Stop Won't Stop: A History of the Hip-Hop Generation*. New York: St. Martin's Press, 2005.

CENTRAL ANGOLA 7311. Historial das manifestações 2011, *YouTube*, 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=x7QiK0pN9p8> acessado aos 3 de Novembro de 2024.

_____ A Geração da Mudança. O despertar de uma geração anestesiada, *YouTube*, 2013, https://www.youtube.com/watch?v=P1niff_Fe8Y acessado aos 3 de Novembro de 2024.

CLAUDIN, François. *A crise do movimento comunista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1970.

CLUB-K. *Bento Bento diz que países estrangeiros colocaram marcha contra JES*. Club-K, 3 mar. 2011. Disponível em: https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=7086:bento-bento-diz-que-paises-estrangeiroscolocaram-marcha-contrajes&catid=23:politica&Itemid=59&lang=pt. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLUB-K. *Dino Matross avisa: “Quem se manifestar vai apanhar”*. Club-K, 15 fev. 2011. Disponível em: https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=6983:dino-matross-avisa-quem-se-manifestar-vai-apanhar&catid=10&lang=pt&Itemid=1077. Acesso em: 3 nov. 2024.

COMERFORD, Michel. *O rosto pacífico de Angola: uma biografia de um processo de paz (1991-2002)*. Windhoek: John Meinert Printing, 2005.

COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL (CNE). Resultados das Eleições Gerais de 2022. Disponível em: <https://resultados2022eleicoesgerais.cne.ao>. Acesso em: 31 dez. 2024.

CORREIA, José. *Desafios da sociedade civil em tempos de mudança*. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2005. p. 45-63.

CORREIO KIANDA. UNITA denuncia perseguição ao seu líder Adalberto Costa Júnior. *Correio Kianda*, 2020. Disponível em: <https://correiokianda.info/unita-denuncia-perseguiacao-ao-seu-lider-adalberto-costa-junior/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

COSTA, Rogério da. *Inteligência coletiva e cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CPI. *Índice de Percepção de Corrupção 2022*. Transparência Internacional. Disponível em: <https://www.transparency.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CRAVINHO, João Gomes. *Legitimidade Política em África: As ditaduras contemporâneas*. In: ROSAS, Fernando; AIRES OLIVEIRA, Pedro (Coord.). Lisboa: Edições Colibri, 2010.

DALA, Nuno. *O pensamento político do Jovem Revú*. Luanda: Edição do autor, 2016.

DAVIDSON, Basil. *Os camponeses africanos e a revolução*. 2. ed. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1977.

DENI, Bernard. *Legitimidade*. In: CHAGNOLLAUD, Dominique (Org.). *Dicionário da Vida Política*. Lisboa: Plátano Editora, 1999. p. 114-118.

DEUTSCHE WELLE (DW). *Em um mês, UNITA constata 4570 mortes em hospitais de Luanda*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/em-um-m%C3%AAs-unita-constata-4570-mortes-em-hospitais-de-luanda/a-19182225> . Acesso em: 31 dez. 2024.

DEUTSCHE WELLE. *Filho de Kalupeteka afirma: “Houve mais de 700 mortos no Monte Sumi”*. DW, 12 jul. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/filho-de-kalupeteka-afirma-houve-mais-de-700-mortos-no-monte-sumi/a-18581699>. Acesso em: 5 nov. 2024.

DIANI, Mario; MACADAM, Doug (orgs.). *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University Press.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e Poder*. Tradução de Rosaura Lemos. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2015.

_____. *Discurso, Notícias e Ideologias*. Tradução de Vera Lúcia de Oliveira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

DURIGUETTO, Leandro. *A sociedade civil e suas interfaces: uma análise crítica*. 2008. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2008.

DW. *Movimento Mudei admite impugnar nova Lei do Vandalismo em Angola*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/movimento-mudei-admite-impugnar-nova-lei-do-vandalismo-em-angola/a-69724665> . Acesso em: 30 dez. 2024.

DW. *Relatório sobre direitos humanos em Angola em 2022*. Disponível em: <https://www.dw.com>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. *Lutas de classes e o significado político do novo sindicalismo*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

ESQUERDA.NET. *Perfil: José Eduardo dos Santos, déspota discreto*. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/perfil-jose-eduardo-dos-santos-o-despota-discreto/65491>. Acesso em: 12 ago. 2024.

EURONEWS. *Protesto em Luanda exige demissão de braço direito de João Lourenço*. 2020. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/10/04/protesto-em-luanda-exige-demissao-de-braco-direito-de-joao-lourenco>. Acesso em: 17 jan. 2025.

EURONEWS. *Manifestação contra lei que proibirá o aborto em Angola*. 18 mar. 2017. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2017/03/18/manifestacao-contralei-que-proibira-o-aborto-em-angola>. Acesso em: 25 jan. 2025.

FACEBOOK. Síntese da Conferência de Imprensa. *Movimento Cívico Mudei*. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=734517225547511>. Acesso em: 31 dez. 2024.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, Paulo C. J. *O público e o político em Angola: o retrato de um país em mudança transformadora*. Lisboa: Chiado Books, 2019.

FIGUEIREDO, Leonor. *O fim da extrema esquerda em Angola: como o MPLA dizimou os FILHOS DA ALA ESTE*. *Mãe Rússia*. Politika pura sem mistura. Gravadora independente, 2010.

_____. *Mais miséria, menos voz*. Politika pura sem mistura. Gravadora independente, 2010.

FLAGELO URBANO. *Flagelo Urbano*. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vTJRm2oyHLw>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FLOR, Paulo. *Bajús*. [Vídeo Clip] 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=60w2U3X4UdQ>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FRANCISCO, Michel. *Nuvem Negra: o drama do 27 de maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREUDENTHAL, Aida. *A Baixa de Cassanje: Algodão e Revolta*. Revista Internacional de Estudos Africanos, n. 18-22, p. 245-283, 1995-1999.

FRIGO, Darci; ESCRIVÃO FILHO, Antonio Sérgio. *A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça?* 2010. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/a-luta-por-direitos-e-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-a-qual-estado-de-direito-serve-o-sistema-de-justica/2860#:~:text=O%20processo%20de%20criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20dos,as%20lutas%20sociais%20por%20direitos>. Acesso em: 17 jan. 2025.

- FRONTLINE DEFENDERS. *Histórico do caso: Angola 15+2*. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-angola-15>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- FURET, François. *Le passé d'une illusion: Essai sur l'idée communiste au XXe siècle*. Paris: Éditions de l'Observatoire, 1995.
- GEORGE, Nelson. *Hip Hop America*. New York: Penguin Books, 2004.
- GOG. *Lé!*. Disponível em: <https://youtu.be/aKwPzWPz0lY?si=verrAewsPP_iZiVi> . Acesso em: 27 jan. 2025.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais: novos atores e novas práticas*. 2. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2011.
- GOMES, Ana. *A Declaração da Deputada Ana Gomes sobre o Caso dos 15+2 em Angola*. Disponível em: <https://anagomes.eu/PublicDocs/68bc36b4-423e-49e8-8705-9e81d569e074.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- GOSA, Travis. *Ice-T and the Power of Street Knowledge*. Disponível em: https://www.academia.edu/20201028/Ice_T_and_the_Power_of_Street_Knowledge. Acesso em: 30 out. 2024.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- GRASSO, Maria T.; GIUGNI, Marco. Protest participation and economic crisis: The conditioning role of political opportunities. *European Journal of Political Research*, [S.l.], v. 55, n. 4, p. 663-680, 2016. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1475-6765.12153>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- HANDEKA. Educação: um direito de todos. Disponível em: <https://handeka.net/projectos/educacao/index.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.
- HERC, Kool. Introduction. In: *Can't Stop Won't Stop: A History of the Hip-Hop Generation*. New York: St Martin Press, 2005.
- HEYWOOD, Linda M.; THORNTON, John K. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Making of the Foundation of the Americas, 1585-1660*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HOLMAN, Michael. *Breaking: The History*. New York: Routledge, 2004.
- HRW. *Relatório Mundial 2020: Angola*. Nova York: Human Rights Watch, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

- HRW. *Relatório Mundial 2023: Angola*. Nova York: Human Rights Watch, 2023a. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- HUMAN RIGHTS WATCH. Angola: Polícia dispara contra manifestantes pacíficos: Um homem morto; ativistas conhecidos e outros são espancados. *Human Rights Watch*, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/11/13/377011>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- HUNTINGTON, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. New York: University of Oklahoma Press, 1991.
- HUTTER, Swen. Protest event analysis. In: PORTA, D. (org.). *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 335-367.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA. Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2022-2023: Resultados preliminares. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_638496344276697115.pdf#:~:text=4.1%20POPULAÇÃO%20ECONOMICAMENTE%20ACTIVA%20E%20TAXA%20DE,inferior%20à%20rural%2C%2087%2C8%%20e%2091%2C5%%2C%20respectivamente>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- ISSUFO, Nádia. Operação Resgate para combater a criminalidade. *DW África*, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-as-pessoas-estão-a-fazer-muita-confusão-com-relação-a-operação-resgate-diz-a-polícia/a-46182193> . Acesso em: 28 dez. 2024.
- JIKU *Angola. Nossa Causa*. Disponível em: <https://www.jikuangola.org/nossa-causa/index.html#> . Acesso em: 30 dez. 2024.
- JORGE, Manuel. *Para compreender Angola: Da política à economia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- KAFKA, Franz. *O Processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- KEES, Alexandre. *Dos abusos às revoltas? O trabalho forçado, reformas portuguesas, política «tradicional» e religião na Baixa de Cassange e no distrito do Congo (Angola), 1957/1961*. Revista Africana Studio, Porto, Centro de Estudos Africanos, FLUP, e Asiáticos, n. 7, 2004.
- KITWANA, Bakari. *The Hip Hop Generation: Young Blacks and the Crisis of African-American Culture*. New York: Basic Civitas Books, 2002.
- KLANDERMANS, Bert; STAGGENBORG, Suzanne (eds.). *Methods of social movements research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

LARMER, Miles. Social movement struggle in Africa. *Review of African Political Economy*, v. 37, n. 125, p. 251-262, 2010.

LATON. *Bajú ou Revú*. [Vídeo Clip] 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wEhc29MNa34>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LÁZARO, Gilson; SILVA, Osvaldo. Hip Hop em Angola: o rap de intervenção social. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 31, p. 41-67, 2016.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, José Manuel da Silveira. *O Cónego Manuel das Neves: Um Nacionalista Angolano*. Lisboa: Nova Vega, 2017.

LUAMBA, Manuel. Angola: *Os ativistas já não se fazem ouvir?* Deutsche Welle, 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-os-ativistas-j%C3%A1-n%C3%A3o-se-fazem-ouvir/a-68293374>. Acesso em: 31 dez. 2024.

LUÍS, João Baptista Gime. O contributo das missões protestantes e do tokoísmo na libertação de Angola. *Revista Relegens Thréskeia*, v. 10, n. 2, p. 128-144, 2021.

LUXEMBURG, Rosa. *Greve de massas, partidos e sindicatos*. São Paulo: Expressão Popular, 1918.

McADAM, Doug; MCCARTHY, John D. *Protesto coletivo: A teoria e a prática dos movimentos sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MACHADO, Eliel. *Proletariado e luta de classes em Marx e Engels*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACHADO, Jorge. Das redes às ruas: os movimentos sociais e a mobilização das identidades. Disponível em: <https://ppgee.poli.usp.br/wp-content/uploads/sites/578/2020/09/Livro-2-03-DAS-REDES-%C3%80S-RUAS-OS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-E-A-MOBILIZA%C3%87%C3%83O-DAS-IDENTIDADES.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

MARIA, Adolfo. *Angola, sonho e pesadelo*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

MARQUES, Rafael. Senhor feudal e Presidente: a dupla personalidade de dos Santos. *Maka Angola*. Disponível em: <https://www.makaangola.org/tag/acumulacao-primitiva-de-capital/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MARQUES, Rafael. *Epicentro da corrupção*. *Maka Angola*. Disponível em: [https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2014/09/Epicentro%20da%20Corrupção%20\(para%20pdf\)_PT.pdf](https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2014/09/Epicentro%20da%20Corrupção%20(para%20pdf)_PT.pdf). Acesso em: 25 dez. 2024.

MARTINS, Joana. O Porto que grita por Angola. *JPN*, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2016/03/31/o-porto-que-grita-por-angola/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MARTINS, Sebastião. *Labirintos Mundiais: As revoluções pós-modernas e os caminhos da incerteza global*. Luanda: Ed. Silabo, 2016.

MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

_____ ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____ ; _____. *O Manifesto do Partido Comunista*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Vanessa. *A atuação e influência dos movimentos sociais no cenário internacional*. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 20 a 23 de julho de 2015, Porto Alegre (RS). GT16 - Movimentos Sociais na atualidade: reconfigurações das práticas e novos desafios teóricos. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/275859/000973482.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola*. 2. ed. Lisboa: ASA, 2007.

MCK. *A técnica, as causas e as consequências*. Trincheira de Ideias [CD]. Masta K Productions, 2002.

MESSIANT, Christine. *L'Angola postcoloniale: guerre et paix sans démocratisation*. Paris: Karthala, 2008.

_____. A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da “investida” da sociedade civil pelo poder angolano. *Lusotopie*, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 331-355, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/3403?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MILLER, Joseph C. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MOORMAN, Marissa J. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Athens: Ohio University Press, 2008.

MUEKALIA, Jardo. *Angola: A Segunda Revolução: Memórias da luta pela Democracia*. Porto: Sextante, 2010.

MULATO, Ernesto. *Do Bembe a Luanda: Um percurso pela Democracia em Angola*. Luanda: JM Edições, 2015.

NETO, Alberto. Em vez de acumulação primitiva fizemos uma acumulação delinquente de capital. *Angola* 24 *Horas*. Disponível em:

<https://www.angola24horas.com/politica/item/11367-em-vez-de-acumulacao-primitiva-fizem-os-uma-acumulacao-delinquente-de-capital>. Acesso em: 12 ago. 2024.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEUTRO, Tanaice. Manifestação. [Vídeo Clip] 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qed0zaU4KXo>. Acesso em: 8 nov. 2024.

NDOMBA, Borrvalho. *Angolanos preocupados com a subida dos preços*. DW África, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angolanos-preocupados-com-subida-dos-pre%C3%A7os/a-42712098>. Acesso em: 28 dez. 2024.

N'GANGA, João Paulo. *O pai do nacionalismo angolano: as memórias de Holden Roberto*. São Paulo: Editora Parma, 2008.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4567586/mod_resource/content/1/NicolauJairo_SistemasEleitorais.pdf. Acesso em: 4 jan. 2025.

NOVO JORNAL. Sem registo, não existo: Handeka luta pelo reconhecimento da cidadania a 11 milhões de angolanos. Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/sem-registo-nao-existo-handeka-luta-pelo-reconhecimento-da-cidadania-a-11-milhoes-de-angolanos-62221.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.

OBSERVADOR. João Lourenço exige combate às más condutas no MPLA. 2018. Disponível em:

<https://observador.pt/2018/03/17/joao-lourenco-exige-combate-as-mas-condutas-no-mpla/>.

Acesso em: 21 dez. 2024.

_____. Reino Unido aplica sanções a Isabel dos Santos e dois dos seus associados. *Observador*, 21 nov. 2024. Disponível em:

<https://observador.pt/2024/11/21/reino-unido-aplica-sancoes-a-isabel-dos-santos-e-dois-dos-seus-associados/>. Acesso em: 25 dez. 2024.

_____. Metade dos angolanos sem registo de nascimento ou bilhete de identidade. Disponível em:

<https://observador.pt/2019/05/23/metade-dos-angolanos-sem-registo-de-nascimento-ou-bilhet-e-de-identidade/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

_____. Luanda está “lixada” e jovens querem soluções para a cidade. Disponível em:

<https://observador.pt/2021/05/01/luanda-esta-lixada-e-jovens-querem-solucoes-para-a-cidade/>

. Acesso em: 31 dez. 2024.

OMS. *Angola declara oficialmente o fim da epidemia de febre amarela*. Disponível em:

<https://www.afro.who.int/pt/news/angola-declara-oficialmente-fim-da-epidemia-de-febre-amarela> . Acesso em: 31 dez. 2024.

ONDJANGO FEMINISTA. Quem somos. Disponível em:

<https://www.ondjangofeminista.com/quemsomos>. Acesso em: 28 dez. 2024.

ONDJANGO FEMINISTA. Página principal. Disponível em:

<https://www.ondjangofeminista.com>. Acesso em: 28 dez. 2024.

OLSAK, Susan. *Analysis of events in the study of collective action*. Annual Review of Sociology, v. 15, p. 119-141, 1989.

PACHECO, Carlos. *Agostinho Neto, o perfil de um ditador*. Vols. I e II. Nova Vega, 2016.

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução do Parlamento Europeu sobre Angola.

RC-8-2015-0846, 10 set. 2015. Disponível em:

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/RC-8-2015-0846_PT.html. Acesso em: 5

nov. 2024.

PELISSIER, René; WHEELER, Douglas. *História de Angola*. Lisboa: Editora Tinta da China, 2009.

PEPETELA. *Geração da Utopia*. Luanda: Edições 70, 1992.

PESTANA, Nelson. *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2008. Acedido em 15 de setembro de 2011, de <http://hdl.handle.net/10071/7890>.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os regressados na cidade de Luanda: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2022: Angola*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PORTAL DO CONTRIBUINTE. *Angola introduziu o IVA em janeiro de 2019*. Disponível

em: <https://portaldocontribuinte.minfin.gov.ao/noticias/angola-introduz-iva> . Acesso em: 28 dez. 2024.

POULANTZAS, Nicos. *Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

REVOLUCIONÁRIO & CONDUTOR. *Radiografia da Miséria*. [Single]. Wawuti Música, 2001.

REIS, Pedro Bastos. Polícia reprime protestos em Angola: “Vivemos um ambiente de terror.” Público, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/11/11/mundo/noticia/vivemos-ambiente-terror-varios-feridos-de-tidos-protestos-angola-1938772>. Acesso em: 27 jan. 2025.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. *Índice Mundial de Liberdade de Imprensa 2023: Angola*. Disponível em: <https://rsf.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PRAUSE, Louise; WIENKOOP, Nina. *The Role of Social Movements in Political Transformations: A Study on Emerging Democracies*. Berlin: Springer, 2021.

PÚBLICO. *Quatro jornalistas detidos e um deputado agredido em manifestação em Luanda*. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/10/24/mundo/noticia/quatro-jornalistas-detidos-deputado-agredido-manifestacao-luanda-1936629>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RFI. *Angola: 15 mil mortos por malária em 2016*. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20170210-angola-15-mil-mortos-por-malariaem-2016>. Acesso em: 31 dez. 2024.

_____. *Movimento Cívico Mudei*. 2023. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/tag/movimento-c%C3%ADvico-mudei/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

_____. *Angola: defesa de manifestantes presos a 24 de outubro recusa acusações da PGR*. 2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20201028-angola-defesa-de-manifestantes-presos-a-24-de-outubro-recusa-acusa%C3%A7%C3%B5es-da-pgr>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ROCHA, Alves da. Ainda e sempre as críticas aos programas de ajustamento estrutural “à la FMI”. *Expansão*, 2023. Disponível em: <https://www.expansao.co.ao/opiniao/alves-da-rocha/interior/ainda-e-sempre-as-criticas-aos-programas-de-ajustamento-estrutural-a-la-fmi-segunda-parte-83498.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

ROCHA, Alves da. O que é que o Fundo Monetário Internacional vai exigir ao País? *Expansão*, 2019. Disponível em: <https://expansao.co.ao/opiniao/alves-da-rocha/interior/o-que-e-que-o-fundo-monetario-internacional-vai-exigir-ao-pais-58688.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira. *O processo de paz desencadeado em Angola e Moçambique sob uma perspectiva comparada*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

ROGAN, Eugene. *The Arabs: A History*. New York: Basic Books, 2011.

ROGÉRIO, Ampe. *Angola: carga policial em manifestação contra subida dos combustíveis*.

SIC Notícias, 17 jun. 2023. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2023-06-17-Angola-carga-policial-em-manifestacao-contrasubida-dos-combustiveis-da1b8b3d>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ROSE, Tricia. *Black Noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America*. Wesleyan, 1994.

SANTOS FILHO, Antonio Francisco. *Primavera Árabe: Revoluções e Mudanças Políticas no Mundo Árabe*. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, Jéssica Evelyn Pereira dos. *Guerra e sangue para uma colônia pacificada: a Revolta do Bailundo e o projeto imperial português para o planalto*. Revista Cantareira, n. 25, p. 1-15, jul./dez. 2016.

SASEMBELE, Anastácio. *Angola - Operação Transparência*. Vatican News, nov. 2018. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2018-11/angola-operacao-transparencia.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.

SHEIKH, Ahmad Al-Amir. *Sharia (Lei) no islamismo, cristianismo e judaísmo*. Disponível em: <https://www.islamland.com/uploads/books/Sharia-por.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SIC NOTÍCIAS. *Entrevista a José Eduardo dos Santos: o ex-presidente angolano que quer ser lembrado como bom patriota*. SIC Notícias, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2022-06-28-Entrevista-a-Jose-Eduardo-dos-Santos-o-ex-Presidente-angolano-que-quer-ser-lebrado-como-bom-patriota-3a360a69>. Acesso em: 29 dez. 2024.

SILVEIRA, Anabela. *A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada*. Revista Porto, 2013.

SINTOMER, Yves. *Condenados à pós-democracia? Nueva Sociedad: NUSO - Desafios e perspectivas da democracia*, jun. 2017, versão em português, pp. 48-59. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/2.TC_Sintomer_EP17.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

SOARES DE OLIVEIRA, Ricardo. *Magnífica e miserável: Angola desde a guerra civil*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

SOGGE, David. *Angola: Estado Fracassado Bem-Sucedido*. Working Paper, Fundación para Relaciones Internacional y el Diálogo Exterior, 2009.

SOUZA, Edilson Jorge Gonçalves Vermelho de. O papel das superpotências no processo de paz em Angola pós-Guerra Fria (1989-2002). 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Vol. I e II. Luanda: Editorial Nzila – Coleção Ensaio 3, 2001.

TIBÚRCIO, James Augusto Pires. *Paz e guerra em Angola*. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Reading: Addison Wesley, 1978.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. Time, Work and Discipline in Industrial Capitalism. *Past and Present*, n. 38, p. 56-97, 1967.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa en el siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clase?. *El Salarido*, 19 nov. 2019. Disponível em: https://elsalarido.info/2019/11/19/la-sociedad-inglesa-en-el-siglo-xviii-lucha-de-clases-sin-clase-e-p-thompson/#_ftnref60. Acesso em: 30 out. 2024.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Angola*. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/countries/angola>. Acesso em: 4 jan. 2025.

THURAN, Lilian. *As minhas estrelas negras: de Lucy a Barack Obama*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES. *UGT solidária com greve geral em Angola*. Disponível em: <https://www.ugt.pt/noticias/artigo/ugt-solidaria-com-greve-geral-em-angola/5861>. Acesso em: 31 dez. 2024.

VAN DUNEM, João. O MPLA: governo. In: *ANGOLA 40 ANOS DE GUERRA: encontros de divulgação e de debate em estudos sociais*. Propriedade: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, s/d, p. 95-99.

VIDAL, Nuno. *Sociedade Civil e Política em Angola: Enquadramento Regional e Internacional*. Luanda: Edições Firmamento, 2008.

VISÃO. *Luanda está “lixada” e jovens querem soluções para a cidade*. Disponível em: <https://visao.pt/atualidade/mundo/2021-05-01-luanda-esta-lixada-e-jovens-querem-solucoes-para-a-cidade/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

VOA PORTUGUÊS. *João Lourenço acusa político de servir forças externas e manifestantes que promovem desordem*. 2022. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-acusa-um-pol%C3%ADtico-de-servir-for%C3%A7as-externas-e-manifestantes-que-promovem-desordem-/6707137.html>. Acesso em: 29 dez. 2024.

_____. *Angola: Destacadas figuras ligadas oficialmente ao desvio do erário público não vão a tribunal*. VOA Português, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-destacadas-figuras-ligadas-oficialmente-ao-desvio-do-er%C3%A1rio-p%C3%BAblico-n%C3%A3o-v%C3%A3o-a-tribunal/7187704.html>.

_____. *Angola: Pai de estudante morto em manifestação em 2020 lamenta morosidade da justiça*. 2020. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/pai-de-estudante-morto-em-manifesta%C3%A7%C3%A3o-em-2020-lamenta-morosidade-da-justi%C3%A7a/6694938.html>. Acesso em: 17 jan. 2025. Acesso em: 8 nov. 2024.

WIKIPEDIA. *Ficheiro: Angola_Map.jpg*. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_Map.jpg. Acesso em: 19 jan. 2025.

WORLD POVERTY CLOCK. *Poverty Data Angola 2023*. Disponível em: <https://www.worldpoverty.io>. Acesso em: 27 jan. 2025.

XTRUBANTU. *Mete o papoite a mexer o pé*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJmVgIKNrLY>. Acesso em: 8 nov. 2024.

YOUTUBE. Dep. *Luiza Erundina (PSB-SP) se solidariza com ativistas angolanos presos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PcWtEbH0-jM>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ANEXO

Anexo I: Versão Artística da Bandeira de Angola



Representação artística da bandeira de Angola, onde elementos tradicionais são substituídos por ícones do grafite. A katana é substituída por uma lata de *spray*, e a estrela dá lugar a uma tampa de tinta, simbolizando a cultura urbana e a expressão artística do *grafite*. Obra produzida por Zbi, arquivo da Universidade *Hip-Hop*.

Fonte da imagem: Arquivo da Universidade *Hip-Hop*.

Anexo II: *Flyer* em Homenagem ao Dia da Liberdade em Angola, ano 2016.



Material comemorativo em referência ao dia 20 de junho de 2015, data marcada pela detenção dos 15+2. Esse dia foi adotado pelo Movimento Revú como o “Dia da Liberdade em Angola,” simbolizando a luta pela justiça, liberdade de expressão e resistência contra a repressão.

Fonte da imagem: Arquivo da Central Angola 7311

Anexo III: Encontro Anual do Movimento Ondjango Feminista , ano 2021



Evento que reúne mulheres de todas as regiões de Angola para debater questões relacionadas aos direitos das mulheres, igualdade de gênero, e outros temas relevantes à luta feminista no país. O encontro promove o fortalecimento da rede de solidariedade entre mulheres e a troca de experiências, buscando construir estratégias de empoderamento e transformação social.

Anexo IV: Greve dos Trabalhadores da SONANGOL



Mobilização dos trabalhadores da SONANGOL (Empresa Pública do ramo petrolífero) em protesto, exigindo melhores salários e condições dignas de trabalho. A ação reflete a insatisfação com a falta de valorização profissional e busca pressionar a empresa a atender suas demandas por justiça e respeito aos direitos laborais.

Fonte da imagem:Arquivo da Central Angola 7311

Anexo V: Aula de rua sobre os elementos da cultura *Hip-Hop*



Aula de rua ministrada por Cláudio Bantu, como parte de uma iniciativa da Universidade *Hip-Hop*, explorando os cinco elementos fundamentais da cultura *Hip-hop*: *DJ*, *MC*, *breakdance*, *grafite* e conhecimento. A atividade promoveu reflexões sobre a importância histórica, artística e social desses elementos, destacando seu papel na transformação cultural e na construção de identidades.

Fonte da imagem: Arquivo da Universidade *Hip-Hop*.

Anexo VI: Registro do Debate Realizado pela Universidade *Hip-Hop*: Fundamentos da Cultura



Debate promovido pela Universidade *Hip-Hop*, abordando os fundamentos da cultura *Hip-Hop*, suas origens históricas, impactos sociais e expressões artísticas. O evento contou com a participação de artistas, pesquisadores e membros da comunidade, com discussões focadas nos quatro pilares da cultura (*DJ*, *MC*, *breakdance* e grafite) e sua relevância para a transformação social.

Fonte da imagem: Arquivo da Universidade *Hip-Hop*.

Anexo VII: Jovens da Universidade *Hip-Hop* jogando basquete no Mural da Cidadania



Registro de jovens vinculados à Universidade *Hip-Hop* praticando basquete no Mural da Cidadania. A atividade reflete o engajamento dos jovens com a cultura urbana, promovendo não apenas o esporte, mas também a expressão artística e o fortalecimento de laços comunitários.

Fonte da imagem: Arquivo da Universidade *Hip-Hop*.

Anexo VII: Greve dos trabalhadores do campo mineiro , Lunda Norte, ano 2024.



No dia 21 de novembro de 2024, funcionários da empresa mineira de diamantes Yetwene, localizada na comuna do Camissombo, município de Lucapa, na província da Lunda-Norte, protagonizaram o quarto dia consecutivo de manifestações. O protesto ocorreu devido a salários em atraso há mais de cinco meses, agravados pela falta de uma data definida para os pagamentos, mesmo após um compromisso verbal da direção em quitar os débitos em duas prestações. A resposta vaga da empresa intensificou a frustração dos trabalhadores, que exigem não apenas o pagamento imediato, mas também uma intervenção dos órgãos de Justiça para assegurar seus direitos. A mobilização reflete a luta por condições dignas de trabalho e respeito aos direitos fundamentais dos funcionários.

Fonte da imagem:Arquivo da Central Angola 7311

Anexo VIII: Protesto realizado no dia 11 de Novembro de 2020



O protesto realizado no dia 11 de novembro de 2020 em Angola teve como principais reivindicações o combate ao elevado custo de vida, a busca por mais emprego e a institucionalização das Autarquias Locais. Este evento se destacou como um dos maiores protestos do país, sendo marcado por uma repressão policial violenta. Durante os confrontos, o ativista Inocêncio de Matos, estudante de Engenharia Informática no terceiro ano, perdeu a vida, vítima da violência policial. A manifestação refletiu o descontentamento popular com a falta de respostas do governo e a crescente desigualdade social.

Fonte da imagem: REIS, Pedro Bastos. *Polícia reprime protestos em Angola: “Vivemos um ambiente de terror.”* Público, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/11/11/mundo/noticia/vivemos-ambiente-terror-varios-feridos-de-tidos-protestos-angola-1938772>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Anexo IX: Campanha “Votou, Sentou” nas Eleições de 2022



Nas eleições de 2022, a Frente Patriótica Unida, devido à falta de confiança nas instituições responsáveis pela condução do processo eleitoral, promoveu a campanha “Votou, Sentou”, com o objetivo de garantir o controle sobre os votos. A iniciativa ganhou ampla adesão entre os cidadãos, especialmente na capital Luanda, onde, pela primeira vez, o MPLA perdeu para a UNITA, com a obtenção de três deputados contra dois. A campanha refletiu o crescente descontentamento com o sistema eleitoral e o desejo de maior transparência e justiça no processo eleitoral angolano.

Fonte da imagem: Arquivo da Central Angola 7311

Anexo X: Protesto contra o Aumento dos Preços dos Combustíveis - Junho de 2023



Em junho de 2023, protestos contra o aumento do preço dos combustíveis ocorreram em várias províncias de Angola, com manifestações particularmente intensas em Luanda e no Huambo. As maiores violências policiais foram registradas nestas regiões, resultando em confrontos que agravaram a situação. No Huambo, tragicamente, oito cidadãos perderam a vida durante os confrontos. O protesto reflete a crescente insatisfação popular com a política econômica do governo e a pressão sobre a população devido ao aumento do custo de vida.

Fonte da imagem: ROGÉRIO, Ampe. *Angola: carga policial em manifestação contra subida dos combustíveis*. SIC Notícias, 17 jun. 2023. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2023-06-17-Angola-carga-policial-em-manifestacao-contrasubida-dos-combustiveis-da1b8b3d>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Anexo X: Símbolo do Movimento Liberdade Já



Durante a prisão dos 15+2, surgiu o Movimento Liberdade Já, criado com o objetivo de exigir a libertação dos 15 ativistas detidos desde 20 de junho de 2015. Esse movimento ganhou força em Angola, contando com o envolvimento de diversos artistas, incluindo músicos, atores e escritores, que utilizavam espaços simbólicos como o Elinga Teatro, o Largo da Sagrada Família e o Largo da Igreja São Domingos para promover suas atividades. A iniciativa rapidamente se espalhou para outros países, com destaque para Portugal, onde foram realizadas manifestações e vigílias organizadas, em parte, pela Amnistia Internacional.

Fonte da imagem: Arquivo da Central Angola 7311

Anexo XI: Campanha de recolha de computadores e telefones usados



15+2
**COMPUTADORES+TELEFONES
 EM 2ª MÃO**

Os SIC/DNIC privaram estes dois imprescindíveis instrumentos de trabalho para qualquer indivíduo que se dedique a denunciar a tirania vigente.

Se tens um que já não uses e estás disposto a dispensá-lo, contacta a Central Angola 7311. Os sobreviventes das masmorras do MPLA agradecem!

#Liberdadejá

 <https://www.facebook.com/centralangola7311>

Durante a detenção dos 15+2, às forças de defesa e segurança do Estado realizaram operações nas residências dos detidos, incluindo a casa de Carbono Casimiro, que, embora não estivesse preso naquele momento, era reconhecido pelas autoridades como uma liderança do grupo. O objetivo dessas incursões era apreender computadores, telefones, livros, discos rígidos e *pen drives*, considerados pelas autoridades como evidências do suposto crime de tentativa de Golpe de Estado. Em resposta a essas apreensões, foi criada uma campanha de solidariedade para arrecadar computadores e telefones como forma de substituir os equipamentos confiscados. Essa iniciativa, representada por um *flyer* amplamente divulgado, simbolizou a resistência e a união em apoio aos detidos, contestando a repressão e o discurso oficial.

Fonte da imagem: Arquivo da Central Angola 7311

Anexo XII: Flayer da Conferência de Imprensa

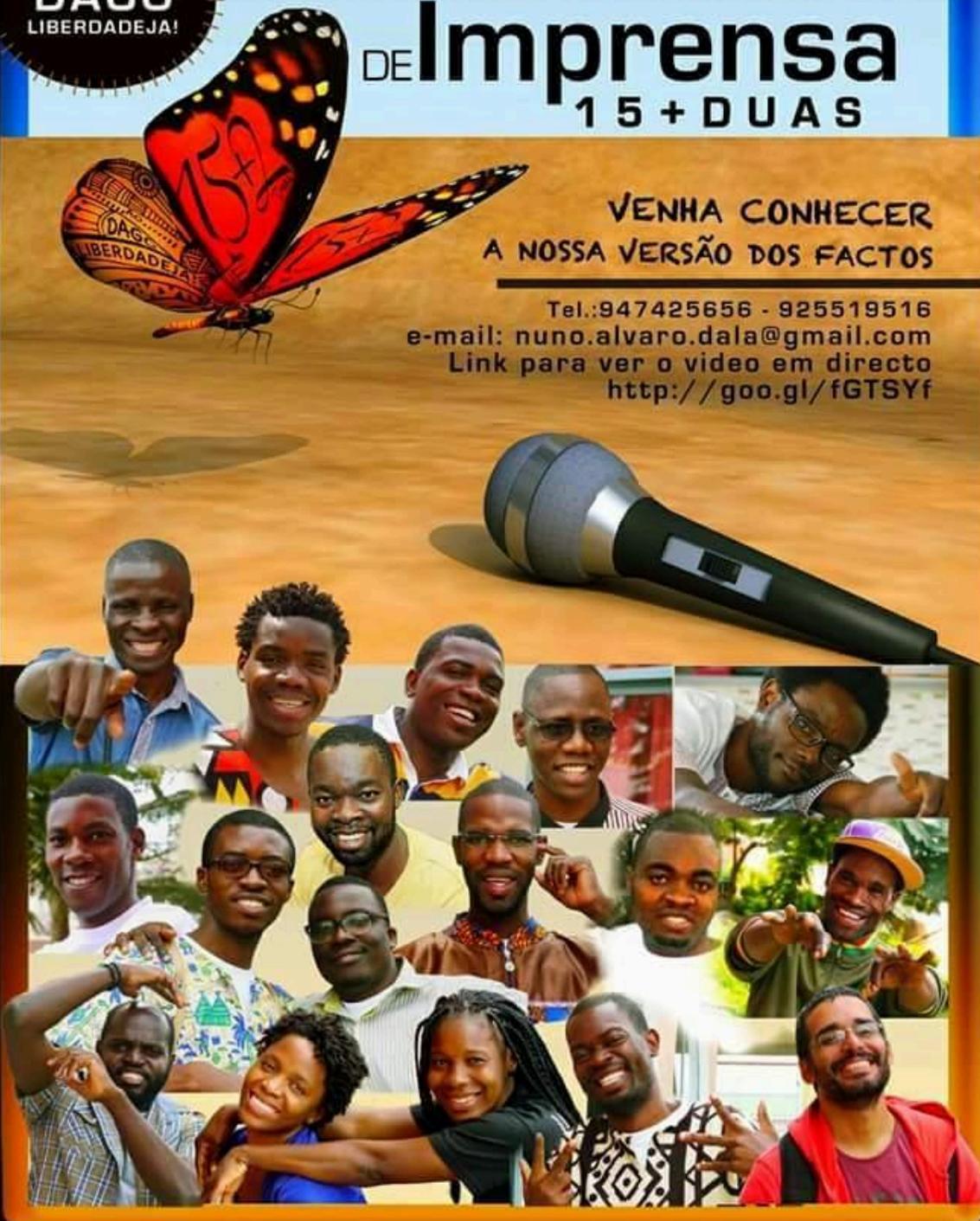
QUARTA FEIRA DIA 17 DE AGOSTO AS 14H NA LIGA AFRICANA(LASP)

**AO
DAGO
LIBERDADEJA!**

CONFERÊNCIA DE Imprensa 15 + DUAS

VENHA CONHECER
A NOSSA VERSÃO DOS FACTOS

Tel.: 947425656 - 925519516
e-mail: nuno.alvaro.dala@gmail.com
Link para ver o video em directo
<http://goo.gl/fGTSYf>

A collage of diverse African people smiling and gesturing, with a microphone and a butterfly graphic. The butterfly is red and black with the text 'DAGO LIBERDADEJA!' on its wings. The microphone is black and silver, positioned diagonally across the bottom right. The background is a light brown gradient.

Anexo XIV: Capa do Jornal A República



Durante os julgamentos do caso 15+2, foi apresentada como prova de uma suposta tentativa de golpe de Estado uma lista que havia circulado no Facebook. Essa lista propunha nomes para um hipotético Governo de Salvação Nacional, sendo utilizada pelas autoridades como evidência incriminatória. A origem dessa lista remonta a uma publicação do advogado angolano Albano Pedro, que questionou seus seguidores: “Se, porventura, acordarmos sem governo, quais figuras da sociedade vocês sugerem para formar um Governo de Salvação Nacional?” A partir dessa interação, usuários da internet começaram a sugerir nomes de figuras públicas e ativistas. O ativista Mbanza Hanza compilou todas as sugestões em uma lista, na qual o autor deste estudo foi mencionado como potencial Governador da província do Moxico. Essa lista, apesar de seu caráter especulativo e informal, foi instrumentalizada como parte do processo contra os 15+2, destacando a tentativa do governo de legitimar as acusações com base em interações virtuais.

Fonte da imagem: Arquivo da Central Angola 7311

Anexo XV: *Flyer* de Manifestação

MANIFESTAÇÃO

**DIREITO À VIDA E
LIBERDADE DE QUEM
PENSA DIFERENTE**

30/MAR/2013

CONCENTRAÇÃO:

CEMITÉRIO DA SANTA ANA

ÀS 10:00 HORAS

32
É MUITO

**A LIBERDADE NÃO SE GANHA POR ESMOLA!
LUTA-SE POR ELA!**

Anexo XVI: Flyer do Projeto Musical 15+Duas+nós

15

+DUAS+NÓS
vários artistas

»»» ● «««
Aos presos políticos de Angola

MÚSICAS PROMOCIONAIS

Já Chega | Mac D | Liberdade Já | Holocausto Mc | Louco Paraíso | Haudaz
Angola Vai Mal | Fat soldiers c/ Raf Tag | Esperança Imortal | Lala
15+2 Guerreiros | Balta P, Pensólogo, Lethal, Mona Dya Kidi, Kool Kleva
Lucássio, Hermes, Denexél, Kid Mc, Dr. Romeu, Sanguinário, Tânia Letal, MC K

APÊNDICE

Apêndice I: Membros do Movimento Hip-Hop Terceira Divisão, sede , ano 2022.



Apêndice II: Projeto de Formação Política para Mulheres, ano 2021.



Apêndice III: Projeto de Formação Política para Mulheres, ano 2021.



Formação ministrada pelo autor

Apêndice IV: Formação sobre Direitos Humanos e Movimentos Sociais, Instituto para Cidadania Mosaiko, ano 2021



Formação ministrada pelo autor.

Apêndice V: Alunas da Formação Política para Mulheres, ano 2023.



Nas imagens constam a ex. Secretária de Estado para área dos Direitos Humanos e Cidadania Ana Celeste Januário e a líder comunitária Cristina Pinto.

Apêndice VI: Membros do Movimento Hip-Hop Terceira Divisão, ano 2022.



Apêndice VII: Ex. Secretária de Estado para área dos Direitos Humanos e Cidadania Ana Celeste Januário dialogando com as alunas do projeto de Formação Política para Mulheres na sede do Movimento *Hip-Hop* Terceira Divisão



Apêndice VIII: Membros do Movimento Hip-Hop Terceira Divisão atuando num concerto de rua no município de Cazenga, ano 2021.



Apêndice IX: Flayer de celebração dos 5 anos do caso 15+2

15+2
Cinco Anos Depois

f LIVE
CENTRAL ANGOLA

20 SABADO DE JUNHO A PARTIR DAS 19H

Omunga

JOVENS PELAS AUTARQUIAS

15+2 REDE

20 JUNHO DIA DA LIBERTAÇÃO

DA DITADURA A DEMOCRACIA
PERIGO! Em situações de crise sempre recorra a GENE SHARP

#ANGOLA17

A CAUSA DOS 15+2 É A CAUSA DOS ANGOLANOS

HEAT 6

Apêndice X: Membros do Movimento Hip-Hop Terceira Divisão atuando num concerto de rua no município de Cacauco, Largo Kwame Nkrumah, ano 2021.



Espaço de resistência ocupado pelo Movimento *Hip-Hop* Monangambé

Apêndice XI: Encontro entre o Professor Ruy Llera Blanes e alguns membros integrantes do caso 15+2 depois da missa pela libertação do Dago Nível, Cacuaco, 2016.



Apêndice XII: *Flayer* sobre a primeira Convenção do Movimento Hip-Hop Terceira Divisão

